

NÁDIA ZAICZUK RAGGIO

NORTE NOVO DO PARANÁ: TRANSFORMAÇÕES  
NO CAMPO E A QUESTÃO DO ACESSO À TERRA

Este exemplar corresponde à  
redação final da tese defendida  
e pela Sr. Nádia Zaiczuk  
Raggio e aprovado pela Comissão  
Julgadora.

Dissertação de Mestrado em  
Sociologia, apresentada ao  
Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Univer-  
sidade Estadual de Campinas

Campinas, 14 de abril de 1985

Wand J

CURITIBA

JANEIRO/1985

R126n

6784/BC

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

## AGRADECIMENTOS

Gostaria inicialmente de agradecer o apoio recebido do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, através do seu Programa de Apoio à Tese.

Desejo externar também meu reconhecimento especial à Profª Nazareth Wanderley, que aceitou a tarefa de orientação desta dissertação, confiando plenamente na possibilidade de sua realização.

Fico grata àqueles com quem trabalhei no IPARDES pelo muito que contribuíram para minha iniciação na pesquisa; aos companheiros do Boletim de Análise Conjuntural, pela nossa amizade, por toda sorte de apoio e, sobretudo, pela contribuição para meu entendimento da agricultura paranaense.

À Mainha, amiga e irmã, com quem tive a sorte de compartilhar algumas tarefas do Instituto, responsável não só pela minha fixação no tema, mas também pelas inúmeras sugestões incorporadas ao trabalho.

Agradeço, ainda, ao Setor de Editoração do IPARDES, especialmente à Cristina, que com bondade e amizade exerceu a árdua tarefa de revisão do texto, Nair e Sônia, que responderam pelos retoques finais do trabalho, desenho e datilografia, respectivamente.

À minha família, em particular ao Armando, que carinhosamente dividiram comigo os ônus impostos por este trabalho.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	iv
INTRODUÇÃO.....	1
1 A EXPANSÃO DO POVOAMENTO NO NORTE DO PARANÁ.....	14
1.1 A COMPANHIA DE TERRAS.....	28
2 AS CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL DAS MICRORREGIÕES DO NORTE NOVO.....	40
2.1 NOVAS RELAÇÕES COMERCIAIS DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS.....	71
3 AS MIGRAÇÕES E A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO.....	88
4 A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO: A QUESTÃO DO ACESSO À TERRA.....	109
CONCLUSÕES.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	136

## LISTA DE TABELAS

1	Incremento da população do Paraná e do Brasil, no período de 1940-80.....	1
2	Taxa geométrica de crescimento anual, por população total, rural e urbana, e população ocupada, segundo microrregiões homogêneas no Paraná 1970-80.....	3
3	Custo de produção e número de cafezais, segundo zonas, em São Paulo - 1928.....	18
4	Café destruído pelo Governo Federal, no Brasil-1931-44.....	25
5	Investimentos na cafeicultura, por microrregiões, segundo setores, no Paraná - 1940.....	27
6	Propriedades cafeeiras por área média e em café, nos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais - 1958-61.....	42
7	Produção das principais culturas temporárias e permanentes, segundo microrregiões e Estado, no Paraná - 1950-80.....	43
8	Participação dos estabelecimentos com até 50 ha e de 500 ha e mais, segundo microrregiões e Estado, no Paraná - 1950-80.....	45
9	Participação na área dos estabelecimentos com até 50 ha e de 500 e mais, segundo microrregiões e Estado, no Paraná - 1950-80.....	45
10	Pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas, por microrregião, segundo categorias de pessoal ocupado, no Paraná - 1950-80.....	47
11	Participação percentual do pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas, por microrregião, segundo categorias de pessoal ocupado, no Paraná - 1950-80.....	47

12	Número de estabelecimentos e participação percentual, por condição do produtor, segundo microrregiões e Estado, no Paraná - 1950-80.....	48
13	Distribuição dos cafeeiros, por regime de exploração, segundo classe de tamanho, no Paraná - 1961.....	51
14	Emprego de força nos trabalhos agrários dos estabelecimentos em absoluto e percentual, segundo microrregiões e Estado, no Paraná - 1950.....	52
15	Variação percentual de população rural, pessoal ocupado, estabelecimentos e área, segundo microrregiões e Estado, no Paraná - 1950-80.....	56
16	Utilização de terras, segundo microrregiões e Estado, no Paraná - 1950-80.....	57
17	Número e área dos estabelecimentos com atividade predominante, café, por estrato de área, no Paraná - 1960-80.....	58
18	Variação percentual de tratores e de população rural, segundo microrregiões e Estado, no Paraná - 1970-80.....	64
19	Despesas dos produtores agrícolas em percentual e total, por microrregiões e Estado, segundo categorias, no Paraná - 1960-70-80.....	67
20	Arrecadação financeira do Estado do Paraná - 1944-53.....	72
21	Total de estabelecimentos e estabelecimentos associados a cooperativas, por tipo, segundo microrregiões, no Paraná - 1970-80.....	85
22	População total, urbana e rural, segundo microrregiões e Estado, no Paraná - 1950-80.....	91
23	Saldos migratórios e taxa líquida de migração para o Paraná, segundo situação de domicílio - 1950-80.....	100
24	População, saldos migratórios e taxa líquida de migração, segundo microrregiões e situação de domicílio, no Paraná - 1970-80.....	101
25	Migração do Paraná para outros estados, por tempo de residência no município - 1970-80.....	103

26 Migração do Paraná para outros estados, por tempo de residência na unidade da Federação - 1960-70.....	103
---	-----

## INTRODUÇÃO

Na década de 70, surpreendentemente, a taxa de crescimento da população paranaense, além de ter sido a menor dentre a dos demais estados, esteve abaixo da taxa média da população brasileira, 0,9% a.a. e 2,4% a.a., respectivamente. Tal fenômeno inverteu uma situação histórica de taxas de crescimento paranaenses, sempre superiores às da média brasileira. Em outras palavras, se no período 1940-60 o Paraná recebeu grandes massas de migrantes, em 1970 o processo se inverte, o Estado sofre um intenso processo de evasão populacional.

TABELA 1 - INCREMENTO DA POPULAÇÃO DO PARANÁ E DO BRASIL, NO PERÍODO DE 1940-80

INCREMENTO ANUAL	(Em %)			
	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Paraná	5,5	7,3	4,9	0,9
Brasil	2,3	3,2	2,8	2,4

FONTE: IBGE - Censo Demográfico do Paraná - 1940 e 1980

Assim, quando o Censo Demográfico de 1980 confirma o fenômeno da migração, cerca de 1,2 milhão de indivíduos já tinha deixado o Estado. Aqueles que dispunham de um pequeno pedaço de terra, venderam-na e armaram-se de coragem para recomeçar tudo de novo em Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Minas Gerais e até no Paraguai, onde a terra não era tão cara; aqueles que não tinham nada (53% dos migrantes) simplesmente perderam o teto e

lavoura, onde trabalhavam como parceiros, ou colonos, ou arrendatários, dirigindo-se para São Paulo à procura de um novo tipo de trabalho. Um contingente de igual tamanho (1,2 milhão de pessoas) saiu das áreas rurais e ficou acantonado no próprio Estado, inchando as cidades como desempregados ou subempregados.

De fato, o fenômeno migratório foi socialmente violento e contribuiu para gerar uma situação nova no Paraná, principalmente a partir de 1980. Parcelas da população expulsa do campo passaram a se organizar, reivindicando o acesso à terra pressionando o Governo, de forma manifesta, pela oportunidade de trabalho.

Vários setores do Governo, especialmente a partir de 1983, apresentaram como resposta a esses movimentos, particularmente para atenuar o ritmo de expulsão da população rural, a retomada da agricultura tradicional, ou seja, da agricultura que se baseia em conhecimentos, técnicas e processos "tradicionais" contrapostos aos "pacotes tecnológicos" dependentes dos esquemas de financiamento e consumo que vigoraram com mais ênfase na década de 70.

Tendo em vista a repercussão desses acontecimentos - que vão das migrações aos movimentos sociais -, procura-se, neste estudo, entender o processo de mudança ocorrido na agricultura do Paraná, bem como avaliar quais as categorias sociais que foram expulsas do campo e que contribuíram para engrossar os fluxos migratórios.

Nesse sentido, como as taxas de crescimento populacional foram diferenciadas nas várias microrregiões do Estado, tomou-se como áreas de estudo as regiões onde as migrações ocorreram intensamente, definindo baixas taxas de crescimento.

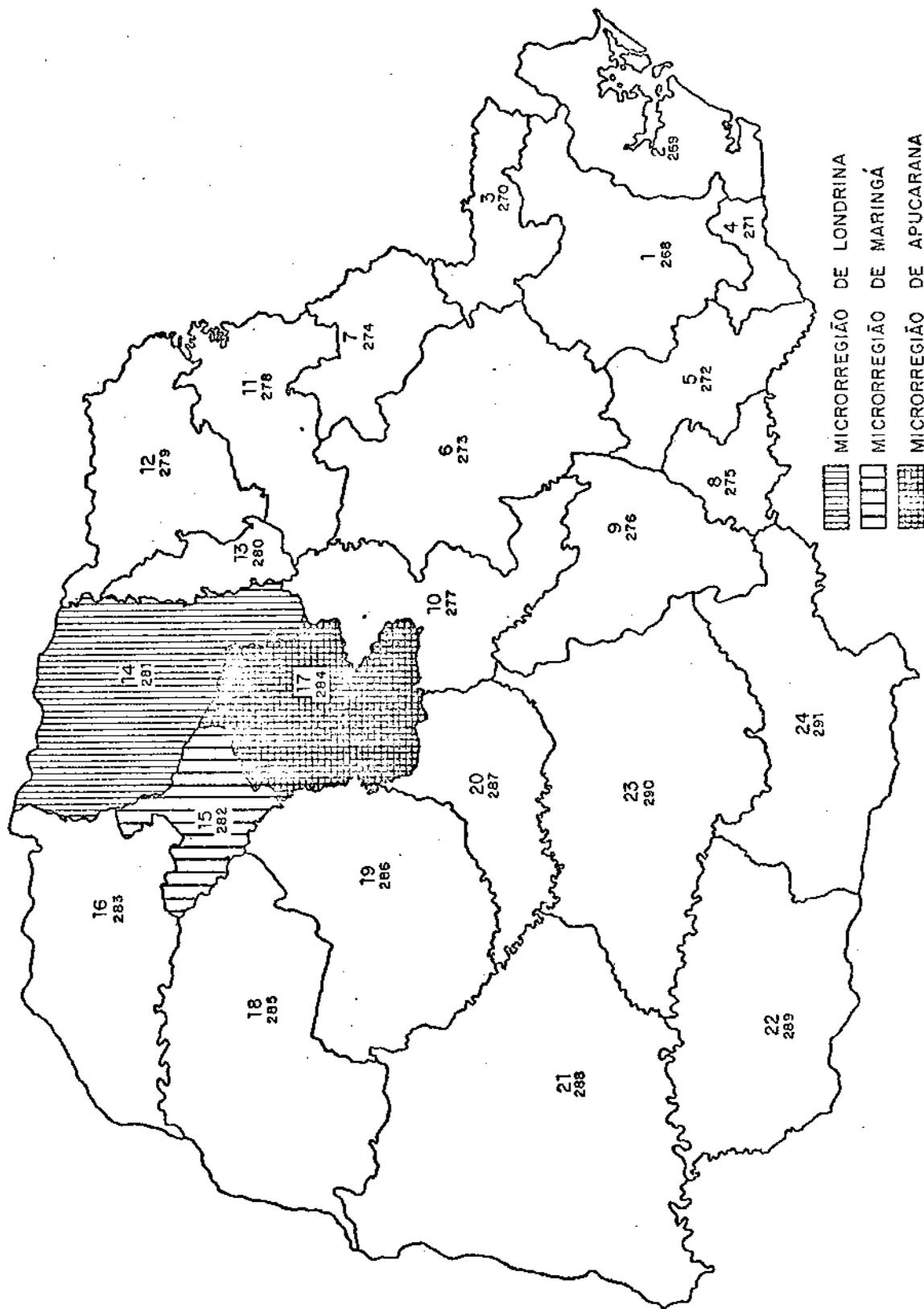
O Norte do Paraná (mapa 1) foi escolhido porque, comparativamente às demais regiões, apresentou significativas taxas de redução de população total na década de 70. Essas taxas somente não foram menores porque o crescimento da população urbana foi muito alto, compensando o decréscimo acentuado da população rural. Essas taxas de crescimento da população rural foram acompanhadas ou mesmo determinadas pelo crescimento da população ocupada (tabela 2).

TABELA 2 - TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL, POR POPULAÇÃO TOTAL, RURAL E URBANA, E POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS, NO PARANÁ - 1970-80

MICRORREGIÃO	POPULAÇÃO TOTAL Δ 1970-80	POPULAÇÃO URBANA Δ 1970-80	POPULAÇÃO RURAL Δ 1970-80	POPULAÇÃO OCUPADA Δ 1970-80
268/1 Curitiba	5,7	7,2	(3,5)	0,9
269/2 Litoral Paranaense	2,0	3,0	(0,6)	4,7
270/3 Alto Ribeira	0,3	2,8	0,1	3,4
271/4 Alto Rio Negro Paranaense	0,6	2,7	0,4	(0,5)
272/5 Campos da Lapa	1,2	2,6	(0,1)	2,4
273/6 Campos de Ponta Grossa	3,3	4,5	0,1	4,7
274/7 Campos de Jaguariaíva	1,2	4,6	(0,2)	2,9
275/8 São Mateus do Sul	0,8	6,2	(0,8)	1,9
276/9 Colonial de Irati	0,1	3,1	0,0	1,2
277/10 Alto Ivaí	2,0	6,7	1,5	1,7
278/11 Norte Velho de W. Braz	(0,7)	3,6	(2,5)	0,3
279/12 Norte Velho de Jacarezinho	(2,4)	2,3	(6,2)	(3,1)
280/13 Algodoeira de Assaí	(3,2)	2,4	(5,9)	(3,3)
281/14 Norte Novo de Londrina	0,3	4,7	(6,6)	(4,2)
282/15 Norte Novo de Maringá	(0,1)	5,1	(8,8)	(2,6)
283/16 Norte Nov. de Paranavaí	(1,5)	3,1	(5,6)	(1,3)
284/17 Norte Novo de Apucarana	(1,9)	4,3	(4,9)	(1,9)
285/18 Norte Nov. de Umuarama	(2,8)	3,9	(5,8)	(3,5)
286/19 Campo Mourão	(2,7)	5,3	(5,9)	(3,3)
287/20 Pitanga	2,4	7,2	1,8	3,2
288/21 Extremo-Oeste Paranaense	2,4	12,4	(2,3)	(0,8)
289/22 Sudoeste Paranaense	1,5	7,6	0,3	1,1
290/23 Campos de Guarapuava	4,5	9,7	1,5	3,2
291/24 Médio Iguaçu	2,1	5,1	0,0	0,2
TOTAL do Estado	0,9	5,9	(3,3)	0,8

FONTE: IBGE - Tabulação Avançada do Censo Demográfico 1980 e Censo Demográfico do Paraná, 1970

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO NORTE NOVO.



As microrregiões do Norte Novo se formaram na década de 40 através da disseminação de lotes vendidos pela Companhia de Terras Melhoramentos Norte do Paraná, demonstrando, desde o início, que o processo de ocupação das terras não foi de expansão da fronteira demográfica ou de uma economia que se pudesse denominar de "natural". A ação dessa Companhia se deu no sentido de imprimir uma colonização baseada em produtores que não podiam ser confundidos com camponeses, embora a área média de suas propriedades fosse relativamente pequena. Eles não buscavam somente a ocupação das terras para reprodução "simples" das condições de vida e trabalho; pelo contrário, o entrosamento com o mercado de terras era a condição necessária para iniciarem a produção, especialmente a do café, que respondia como principal produto de exportação brasileira.

Portanto, esses produtores pretendiam produzir mercadorias dentro de padrões racionalizados, isto é, medindo seus custos e rendimentos para poderem pagar a terra e outras despesas, inclusive as de trabalho, e continuarem se expandindo. Em outros termos, eles vivenciavam uma lógica de mercado quando utilizavam a terra e demais componentes do processo produtivo. Suas necessidades de consumo estavam incluídas no custo da produção, mas não eram dominantes. Tinham no seu projeto de vida a subsistência familiar, mas principalmente o enriquecimento ou a própria expansão das condições de produção; ou seja, desde o início, se integravam na dinâmica do desenvolvimento capitalista.

Eles dominaram e impulsionaram a expansão agrícola na região apoiados numa massa significativa de trabalhadores, principalmente parceiros, colonos e pequenos arrendatários. Esses trabalhadores formavam uma categoria distinta da dos produtores

porque se colocavam na produção sobretudo como assalariados; usavam a terra onde moravam, partilhando o fruto do seu trabalho com os proprietários.

O trabalho de abrir fronteira agrícola e preparar a terra para os primeiros plantios foi realizado, fundamentalmente, por essa massa de trabalhadores que tinham acesso à terra. Essa situação foi, por muito tempo, confundida com uma situação "democrática" de acesso à terra por pequenos produtores. No entanto, essa área de terra era suficiente apenas para manter a subsistência da família e sua reprodução como força de trabalho nas fazendas. Além disso, vários mecanismos foram instituídos para aprofundar o nível de exploração dessa força de trabalho, o que não lhes possibilitou enriquecimento ou capitalização.

Essa situação se confirma na década de 70, quando, através dos "incentivos governamentais", o progresso técnico se generaliza, expulsando esses trabalhadores do campo de forma violenta. Vale dizer que suas condições eram tão precárias que, em pouco tempo, foram destruídos por um processo que os recriou como assalariados puros, isto é, totalmente despossuídos dos meios de produção, sujeitos, portanto, a novos mecanismos de exploração.

O processo de modernização da agricultura e mudança das relações de trabalho ocorreu inicialmente e com mais ênfase nas microrregiões do Norte Novo exatamente pelas características dinâmicas da produção cafeeira que se integrava totalmente na economia brasileira. Atualmente, esse processo se difunde nas demais regiões do Estado, tornando cada vez mais restritas as possibilidades de acesso à terra e reprodução daquelas categorias de trabalhadores que, em massa, abriram a fronteira do

Norte Novo do Paraná.

A constata o desse processo conduziu ao desenvolvimento do presente estudo em torno de duas hipóteses básicas:

- a) os problemas migratórios surgiram no Norte Novo do Paraná a partir da desagrega o de uma forma de produ o em que o trabalhador e sua família tinham acesso   terra e produziam parte de sua subsistência; e
- b) a forma de produ o em que os indivíduos tinham acesso   terra, produzindo com base no trabalho familiar e contando com as "condi es naturais" da terra, está esgotada no contexto da expansão agrícola integrada ao desenvolvimento industrial oligopolizado.

Vale dizer que essas hipóteses se complementam e, em outras palavras, confirmam que as transforma es na agricultura foram decisivas no sentido de definir novas situa es sociais para as categorias que se encontravam voltadas   produ o agrícola.

Por essas razões, teme-se pela viabilidade econômica e social dos projetos que se propõem ficar "  margem" desse processo global de desenvolvimento. Pode-se pensar que a nova agricultura tende a incorporar ou expulsar os segmentos sociais na medida em que se realiza, de forma extremamente seletiva, como já aconteceu na década de 70.

Os trabalhadores que tinham acesso   terra viveram uma forma de produ o transitória, que deve ser entendida como uma forma que antecedeu   difusão do capital na agricultura. Essa forma de produ o se articulou historicamente com o capital, mas gradativamente perde espaço para as formas mais "puras", identificadas com o processo e o padrão de desenvolvimento ca-

pitalista brasileiro.

Os parceiros - que dominaram numericamente o trabalho agrícola -, assim como as demais categorias "pobres" do campo que não possuem, no atual contexto, capital suficiente para realizar o processo produtivo, passam a ser substituídos pelos produtores que se integram totalmente ao grande capital. Enquanto força de trabalho, são substituídos por trabalhadores assalariados, controlados por indivíduos remunerados para exercer tal trabalho.

Somente nesse contexto é que se entendem as situações que estão ocorrendo no Norte do Paraná, onde alguns grandes proprietários e mesmo algumas empresas assumem as características de arrendatários capitalistas, passando a alugar terras dos pequenos proprietários num processo inverso do ocorrido até fins da década de 60, quando parcelas de terras eram cedidas aos trabalhadores.

Para os pequenos proprietários, torna-se mais rentável a remuneração pelo aluguel das terras, dada a sua elevada valorização, do que o lucro que ele pode extrair colocando-as em produção. Do mesmo modo, para os proprietários que as arrendam torna-se, dependendo das circunstâncias, especialmente pelo elevado valor, mais racional não empatar capital na compra de terra e sim tentar valorizá-la produtivamente.

Evidentemente essas mudanças se refletem sobre a estrutura fundiária. Os estabelecimentos pequenos - até 20 ha - se reduziram e perderam a área ocupada; os grandes e médios aumentaram sua participação relativa e ainda se ampliaram em termos de área média.

No entanto, essa nova configuração da estrutura fundiária-

ria representou menos um processo de concentração da propriedade da terra e mais um processo de concentração dos meios de vida de uma parcela significativa da população que trabalhava e morava no campo.

Assim, na fase recente do desenvolvimento agrícola, a propriedade privada da terra se fortaleceu, fundamentalmente através da recuperação das terras cedidas a trabalhadores que tinham somente a propriedade dos meios de trabalho que lhes garantiam, em níveis variados, a sua reprodução como força de trabalho.

O processo de fortalecimento da propriedade da terra, nessa fase, teve um papel importante na medida em que expulsou parte razoável da população ocupada que morava no campo e a transformou em trabalhadores assalariados, consolidando um mercado de trabalho que extrapolou as fronteiras do Estado.

O processo que ocorreu no Paraná parece semelhante ao descrito por Brant para a região do Alto Sorocabana de Assis, em São Paulo, onde os trabalhadores expulsos saíram principalmente de áreas de produção dinâmica que, no período anterior à expansão do capital, resolveu a questão da força de trabalho, desdobrando a terra.

O surgimento dos "bóias-frias" diferentemente de outras situações de desemprego rural não resulta de modo imediato de modificações na estrutura fundiária (expropriação de camponeses, etc.) nem da aparição de excedentes populacionais, frente à escassez dos meios de subsistência (queda da produção agrícola, cataclismas, etc.). O novo exército industrial de reserva resulta de transformações nas empresas capitalistas que se desembaraçam de sua mão-de-obra residente, sem que haja possibilidade de outras formas de

emprego rural permanente para maior parte dos trabalhadores.<sup>1</sup>

De fato, os trabalhadores expulsos da produção paranaense, na sua grande maioria, estavam absorvidos na cultura cafeeira, que era a mais dinâmica e integrada à economia brasileira. De modo algum estavam voltados para uma cultura de subsistência ou ainda em decadência. Pelo contrário, esses trabalhadores foram despejados do campo no momento em que alternativas mais rentáveis de exploração agrícola foram encontradas, seja pelo uso de tecnologias, seja pela substituição de culturas; essa modernização pôde ser incorporada de maneira tão rápida exatamente porque os produtores estavam inseridos no circuito dinâmico da economia.

Atualmente, o capital, embora esteja presente nas culturas rentáveis como o café, soja, cana-de-açúcar, tende gradativamente a se estender para as demais culturas como já o faz, em parte, na produção de milho, algodão, feijão, etc. Nesse sentido, é razoável pensar que a partir desse momento, o capital provoque a expulsão com mais ênfase, também dos pequenos produtores - resguardados, num momento anterior, devido ao fato de serem proprietários de suas terras - que não possuam as condições básicas para incorporar suas "normas".

Dessa forma, o capital tende a estender seu domínio sobre todos os espaços, tornando a produção mais homogênea e cada vez mais restrita a perspectivas de os produtores permanecerem na terra, apenas reproduzindo suas condições de vida. Para cor-

<sup>1</sup>BRANT, Vinícius Caldeira. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. São Paulo, CEBRAP, 1975. p.3.

roborar essa afirmativa, vale comparar a distância tecnológica entre a agricultura do Paraná e a de alguns países considerados desenvolvidos.

Em 1980, por exemplo, enquanto nos EUA, na França, na Inglaterra e na Itália encontravam-se em cultivo, respectivamente, 15 ha/trator, 6,62 ha/trator, 9,75 ha/trator e 4,99 ha/trator, no Paraná, a média, mesmo após a modernização, localizava-se em 97 ha/trator, número que, embora acima da média brasileira, situa-se próximo ao de outros países pobres como o México ou a África do Sul. Além disso, comparando-se o rendimento da terra (média de todos os cereais e leguminosas produzidos), verifica-se que o das terras do Paraná era de 1 832 kg/ha, ao passo que na França e Inglaterra os rendimentos se aproximam dos 5 000 kg/ha, nos EUA estão em torno de 3 700 kg/ha e no Japão em torno de 4 700 kg/ha.\*

Pode-se supor que o processo de modernização somente não foi mais violento porque ocorreu sobre uma estrutura fundiária "antiga", ou seja, uma estrutura onde predominaram pequenos e médios estabelecimentos que, portanto, representavam um limite estrutural para a incorporação do progresso técnico. Mesmo que o crédito agrícola se tornasse ainda mais disponível, não seria absorvido na sua totalidade na medida em que os estabelecimentos não apresentavam condições técnicas e econômicas para efetuar a modernização nos moldes impostos. Além disso, os próprios pacotes tecnológicos, praticamente importados, não esta-

\*Vários artigos foram escritos com o objetivo de comparar os níveis de desenvolvimento da agricultura paranaense com os de outros países. Vale destacar o artigo ALGUMAS comparações entre a agricultura paranaense e a agricultura de outros países (I). Análise Conjuntural, Curitiba, IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA, v.5(8):3-6, ago./set. 1983.

vam adequados às condições do plantio. Na maioria dos casos, o uso das terras se restringe a 60 ou 90 dias, tornando os insumos ociosos em grande parte do tempo.

Desse modo, pode-se pensar que, na medida em que esse quadro vá se alterando e se adequando ao processo de modernização deverão se reduzir, de maneira significativa, os espaços para a absorção intensiva de força de trabalho. Portanto, as migrações ainda deverão continuar, constituindo uma questão reveladora da problemática agrária e exigindo a intervenção do Estado nesse processo irreversível da ótica do capital. Portanto, as atenções, deverão se concentrar, sobretudo, na problemática urbana gerada, como o desemprego e condições de vida e trabalho socialmente precárias.

O processo rapidamente descrito será exposto dentro de cada um dos quatro capítulos que constituem este estudo. No primeiro, apresentam-se os antecedentes históricos da formação da região compreendida pelas microrregiões Londrina, Maringá e Apucarana, ressaltando-se a ação da Companhia Colonizadora, dado seu papel fundamental para o loteamento de 2/3 da região. Destacam-se a primeira experiência organizada de ocupação das terras do Paraná e a velocidade com que os produtores que ocupavam 10% das áreas agrícolas do Estado se integraram ao circuito da produção brasileira.

No segundo capítulo, apresenta-se o desenvolvimento rural a partir da década de 50 até o final da de 70. Discutem-se, fundamentalmente, o papel dos trabalhadores que tinham acesso à terra, sua expressiva participação no conjunto da força de trabalho, bem como seu destino no contexto das mudanças da agricultura. Com a preocupação de se entender, de forma mais glo-

balizada, essas transformações, realizou-se um apanhado da estrutura de comercialização que integrava os produtores.

No terceiro capítulo, enfatiza-se a questão agrária gerada pelo processo de modernização rural. A título de contribuição, no capítulo 4, comenta-se a situação dos produtos que não apresentaram as condições mínimas para se integrarem à nova agricultura. Ressalte-se que esse processo de exclusão gerou movimentos sociais de importância no Estado. Para referenciar esses fatos, utilizaram-se algumas matérias de jornais, que, pelas suas manchetes, evidenciam a relevância dos movimentos sociais na atual conjuntura.

É importante destacar que as informações básicas foram retiradas dos Censos Agrícolas e Demográficos de 1950 a 1980. No entanto, os trabalhos realizados pelo IPARDES foram fundamentais para complementar e mesmo subsidiar esta dissertação. Alguns desses trabalhos pressupunham viagens pelo interior do Estado para realização de entrevistas junto a produtores, proprietários, trabalhadores e técnicos voltados para o setor, cujos resultados tiveram grande valia para a formação do quadro empírico do desenvolvimento rural do Estado.

## 1 A EXPANSÃO DO POVOAMENTO NO NORTE DO PARANÁ

O propósito deste capítulo é historiar, brevemente, a ocupação intensificada, a partir da década de 20, nas regiões\* Norte Novo e Norte Velho do Paraná, que tiveram em comum a atividade cafeeira, embora baseada em formas de produção bastante diferenciadas.

O Paraná, até o início dessa década, podia ser considerado uma "fronteira aberta", isto é, naquela época, grande parte das terras estava sob domínio do Estado e a população era bastante rarefeita. O Estado já havia organizado diretamente algumas colônias e realizado várias concessões de terras a companhias que não chegaram a organizar núcleos de importância econômica.

No período anterior à década de 20, a economia e a sociedade do Paraná, então Província do Paraná, restringiam-se à região dos Campos Gerais, também chamada de Paraná Tradicional. A mais significativa ocupação dessa região, que se caracteriza-

\*Distinguem-se três zonas no Estado do Paraná, levando-se em conta a sua ocupação por migrantes de origens diferenciadas e a economia criada na região: o Norte, o Sudoeste e o Paraná Velho ou Paraná Tradicional. Essa última corresponde ao povoamento mais antigo, formado, sobretudo, por italianos, alemães, poloneses e ucranianos, que viveram o ciclo dos tropeiros, das lavouras e da extração da erva-mate e madeira. O Sudoeste é a região de ocupação mais recente, povoada, sobretudo, por gaúchos e catarinenses, que desenvolveram inicialmente a cultura de subsistência e criação de porcos. O Norte é a frente de colonização mais expressiva, tendo em vista os elevados índices de crescimento econômico e populacional. No entanto, a denominação Norte do Paraná é acrescida de designações - Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo -, que dão uma idéia das distintas fases de ocupação, embora todas se baseassem na produção cafeeira por produtores predominantemente paulistas. Essas delimitações estão bastante próximas em vários estudos: HISTÓRIA do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. v.1.; CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafecultura paranaense 1900/1970. Curitiba, GRAFIPAR, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981. (Estudos Paranaenses, 4); PADIS, P.C. Formação de uma economia periférica: O Caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981. (Economia e Planejamento: Série Teses e Pesquisas); FUNDAÇÃO IBGE. Divisão de Geografia. Subsídios à regionalização. Rio de Janeiro, 1968. \_\_\_\_\_. Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas 1980. Rio de Janeiro, 1978.

\*BERNARDES, Nilo. Expansão e povoamento no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, out./dez. 1952. p.61.

zava por ser passagem entre o Sul e o Brasil Central, ocorreu durante o ciclo do tropeirismo, com a disseminação de grandes fazendas de criação e engorda de bovinos.

Nesse período, ainda que escassamente, quase toda a área dos Campos Gerais já estava povoada.

Na ânsia de expansão, as propriedades eram vastas e, além disso, o gênero de vida criado pela pecuária extensiva não era, como não o é até hoje, propício à formação de densidades demográficas mais apreciáveis.<sup>2</sup>

Na parte mais Oeste do Estado vinha sendo desenvolvida a atividade extrativa da erva-mate, cujo processamento rudimentar igualava paraguaios, argentinos e brasileiros, e nenhum grupo se fixou ou montou população. Nessas bases, processou-se povoamento até meados do século passado.

É importante ressaltar que essas atividades não ocuparam nem 1/5 da área total do Estado. Através de um cálculo estimado da área ocupada (35 100 km<sup>2</sup>), e tomando-se por base a população de 1854, vê-se que os 60 626 habitantes de então distribuíram-se segundo uma média de 1,7 habitantes/km<sup>2</sup>.<sup>3</sup>

Mas, a partir da segunda metade do século XIX, a economia paranaense já encontrava menos perspectivas para suas atividades de maior importância: o comércio do mate já aparecia menos favorável e as fazendas de criação diminuam seus rebanhos. De fato, essas atividades pouco contribuíram para a economia do Estado.

<sup>2</sup>BERNARDES, Nilo. Expansão e povoamento no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, out./dez. 1952. p.61

<sup>3</sup>BERNARDES, Nilo, p.64.

(....) A vida econômica da região paranaense ainda se encontrava em condição bastante precária, com um setor exportador débil, mas que se constituía na fonte de ocupação de alguns produtos, e um setor de subsistência bastante limitados.<sup>4</sup>

Enquanto isso, no Norte Velho,\* uma nova fase se inicia. A agricultura ganha um novo ritmo com a entrada do novo tipo social, "o pioneiro", que abate as matas virgens e cultiva grandes áreas contínuas. É nesse momento que fazendeiros paulistas e mineiros começam a ocupar, de forma espontânea, imensas áreas do Paraná. O fluxo mais importante que definiu a ocupação da região foi composto pelos cafeicultores que empreenderam a "marcha do café" no início deste século.

Nessa época, o Governo, para viabilizar a cafeicultura no Estado, reivindicava, junto ao Governo Federal, a sua não-inclusão nos tratados nacionais que limitavam as cotas de produção aos estados cafeicultores - especialmente São Paulo e Minas Gerais -, com a finalidade de reduzir a oferta do produto. Essa atitude contribuiu decisivamente no sentido de expandir a atividade pelos próprios cafeicultores vizinhos.

Vários estudos apontam como peculiaridades da cafeicultura, na época, a de manter-se mais ligada ao Estado de São Paulo que ao Paraná Tradicional e a de constituir-se uma con-

\*A região Norte Velho é formada pelas microrregiões Norte Velho de Wenceslau Braz, Norte Velho de Jacarezinho e Algodoeira de Assaí.

<sup>4</sup>PADIS, P. C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981. p.49 (Economia e Planejamento: Série Teses e Pesquisas).

tinuidade da produção paulista.<sup>5</sup>

Quanto ao primeiro aspecto, o Paranã, de fato, não possuía, naquele tempo, as condições de infra-estrutura necessária ao desempenho da produção cafeeira. A ligação com São Paulo se fazia mais facilmente através da Estrada de Ferro Sorocabana, que chegava à fronteira do Paranã, muito próxima à região em que se iniciava essa atividade. Por outro lado, as condições de comercialização na praça de Santos também se faziam com mais eficiência - era aí que se concentravam as casas comissárias, cujo capital financiava a produção agrícola.

O segundo aspecto se refere à ocupação da região por, principalmente, elementos paulistas que buscavam novas terras, desestimulados pelo baixo rendimento do café nas terras velhas. Assim, (...) o café caminha para o Oeste, para o Norte do Paranã, sempre e cada vez mais à cata de terra virgem, do rendimento milionário que compense os preços baixos.<sup>6</sup>

A baixa dos preços do café deixava menor margem de lucros aos fazendeiros das zonas de cafeeiros velhos, pois à medida que caía a produtividade aumentavam os custos de produção. Essas terras tornavam-se incapazes de atrair mão-de-obra, tendo em vista a concorrência que faziam as terras novas, onde se podiam intercalar as culturas de subsistência com o cafeeiro.

Os deslocamentos dos fazendeiros para as zonas novas asseguravam ganhos diferenciais elevados, como mostra Pelaéz,

<sup>5</sup>CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura paranaense - 1900/1970. Curitiba, GRAFIPAR, Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981. p. 55 (Estudos Paranaenses, 4).

<sup>6</sup>MILLIET, Sérgio. Roteiro do café e outros ensaios; contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4.ed. São Paulo; HUCITEC/Brasília/INL, 1982. p.28 (Estudos rurais).

para as zonas cafeeiras paulistas.<sup>7</sup>

TABELA 3 - CUSTO DE PRODUÇÃO E NÚMERO DE CAFEZAIS, SEGUNDO ZONAS, EM SÃO PAULO - 1928

(Mil reis/milhões de pês)

ZONA	MIL REIS POR ARROBA	MIL REIS POR SACA	NÚMERO DE CAFEIROS
Velha	42,8	171,2	600
Média	35,8	143,2	300
Nova	32,7	131,8	100

FONTE: PELAÉZ, Carlos Manuel. Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café 1906-1945; teoria, política e medição. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Ensaio sobre o café e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, 1973. p.209

Os custos de produção do café, que incluam as despesas de transporte, realmente se apresentavam bastante diferenciados para as várias regiões, confirmando a extrema dependência que a produção tinha da terra.\*

Essas condições de terras novas e férteis, provavelmente baratas, devem ter contribuído para que os fazendeiros vendessem suas terras em São Paulo e viessem produzir no Paraná. O caso mais conhecido é o do fazendeiro Antonio Barbosa Ferraz, que vendeu suas propriedades em Ribeirão Preto-SP e se instalou próximo a Cambarã-PR, plantando, no início do século, um milhão de pês de café.<sup>8</sup> Posteriormente, esse fazendeiro, associado a um grupo de fazendeiros, planejou a extensão do termi-

\*Segundo Pelaéz, a produção de café necessitava seguir o caminho da produção intensiva, à base de métodos práticos e científicos para não perder totalmente seu espaço no mercado mundial, como já vinha ocorrendo com a entrada da produção Colombiana e Africana.

<sup>7</sup>PELAÉZ, Carlos Manuel. Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café 1906-1945, teoria, política e medição. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, 1973. p.209.

<sup>8</sup>CANCIAN, p.55.

nal da Estrada de Ferro Sorocabana,\* que em 1908 havia atingido o município de Ourinhos-SP, até Cambarã.

O processo de ocupação das terras se acelerou no início de 1900 e, como se não existissem limites políticos, as fazendas de café, nos moldes paulistas, multiplicavam-se rapidamente no Paraná.

Essa forma de ocupação significava a instalação da grande fazenda, resultado de grande investimento que envolvia, em geral, a derrubada de mata e o preparo da terra, a construção do terreiro, sede e colônia, e a aquisição de máquinas de beneficiamento, secadores, etc. Além disso, envolvia a formação do cafezal propriamente dito, realizada quase sempre por empreiteiros - uma operação cuja maturação do investimento era lenta, pois o período de gestação da cultura variava de quatro a cinco anos.

Conforme Delfim Neto, a natureza do empreendimento de formação do cafezal era de tal ordem que dificilmente poderiam se esperar amplos movimentos de oferta, a não ser que o governo financiasse essa ampliação, ou os preços se elevassem substancialmente.<sup>9</sup>

Segundo seu estudo, as grandes expansões da cafeicultura nacional foram realizadas em períodos de grande inflação, isto é, em períodos em que os empreendedores podiam encontrar recursos com facilidade.

\*Mais tarde esse nome foi alterado para Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, devido a seu traçado ter se estendido até o Paraná.

<sup>9</sup>DELFIN NETO, Antonio. O problema do café no Brasil. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, 1973. p. 134.

Esse estudo ainda apresenta as relações de trabalho mais típicas da cafeicultura. Enquanto em São Paulo era mais comum o colonato, nos demais estados predominava a parceria, e existia uma profunda diferença entre essas duas categorias.

(....) No regime de parceria, o chamado "parceiro" executa todos os serviços do cafezal (desde a limpeza até os trabalhos do terreiro), entregando ao proprietário a porcentagem de café seco relativa ao contrato. (....) No "colonato", o empresário executa, de fato, o seu papel assumindo os riscos do negócio. Trata-se de exploração tipicamente industrial, onde o empresário recebe a remuneração residual e o trabalhador recebe a paga do seu trabalho, quer a colheita corra bem, quer não; quer o preço do café esteja alto, quer ele esteja baixo. Na "parceria", o empresário transforma-se no simples rendeiro (de um tipo especial), e procura repartir o trabalho de direção e planejamento e os riscos com o trabalhador rural, que assume, de fato, a categoria de empresário. Nessa qualidade ele recebe mais se a colheita corre bem ou se os preços são bons, ou recebe menos, em caso contrário, mas não há obrigação contratual de garantia de remuneração para nenhuma das partes.<sup>10</sup>

De fato, a utilização intensiva dos trabalhadores - colonos e parceiros - e a itinerância de produção foram duas características que marcaram a cafeicultura até recentemente. Isso porque a itinerância em busca de terras novas e férteis e mesmo o trabalho intensivo eram reflexos dos poucos investimentos que garantissem os rendimentos da terra e a produtividade do trabalho.

Os progressos introduzidos no café não atingiram o cul-

<sup>10</sup> DELFIM NETO, p. 72.

tivo propriamente dito. No entanto, praticamente todas as operações de beneficiamento foram mecanizadas - o café era transportado para a casa de máquinas, secado, descortiado, escolhido, ensacado e pesado mecanicamente.

Entretanto, a característica fundamental da atividade cafeeira, até meados da década de 30, estava nas relações entre os capitais envolvidos na produção.

Sérgio Silva afirma que até fins do século XIX o capital cafeeiro tinha diversas funções: apresentava ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial do capital bancário e do capital comercial. Todavia, a análise dessas relações fez ressaltar a dominação das funções comerciais sobre a atividade cafeeira.<sup>11</sup>

(....) Desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitaram a organizar e dirigir plantações de café. Eles eram também os compradores da produção do conjunto de proprietários de terra. Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização do seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade.<sup>12</sup>

Ainda segundo o autor, essas funções se concretizaram na figura das casas comissárias, que desempenharam um papel importante na expansão cafeeira até o final do século XIX.

No início do século XX, à medida que a economia cafeeira se desenvolvia, as funções das casas comissárias iam sendo assumidas pelos bancos e pelas casas de exportação, as quais

<sup>11</sup>SILVA, Sergio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Omega, 1976. 120p.

<sup>12</sup>SILVA, p.59.

passaram a centralizar a compra de toda produção. Assim, a importância dos capitais aplicados na atividade cafeeira, gradativamente, se concentra nessas esferas da economia.

Essas modificações na estrutura de comercialização tinham implicações sobre a produção de café. Com a diminuição em número e importância das casas comissárias, eram maiores as possibilidades de pressão das grandes casas de exportação sobre os preços, pois estas se confrontavam com uma infinidade de agricultores e não mais com algumas casas comissárias detentoras de grandes capitais.

A partir de 1930, o padrão de acumulação da economia brasileira sofre uma inflexão. O capital comercial cafeeiro deixa de ser dominante e a atividade cafeeira vai se tornando cada vez mais dependente dos rumos do capital industrial e financeiro.

Assim, nessa época, quando a frente cafeeira chega com mais força ao Norte Velho do Paraná, a situação da cafeicultura é totalmente nova. A "marcha para o Oeste", caracterizada como uma forma de produção composta por homens que não se limitavam às atividades agrícolas, mas que investiam em estradas de ferro, dominavam a comercialização e controlavam a administração do Estado, estava superada e sem força para garantir sua continuidade.

Nesse período, um novo surto cafeeiro apodera-se do Norte Novo do Paraná, intensificando-se, sobretudo, depois que começaram, em plena mata, os trabalhos de loteamento da Companhia de Terras Norte do Paraná.

A ocupação do espaço foi predominantemente dirigida por essa Companhia, que vendeu uma grande proporção de pequenos lo-

tes, em média de 25 ha.

Assim, os produtores da região Norte Novo se caracterizavam como produtores essencialmente mercantis, embora pudessem ser considerados comparativamente pequenos em função do tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas. Em primeiro lugar, haviam comprado suas terras e necessitavam periodicamente desembolsar dinheiro para o pagamento das mesmas. Em segundo lugar, plantavam, principalmente, o produto nacional de exportação. Essas duas condições exigiam um elevado nível de integração dos produtores com o mercado e, ao mesmo tempo, um certo grau de monetarização de suas economias.

Esses produtores, desde o início, não se configuraram como produtores camponeses, uma vez que não dirigiam suas economias de forma subjetiva, procurando equilibrar a intensidade do trabalho e o uso dos meios de produção com a finalidade de satisfazer as necessidades de subsistência. Pelo contrário, esses produtores buscavam controlar objetivamente seus custos de produção - condição fundamental não só para garantir a sua continuidade como cafeicultor, mas para expandir a produção.

Desde o início, os vínculos desses produtores com o mercado, para a venda da produção, eram intensos, o que explica as pressões para a expansão da rede ferroviária - ligando o Norte cafeeiro com o centro dinâmico da economia nacional -, que foi contemporânea ou mesmo precedeu a colonização da região. Isso evidencia que esses produtores não buscavam somente a ocupação territorial, mas sim o estabelecimento de uma produção voltada para o mercado.

É interessante esclarecer, esse movimento expansivo da cafeicultura, no Norte Novo, se deu numa conjuntura de depres-

são dos preços internacionais do café.

O período compreendido entre 1929 e 1945 é marcado, quanto aos preços do café, por uma profunda depressão ocasionada pela superprodução, derrocada do sistema implantado de defesa permanente, coincidindo com a crise que se seguiu ao "crack" da Bolsa de Nova York, e posteriormente, pelas dificuldades surgidas durante a Segunda Guerra Mundial.

(....) Diante da recessão, muitos cafeicultores abandonaram seus cafezais, especialmente os menos produtivos. Outros se dirigiam para as terras novas paranaenses, alguns diversificavam suas lavouras, e outros ainda fracionaram suas propriedades. Contudo, em função da proibição de plantios novos, mas sobretudo pelo desestímulo dos preços, não houve grande interesse em se plantar extensos cafezais como havia ocorrido na década de 20. A itinerância continuava como sempre, em busca de terras novas, porém sem a euforia dos anos de preços altos.<sup>13</sup>

Durante esse período, o Governo Federal, através do Departamento Nacional do Café-DNC-, adotou basicamente três medidas para a solução da crise cafeeira: proibição de novos plantios, instituição de taxas de exportação e redução de estoques através de sua destruição física. Assim, além da queda dos preços, o fundamental é que a renda do setor cafeeiro ficou praticamente controlada pelo Estado.

Esse Departamento estabeleceu taxas de exportação do produto e um sistema de compra da produção através de quotas. Isto é, para cada safra, dependendo do volume da produção, se alterava o percentual do café liberado para exportação, do armazenado nos depósitos do DNC aguardando embarque e do que se-

<sup>13</sup> CANSIAN, p.29.

ria adquirido compulsoriamente para posterior destruição. Essa última parcela era quase sempre comprada por um preço de quota estabelecido abaixo do custo de produção. Assim, os cafeicultores deveriam recolher enormes quantidades de café sem remuneração para poderem exportar umas poucas sacas.

O programa de controle de produção cafeeira se completou com a destruição dos cafês confiscados pelo Departamento Nacional do Café-DNC.

TABELA 4 - CAFÉ DESTRUÍDO PELO GOVERNO FEDERAL, NO BRASIL - 1931-44

(Em mil)

ANO	SACAS 60 kg
1931	2 825
1932	9 329
1933	13 687
1934	8 265
1935	1 693
1936	3 731
1937	17 196
1938	8 004
1939	3 519
1940	2 816
1941	3 422
1942	2 312
1943	1 274
1944	135
TOTAL	78 214

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1946. São Paulo, Secretaria da Fazenda, Superintendência dos Serviços do Café. p.55

As sacas destruídas, num período de pouco mais de 10 anos, correspondiam a aproximadamente 4,7 bilhões de quilos, equivalentes, na época, a três safras recordes de São Paulo - um montante significativo de café comprado por preços abaixo dos custos de produção.

Desse modo, mesmo numa conjuntura relativamente desfavorável, a medida que a política cafeeira contribuía para reduzir a margem de lucros dos cafeicultores, a atividade se desenvolvia no Norte Novo do Paraná. Tanto o Estado como a Companhia contribuía para viabilizar e acelerar esse processo. Isso porque o café, apesar das dificuldades de comércio, era o produto que mais gerava divisas para o país e, conseqüentemente, para o Estado, que assim pressionava, junto ao Governo Federal, a liberação para continuar expandindo a cafeicultura. Para a Companhia, a venda de pequenos lotes significava uma fonte de renda promissora, tanto é, que rapidamente se expandiu e diversificou seus investimentos.

Para os produtores que se instalavam no Paraná, o café deveria representar uma fonte de renda inicialmente suficiente para reproduzir as condições de vida e trabalho. Além disso, o café não seria o produto exclusivo; o algodão, as pastagens e as lavouras temporárias compunham o trabalho diversificado dos estabelecimentos nas terras novas e complementar a receita dos produtores.

Mas é importante ressaltar que a expansão cafeeira no Norte Novo se deu também num momento de mudanças estruturais da economia brasileira. No período após 30, um novo padrão de acumulação se instala no país, onde o capital cafeeiro perde espaço, gradativamente, para o capital industrial, que passa a imprimir um novo rumo e ritmo na economia brasileira.

Nesse sentido, a Companhia contribuiu decisivamente para alargar a fronteira agrícola, instalando um novo produtor de café, que vai se tornando cada vez mais especializado na produção agrícola. Além disso, esse produtor é mais despojado

comparativamente ao produtor de café do Norte Velho, que investiu montantes muito mais significativos na sua produção.

Eram contrastantes as diferenças dos capitais aplicados na produção, como evidencia o levantamento cafeeiro realizado no Paraná, em 1940. Considerando-se os investimentos feitos nos vários setores - terra, edifícios e maquinismos - percebe-se que a quase totalidade deles se encontrava concentrada na região do Norte Velho.<sup>14</sup>

TABELA 5 - INVESTIMENTOS NA CAFEICULTURA, POR MICRORREGIÕES, SEGUNDO SETORES, NO PARANÁ - 1940

(Em Cr\$ mil)

SETORES	INVESTIMENTOS ABS.	INVESTIMENTOS (%)			
		Norte Velho	Norte Novo	Outras	TOTAL
Terras	209 186	50,31	23,11	26,58	100,0
Edifícios	40 615	59,17	22,48	18,35	100,0
Maquinismos	11 981	91,10	0,79	8,11	100,0
TOTAL	261 822	53,56	22,0	24,44	100,0

FONTE: DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Atlas corográfico da cultura cafeeira: Estado do Paraná. Rio de Janeiro, 1941

O desnível da aplicação dos capitais em terras é explicado, sobretudo, pela diferença da área total das propriedades que, nas zonas velhas, atingia 292 mil ha e nas zonas novas, 121 mil ha. Como o número de propriedades era praticamente o mesmo (respectivamente, 2031 e 2060 propriedades), fica evidente que as áreas médias das propriedades do Norte Novo eram significativamente menores.

As diferenças entre o Norte Novo e o Norte Velho se acentuam quando se considera o capital investido em edifícios e

<sup>14</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Atlas corográfico da cultura cafeeira: Estado do Paraná. Rio de Janeiro, 1941.

maquinismos que se encontravam concentrados no Norte Velho, sendo que as propriedades nas zonas novas, praticamente, não dispunham dessa infra-estrutura.

Esse foi o papel fundamental da Companhia, que, num momento conjuntural e estruturalmente desfavorável, criou, no Norte Novo, uma camada de produtores que se enquadravam numa nova divisão do trabalho especializando-se como produtores agrícolas. Outra ação importante foi o planejamento para que as demais etapas da produção cafeeira, que antes eram desenvolvidas na grande fazenda, se realizassem em bases, sobretudo, urbanas.

### 1.1 A COMPANHIA DE TERRAS

É importante destacar a origem e a evolução da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná que colonizou praticamente 213 das microrregiões que formam o Norte Novo. Sua ação rapidamente integrou os pioneiros, que abriram as fronteiras, imprimindo uma característica dinâmica e expansiva à região.<sup>15</sup> Pode-se afirmar (....) que a história do Norte Novo é a própria história da Companhia que, desde a sua fundação em 1925, idealizara colonizá-lo.<sup>16</sup>

A origem da Companhia se confunde com os interesses dos capitais ingleses no Brasil na década de 20. Desde 1922, o Governo do Presidente Arthur Bernardes desenvolvia gestões junto ao Governo da Inglaterra, no sentido de buscar seu apoio para recuperar o Brasil da crise financeira, econômica e comercial

<sup>15</sup> MORD, Dalton Aureo. Substituição de culturas e transformações na organização do espaço rural do município de Maringá. São Paulo, 1980. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo.

<sup>16</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. s.l., 1975. p.249.

em que se encontrava.

Em 1924, chegava ao Brasil para tratar desses assuntos a missão econômica chefiada pelo Lord Montagu, tendo como assessor Lord Lovat para assuntos agrícolas e florestais. Particularmente, Lord Lovat tinha como incumbência, enquanto diretor acionista da Sudan Plantations, empresa com sede em Londres, organizar, com sócios brasileiros, a empresa Brasil Plantations Syndicate, para produzir e comercializar algodão para suprir a indústria têxtil inglesa.

O Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, em sua edição de 19 de janeiro de 1924, assim se referiu sobre a importância da Missão Montagu, para o Brasil:

(....) o Brasil precisa de recursos poderosos que a sua economia interna ainda não possui, quer para restabelecer definitivamente a ordem nas suas finanças, quer para dar uma expansão maior às suas ricas e variadas fontes de produção. Para isso, todos sabem, não poderá dispensar o capital estrangeiro e se há país que, pela opulência de sua economia, possa francamente merecer esse auxílio, com as maiores garantias esse é incontestavelmente o Brasil. Não podemos prescindir dos mercados monetários da velhas nações. Mas para isso é essencial que se saiba quanto vale realmente o Brasil (....).<sup>17</sup>

Entre outros que pretendiam estabelecer negócios com Lord Lovat, estavam os diretores\* da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, que haviam iniciado a construção do trecho de 29 quilômetros entre Ourinhos e Cambarã, mas, por não disporem de

\*Um dos diretores dessa Companhia era o fazendeiro Antonio Barbosa Ferraz, que havia planejado em 1908 a construção desse trecho da ferrovia.

<sup>17</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, p.43.

capital suficiente, não podiam levar avante o empreendimento. Esse grupo -originalmente ligado à cafeicultura paulista e que expandia a produção nas terras paranaenses - procurava atrair a atenção do financista para as boas perspectivas de investimento em novos trechos ferroviários que ligassem as terras do Paraná ao Porto de Santos, o mais importante centro comercial e financeiro de café na época.

Para tanto, esse grupo publicou no Jornal o Estado de São Paulo, no dia 15 de janeiro de 1924, uma matéria de página inteira na qual procurava ressaltar a potencialidade de investimentos em terras e em infra-estrutura na região.

Hoje, como desde sempre, os paulistas vêm sendo para o nosso caro Brasil, brilhantes factores de sua integração, épicos em outros tempos, não menos audazes e lutadores modernamente (....). Explorando em todo seu Estado esse filão de ouro, que são as terras roxas, de origem vulcânica, em que a produção, principalmente a de café, excede em muito a de outras terras, os paulistas ao divisarem o extenso valle paranaense do rio Paranapanema, todo da mais apurada terra roxa e esplendidamente apropriado à cultura dessa preciosa rubiacea (....), em grande número, lá adquiriram terras (....), esperançosos de que a estrada de ferro Sorocabana attingisse as proximidades do rio Paranapanema (....); em 1908 é que essa estrada de ferro chegou a Durinhos, distante seis kilometros do mencionado rio, e, não penetrando no Estado do Paraná (....), já ia causando desanimo a esses intemperatos sertanistas, quando dois deles genuinamente bandeirantes lançaram os fundamentos de uma grande fazenda de café, rasgaram esplendidas estradas para automóveis, em que gastaram muitas dezenas de contos de reis, e desde logo entrou em suas cogitações a construção de uma linha férrea para o mais rápido e efficiente aproveitamento dessas terras (....); esses dois paulistas que cultuam as nobres tra-

dições de sua raça desanimando de obter a concessão de uma estrada de ferro, com o traçado que entendiam convir aos interesses da zona, quando (....) em agosto de 1920, conseguiram do atual Presidente do Estado do Paraná a concessão da atual Estrada de Ferro Noroeste do Paraná (....). E o facto de vir sendo executado esse traçado por uma empresa particular sem favores do governo, prova a evidência de sua exequibilidade (....). E o traço desse trecho, relativamente pequeno, vai surpreender pela sua renda, pois a linha ferrea até a florescente povoação de Cambará, que em futuro próximo será um segundo Ribeirão Preto, como centro de produção cafeeira, terá desde logo para transportar a prodigiosa produção de cerca de cinco milhões de cafeeiros, e toda a fantástica produção de cereaes que abastece em larga parte o mercado de São Paulo, e, mais ainda, conta com a importação que é sempre volumosa em zonas novas, onde as construções e instalações de industriais tomam desde logo um forte incremento. É pois de crystallina evidencia que essa estrada de ferro terá brilhante destaque entre as de maior renda de nosso país (....).<sup>18</sup>

No entanto, o interesse primeiro de Lovat estava na compra de terras para a produção de algodão. E, ainda em janeiro desse mesmo ano, já havia percorrido as terras do Paraná, quando se encontrou com os diretores da empresa ferroviária e outros produtores de café. Nesse momento, esses empresários chamaram a atenção do financista para as férteis glebas de terras que o Governo do Paraná oferecia por preços muito baixos, decorrentes da inexistência de transporte na região. Assim, se a compra de terras fosse seguida do prolongamento da estrada de ferro, a valorização das áreas poderia chegar a 1 000%, tornan-

<sup>18</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, p.45-8.

do muito lucrativo o empreendimento.\*

Diante das perspectivas de grandes lucros imobiliários, o interesses do grupo inglês se ampliou de forma a abranger a construção de ferrovias, a colonização e o plantio de café, abandonando as atividades relacionadas com o plantio de algodão.

Para viabilizar essas atividades, em fins de 1925 os financistas ingleses deliberaram fundar o Brasil Plantations Syndicate Ltd, com um capital inicial de 200 mil libras esterlinas, bem como uma subsidiária brasileira em São Paulo - a Companhia de Terras Norte do Paraná. Mais tarde, a Brasil Plantations passou a se chamar Paraná Plantations Ltd, aumentando seu capital para 750 mil libras esterlinas, a fim de levantar fundos para realizar empreendimentos através da Companhia de Terras Norte do Paraná, a qual controlava acionariamente.

Ainda, em 1925, a Companhia de Terras Norte do Paraná adquiriu, diretamente do Governo do Paraná, a maior parte de suas terras - 450 mil alqueires - pela quantida de 8 712 contos de reis.

(....) Deve-se levar em conta que a falta de vias de acesso na região muito contribuiu para que o preço das terras fosse fixado por lei em níveis aparentemente muito baixos: cerca de 20 mil reis por alqueire paulista de 24 200 metros quadrados.<sup>19</sup>

\*Essa referência de valorização era concreta, pois já havia acontecido nas terras próximas de Cambará. O prefeito dessa cidade havia loteado algumas glebas urbanas, e vendia por 50 mil reis o lote de meio quateirão. Quando as notícias da aproximação da estrada de ferro começaram a circular os preços desses lotes em um ano atingiram 50 contos de reis. (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, p. 52).

<sup>19</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ, p.59.

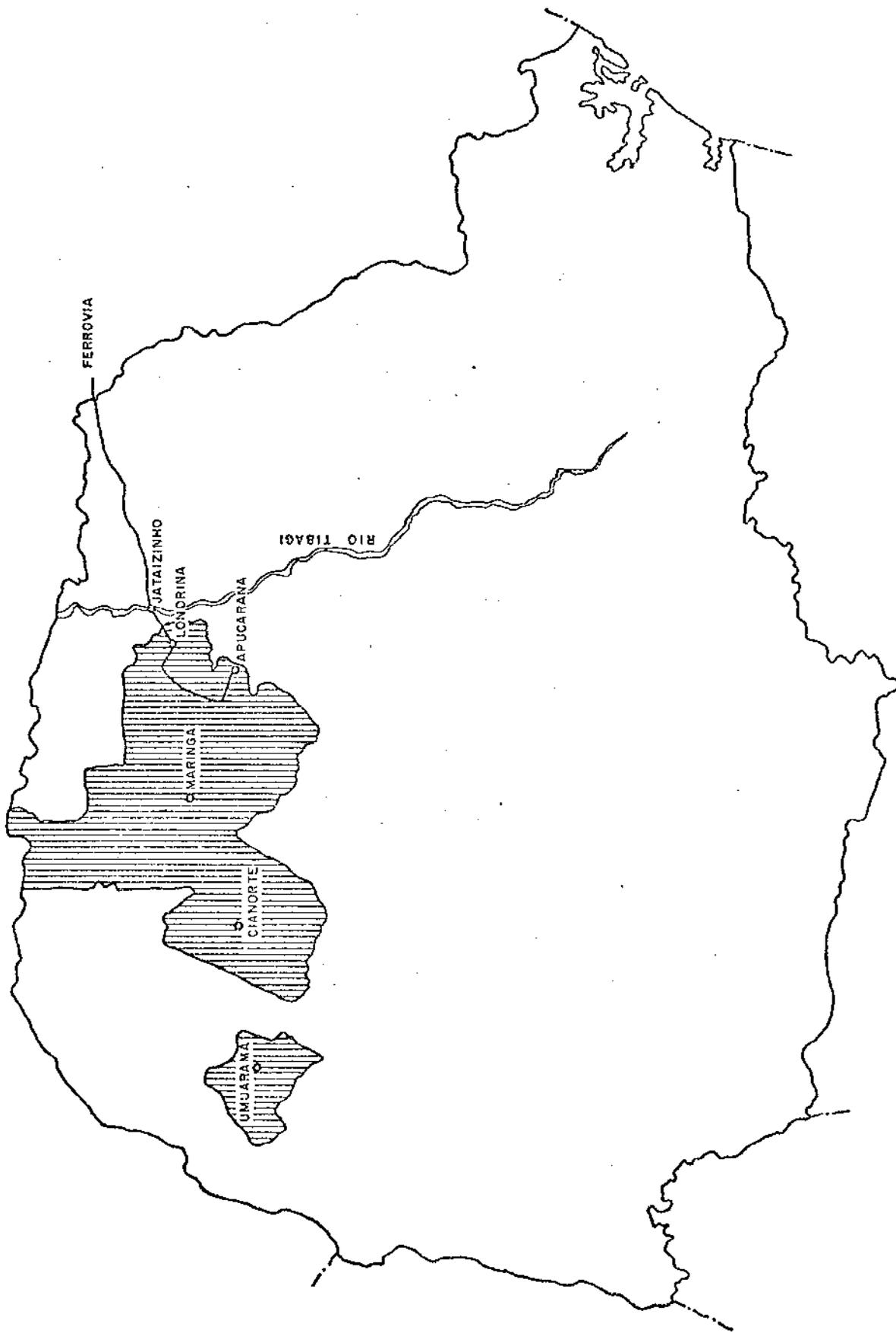
O ponto crítico dessa compra foi a legitimação dos títulos. As terras, naquela época, já se encontravam disputadas por grupos constituídos de possuidores de concessões outorgadas pelo Governo do Estado e de posseiros. Assim, a Companhia realizou um plano bastante seguro para se assegurar do direito total da propriedade: com aprovação prévia do Governo do Paraná, adquiriu títulos de concessões inseguras e posses referentes à área de 450 mil alqueires. Em seguida, propôs ao Governo a compra dessa área pelos preços estabelecidos em lei eliminando os documentos de concessão e posses anteriores. Essa atitude, na opinião dos diretores da Companhia, acabaria com o litígio que estaria retardando o desenvolvimento do Estado.

Entre 1925 e 1927, essa Companhia fez mais algumas compras somando, finalmente, um total de 545 mil alqueires de terras fertilíssimas, cobertas de matas, balizadas pelos rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí (mapa 2). Em 1928, comprou as ações da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, com o objetivo de esticar a Estrada de Ferro de Cambará até um núcleo mais próximo de suas glebas (Jataí), ao mesmo tempo que expandia alguns trechos rodoviários. Com o desenvolvimento dessa infra-estrutura, a venda de lotes foi iniciada, mas só tomou impulso a partir de 1944, após o fim da guerra.

Devido aos dispêndios advindos da guerra, o governo inglês se viu sujeito a vender, entre outras propriedades no Brasil, a Companhia de Terras Norte do Paraná e a Estrada de Ferro.\* Esse negócio foi realizado com um grupo de empresários

\*O custo da Estrada de Ferro, que era concessão do Governo Federal, foi ponto de discordância entre o Governo e os empresários. Estes iam adquiri-la dos ingleses por 128 mil contos de reis e ficavam obrigados a revertê-la ao Governo por 88 mil contos de reis.

GLEBAS ADQUIRIDAS PELA CIA. MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ



brasileiros - liderado por Gastão Mesquita Filho e Gastão Vidigal, fundador do Banco Mercantil -, por 1 520 libras esterlinas.

Instalada, a nova direção da Companhia não alterou as diretrizes básicas do projeto de colonização. As cidades foram distanciadas segundo seu grau de importância. Tanto os núcleos econômicos - de cem em cem quilômetros - com as vilas, centros comerciais e abastecedoras intermediárias, teriam cinturões verdes, isto é, chácaras abastecedoras de hortifrutigranjeiros. A área rural seria cortada por estradas vicinais, ao longo de espigões que permitissem dividir a terra em pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para as estradas e fundos para um ribeirão. A parte alta seria apropriada para o desenvolvimento da atividade agrícola básica - o café; a parte baixa apropriada para a construção da casa e desenvolvimento de atividades para o consumo próprio.

A característica mais importante da obra da Companhia foi a divisão da terra em pequenos lotes, oferecendo oportunidade para os vários segmentos sociais adquirirem lotes tanto pela dimensão, como pela modalidade de pagamento. (...) [Os lotes eram vendidos] a prazo, mediante o pagamento de 30% do valor como entrada e o restante em quatro anos, com juros de 8% ao ano.<sup>20</sup>

Segundo a estratégia da Companhia, deveria predominar o pequeno proprietário, que teria sua estabilidade garantida tanto pela apropriação do lote devidamente demarcado e titulado, como pelo acesso rápido ao centro comercial. Esse pequeno pro-

<sup>20</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, p.46.

prietário não deveria agir como o grande fazendeiro de café, que produzia grandes safras e as comercializava nos centros de São Paulo ou Santos. Deveria, isto sim, vender seus lotes de sacas de café, nas vilas, aos pequenos maquinistas, que, por sua vez, comercializariam a produção nas cidades maiores, através dos representantes das casas exportadoras. Por outro lado, ele não gastaria o dinheiro recebido nas grandes cidades, como fazia o grande fazendeiro, mas sim no comércio das vilas, estimulando, dessa forma, uma "salutar" circulação do dinheiro.

No entanto, a Companhia, não excluía a venda de áreas maiores, o que permitiu a formação de grandes fazendas, pertencentes a profissionais liberais e/ou nobres europeus. Além disso, vendeu parcelas de terras para outros empreendedores que realizariam novos loteamentos.

Os resultados satisfatórios desse processo de colonização podem ser medidos de três formas. Em primeiro lugar, pela expansão acelerada da própria empresa. Essa particamente encerrou, na década de 50, seu projeto de vendas de lotes, que, de fato, estava comprometido tanto pela valorização constante das terras, como pelo próprio esgotamento da fronteira, que não permitia a apropriação de grandes extensões a baixos preços. Mas garantiu sua continuidade, a partir dessa época, num esquema de expansão diversificada, quando passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Assim é que (...) por iniciativa do mesmo grupo financeiro que desenvolveu o bem sucedido plano de colonização [foram fundados] os seguintes empreendimentos industriais: Empresa Elétrica de Londrina, organizada com o objetivo de fornecer energia elétrica a essa e outras prósperas cidades da região; Companhia Agrícola Usina Ja-

carezinho, produtora de açúcar; Companhia de Cimento Portland Maringá, produtora de cimento; Cobrasma, produtora de vagões e outros equipamentos ferroviários; Forjas Nacionais, Fornaça, produtora de tubos galvanizados; Braseixos, produtora de autopeças e produtos forjados; e A Marítima, Companhia de Seguros Gerais.<sup>21</sup>

Ao mesmo tempo, desde 1950, essa Companhia começou a organizar a exploração agropecuária de suas terras, implantando lavouras de café que somam mais de 2 milhões de pés, e estendendo pastagens por mais de 30 mil hectares de terras, onde, em 1975, se abrigava um rebanho de 50 mil cabeças de gado Nelore.<sup>22</sup>

Em segundo lugar, pode-se medir o sucesso do empreendimento pela velocidade com que a Companhia estruturou e integrou, na economia nacional, aproximadamente 10% da área do Paraná, ou seja, 545 mil alqueires, ou ainda 13 166 quilômetros quadrados. Entre 1940-70 fundou 63 cidades e vilas, vendeu lotes e chácaras de área variável entre 5 e 30 alqueires a 41 mil compradores e cerca de 70 mil lotes urbanos com média de 500 metros quadrados.

Mas o terceiro fenômeno resultante, talvez o mais importante, foi a forma como essa região se integrou na economia brasileira. Chama a atenção o fato de ela ter sido ocupada de forma relativamente organizada, através de pequenas unidades - em que pese a colonização não encontrou, nessas regiões, pesadas estruturas sociais como as herdadas no Brasil colonial - que

<sup>21</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, p.185-6.

<sup>22</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, p.197.

eram vendidas a preços relativamente acessíveis.\*

Essas condições geraram, de certa forma, uma camada significativa de pequenos produtores, considerando-se o tamanho das áreas apropriadas, que realizaram desde o início uma produção intensiva da terra, combinando seu uso com as produções de café e alimentos para consumo interno. Para tanto, utilizaram o trabalho de suas famílias e de outros trabalhadores, aos quais cediam parcela da terra como forma de complementar seus salários.

Assim, esses produtores rapidamente se integraram ao circuito do capital na economia brasileira, através da comercialização dos seus produtos. E à medida que se cristalizava a mercantilização dessas economias diminuía, nos estabelecimentos a produção para consumo próprio, tornando esses produtores cada vez mais dependentes do mercado, ou da economia capitalista, tanto para a venda do seu produto, como para a compra de mercadorias que garantiam sua reprodução.

Em síntese, pode-se dizer que a ação da Companhia de Terras Melhoramentos Norte do Paraná foi decisiva no sentido de regular a venda de terras, que já se tornava mercadoria e tendia a se valorizar rapidamente; tratou, em primeiro lugar, de por um ponto final na situação relativamente caótica em que se encontravam as terras, devido aos processos de grilagem, terras tituladas mais incultas, etc.

A partir daí, essa Companhia demarcou e vendeu as par-

\*Em 1950, o preço do alqueire não ia além dos 10 mil cruzeiros, ou seja, cerca de 15 vezes o salário mínimo fixado para a região Norte paranaense e oito vezes o estabelecido para a cidade de São Paulo. Assim sendo, uma pessoa que adquirisse, nesse ano, um lote de 3 alqueires por 30 mil cruzeiros, poderia pagá-lo em 48 prestações, o que significava um pouco mais que um salário mínimo por mês. (PADIS, p.106).

celas de terras que se valorizavam não somente pela infra-estrutura que se estava colocando à disposição, mas principalmente pela "marcha do café" que se aproximava, e, independente da ação da Companhia, rapidamente aportaria na região. Além disso, atraiu muitos produtores à medida que divulgava as condições reais e ao mesmo tempo místicas da venda de lotes numa região de fronteira - terras férteis e acessíveis -, que dariam aos compradores e até aos trabalhadores a possibilidade de exercer um trabalho autônomo, efetuando uma crescente apropriação dos frutos do trabalho.

Portanto, controlando esses fatores de base e ideológicos, a Companhia pôde rapidamente extrair do empreendimento grandes rendimentos. Mas o resultado fundamental de sua ação se deu quando colocou a economia de uma grande região do Paraná, desde a sua origem, sob a dominação do capital.

## 2 AS CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL DAS MICRORREGIÕES DO NORTE NOVO

Em meados de 1950, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná encerrava a venda dos lotes urbanos e rurais na região Norte Novo do Paraná, num total de 545 mil alqueires. O projeto de ocupação dessa região teve sua origem no Município de Londrina e posteriormente desdobrou-se nas microrregiões de Maringá e Apucarana.

Nessa época, as microrregiões já guardavam uma importância significativa na produção de café. Foram colhidas, em 1950, 173 mil toneladas para um total de 303 mil toneladas do Paraná, ou seja, 57%. A produção continuou se expandindo até fins da década de 50, quando os preços do café entraram em franca ascensão, crescendo 5,3 vezes no período (303 mil toneladas para 1 635 toneladas).

O crescimento da produção, nessa região, acompanhou o ritmo da produção no Estado, pois em 1960 respondia por quase 50% do total. Essa queda, em relação a 1950, reflete apenas a expansão acelerada dessa cultura numa nova região do Paraná - o Norte Novíssimo.

Impulsionado por um dinamismo sem controles, o plantio de café invadiu áreas impróprias (...) ou inadequadas, inclusive sujeitas a geadas. (...) Quando a massa de cafezais plantados no início da década de 50, sob estímulo dos preços altos, iniciavam sua produção, ocorreram fortes geadas, nos

anos de 1953 e 55. A recuperação se fez nos 3 anos seguintes, explodindo a produção paranaense ao nível de 20 milhões de sacas em 1960. Em três anos, o Paraná passa de 2 para 20 milhões de sacas e o Brasil de 12 para 43 milhões.<sup>23</sup>

Essas informações ilustram o caráter mercantil da produção instalada na região. Os produtores se voltaram para a produção cafeeira e rapidamente se integraram na economia brasileira, respondendo aos estímulos dos preços.

Evidentemente que esses produtores não se confundiam com a categoria historicamente dominante da cafeicultura paulista, os "barões do café", nem mesmo com aquela que ocupou a região Norte Velho.

As características básicas da produção já os diferenciavam. Em primeiro lugar, tanto a área média dos estabelecimentos como o número de pés de cafês, por propriedades, eram bem menores.

Segundo os dados apresentados pela pesquisa do IBC/OEA, o tamanho médio das propriedades cafeeiras no Paraná, em 1960, era de 61,8 hectares, sendo bem maior nas zonas Velha (73,9 ha) e Novíssima (69,6 ha), do que na zona Nova (49,7 ha).<sup>24</sup>

Essa mesma pesquisa apresentou as diferenças entre as propriedades cafeeiras para os Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, evidenciando que o tamanho médio das propriedades em São Paulo era significativamente maior que nos outros dois.

<sup>23</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. O Paraná e a economia cafeeira. Rio de Janeiro, CODEPAR, SPL, 1963. p. 1/13.

<sup>24</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Departamento Econômico-Pesquisa. Cafeicultura no Paraná. Rio de Janeiro, IBC/OEA, 1961. p. 45.

TABELA 6 - PROPRIEDADES CAFEIRAS POR ÁREA MÉDIA E EM CAFÉ, NOS ESTADOS DO PARANÁ, SÃO PAULO E MINAS GERAIS - 1958-1961

(Em ha)

ESTADO	ANO	FONTE	ÁREA MÉDIA DAS PROPRIEDADES CAFEIRAS	ÁREA MÉDIA EM CAFÉ
Paraná	1961	Pesquisa IBC/OEA	61,8	24,7
São Paulo	1958	Relatório CEPAL/FAO	115,1	16,2
Minas Gerais	1961	Pesquisa IBC/OEA	75,5	8,4

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Cafeicultura no Paraná. Rio de Janeiro, IBC/OEA, 1961. p.45

Entretanto, a área média dedicada à cafeicultura era bem superior no Paraná, como mostra a tabela 6, revelando, de certa forma, a maior especialização dos cafeicultores enquanto agricultores.

O predomínio da produção de café se fazia sentir sobre os demais produtos. Sem dúvida, não havia concorrência, mesmo considerando que, nessa época, grande parte da produção de alimentos era realizada pelos trabalhadores que detinham a posse das terras, como parceiros, arrendatários, ou colonos. Segundo os dados da tabela 7, no período 1950-60, o crescimento da quantidade colhida de café é demonstrativo da importância dessa cultura para os produtores e para as microrregiões. Enquanto a quantidade de café cresce 4,5 vezes (de 173 mil para 796 mil toneladas) as quantidades colhidas de feijão, arroz e milho ficam em torno de 1,5 vezes. De fato, a expansão do café supera de longe a das demais culturas temporárias, definindo os rumos sócio-econômicos da região.

A cultura cafeeira absorveu uma massa significativa de trabalhadores numa condição diferenciada em relação aos trabalhadores "livres", pois a grande maioria possuía, particular-

TABELA 7 - PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES, SEGUNDO MICRORREGIÃO E ESTADO, NO PARANÁ - 1950-80  
(Em t)

MICRORREGIÃO	FEIJÃO	ARROZ	MILHO	ALGODÃO	SOJA	CANA	CAFÉ
Norte Novo de Londrina							
1950	45 289	31 773	133 658	-	-	-	136 384
1960	9 070	17 448	51 313	16 933	-	-	442 554
1970	9 522	39 933	142 501	63 803	14 458	722 294	28 691
1980	4 052	10 850	190 888	42 896	297 352	1 433 639	68 362
Norte Novo de Maringá							
1950	8 275	4 735	19 310	-	-	-	19 480
1960	11 980	8 909	37 134	1 458	-	-	212 857
1970	3 414	19 719	76 592	14 997	63 627	81 617	920
1980	2 445	4 126	52 219	11 514	302 716	357 088	23 888
Norte Novo de Apucarana							
1950	13 361	10 696	73 917	-	-	-	17 670
1960	16 661	24 098	64 745	12	-	-	141 008
1970	73 620	45 773	299 160	7 107	5 895	3 151	9 321
1980	51 522	14 202	258 994	49 071	123 431	7 152	22 037
Estado							
1950	169 731	95 880	936 705	-	-	-	303 015
1960	221 688	171 382	1 474 493	112 903	3 547	722 824	1 635 122
1970	457 096	375 603	3 426 389	397 063	411 642	1 686 252	116 900
1980	427 128	235 159	3 908 144	452 490	4 408 495	4 110 750	367 914

FONTE: IBGE - Censo agrícola do Paraná, 1950-60 e Censo agropecuário do Paraná, 1970-80

mente, o "acesso" a um pedaço de terra. No entanto, as condições muito particulares cercaram essas possibilidades de acesso à terra, mas, em última instância, para os trabalhadores e para a produção, esse "acesso" foi somente uma situação transitória.

Cabe ressaltar a importância quantitativa desses trabalhadores - que contribuíram para acelerar o crescimento populacional da região e do Estado - e o período de tempo em que eles foram necessários para garantir os níveis de produção.

Pode-se verificar, pelos dados disponíveis dos Censos Agrícolas, que houve dois momentos bastante distintos em relação à absorção de pessoal ocupado.

O primeiro momento abrange a década de 50, quando a ocupação no Norte do Paraná estava em expansão. No início da década, predominavam, nas várias microrregiões, os proprietários na condição de responsáveis pelas atividades agrícolas, sendo que 80% dos estabelecimentos eram dirigidos por eles.

A estrutura fundiária não apresentava uma distribuição bastante homogênea. Especialmente a microrregião Londrina apresentava, na época, uma estrutura fundiária relativamente concentrada. Os estabelecimentos com até 50 ha, que representavam 82% do total, ocupavam 27% da área dos estabelecimentos, enquanto os de mais de 500 ha chegavam a apenas 1,1% do total, ocupando 40% da área total. (tabelas 8 e 9).

As microrregiões Maringá e Londrina apresentavam uma distribuição mais equilibrada, no entanto, elas estavam, nessa época, iniciando seu processo de ocupação, que se consolidaria apenas em meados da década de 60.

Em relação aos trabalhadores, predominavam os emprega-

TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COM ATÉ 50 HA E DE 500 HA E MAIS, SEGUNDO MICRORREGIÕES E ESTADO, NO PARANÁ - 1950-80

MICRORREGIÃO	1950			1960			1970			1980		
	Total dos Estab. Abs.	Com até 50 ha %	Com mais de 500 ha %	Total dos Estab. Abs.	Com até 50 ha %	Com mais de 500 ha %	Total dos estab. Abs.	Com até 50 ha %	Com mais de 500 ha %	Total dos estab. Abs.	Com até 50 ha %	Com mais de 500 ha %
Norte Novo de Londrina	11 417	82,0	1,1	21 711	87,3	0,8	29 467	90,8	0,8	18 234	80,7	0,9
Norte Novo de Maringá	1 948	78,0	0,7	12 711	93,1	0,0	21 188	96,5	0,0	10 555	86,3	0,2
Norte Novo de Apucarana	5 087	83,0	0,8	12 284	91,7	0,2	45 376	97,5	0,0	30 008	93,6	0,3
Estado	89 461	70,0	2,0	269 146	86,0	0,7	554 488	92,8	0,3	454 103	89,1	0,7

Fonte: IBGE - Censo agrícola do Paraná, 1950-60 e Censo Agropecuário do Paraná, 1970-80

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS COM ATÉ 50 HA E DE 500 HA E MAIS, SEGUNDO MICRORREGIÕES E ESTADO, NO PARANÁ - 1950-80

MICRORREGIÃO	1950			1960			1970			1980		
	Área total dos estab. Abs.	Estab.lec. c/ até 50ha %	Estab.lec. c/ mais de 50 ha %	Área total dos estab. Abs.	Estab.lec. c/ até 50ha %	Estab.lec. c/ mais de 50 ha %	Área total dos estab. Abs.	Estab.lec. c/ até 50ha %	Estab.lec. c/ mais de 50 ha %	Área total dos estab. Abs.	Estab.lec. c/ até 50ha %	Estab.lec. c/ mais de 50 ha %
Norte Novo de Londrina	741 393	27,1	40,0	893 248	35,4	28,0	963 633	37,6	28,0	963 295	25,1	29,3
Norte Novo de Maringá	100 631	33,0	19,1	289 916	61,7	5,8	335 115	68,3	6,3	338 545	43,3	8,9
Norte Novo de Apucarana	234 071	30,2	22,2	344 531	48,6	16,7	604 506	63,1	13,7	688 146	43,7	21,7
Estado	8 032 743	16,5	43,0	11 384 934	52,8	29,0	14 626 530	41,7	26,1	16 380 332	31,8	32,4

Fonte: IBGE - Censo agrícola do Paraná, 1950-60 e Censo Agropecuário do Paraná, 1970-80

dos temporários e permanentes, que, somados, superavam os trabalhadores na condição de membros não-remunerados da família. A participação mais significativa dos assalariados estava relacionada com o tipo de frente de trabalho que predominava na época, ou seja, a criação de estradas, a abertura de fazendas e, principalmente, a empreitada do plantio dos primeiros cafezais (tabelas 10 e 11).

Em 1960, tanto a estrutura de posse da terra como a de pessoal ocupado se configuraram de forma diferenciada em relação a 1950. Além disso, o ritmo de expansão da região impulsionou o crescimento absoluto dos estabelecimentos e pessoal ocupado.

Ocorreu uma desaceleração do crescimento da categoria de proprietários, sendo muito significativo o crescimento dos parceiros\* na condição de responsável. Na microrregião Londrina, a categoria dos proprietários sofreu uma queda relativa de 30 pontos percentuais, chegando a representar somente 55% do total de responsáveis, enquanto a dos parceiros subiu de 4% para 31%. Nas demais microrregiões, o crescimento da categoria de parceiros também foi acentuado e eles chegaram a representar 33% e 26% do total de responsáveis, respectivamente para Maringá e Apucarana (tabela 12).

Esse processo de distribuição da posse da terra contribuiu para a definição de uma nova face de estrutura fundiária.

\*O Censo Agrícola de 1960 identifica arrendatários e parceiros na condição de responsável quando esses remuneram o proprietário das terras em produtos. Segundo esse critério, os parceiros se configuram na maioria absoluta dos responsáveis, tanto nas várias regiões como no Estado. Por esses motivos, adotou-se, também para os demais anos, esse critério.

TABELA 10 - PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, POR MICROREGIÃO, SEGUNDO CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO, NO PARANÁ - 1950-80

CATEGORIA	NORTE NOVO DE LONDRINA					NORTE NOVO DE MARINGÁ					NORTE NOVO DE APUCARANA					ESTADO				
	1950	1960	1970	1980	1990	1950	1960	1970	1980	1990	1950	1960	1970	1980	1990	1950	1960	1970	1980	1990
	Membros não-remunerados da família	43 557	65 733	92 222	44 812	8 120	45 696	58 271	28 402	19 419	38 545	129 790	88 076	278 210	797 617	1 696 234	1 369 230	1 269 513	1 193 453	50 693
Empregados Permanentes	29 008	44 049	30 787	33 807	3 764	15 295	5 301	8 634	7 525	12 935	8 612	16 202	106 865	192 998	1 269 513	195 185	192 998	119 126	24 607	9 381
Empregados Temporários	22 336	21 135	23 423	14 461	2 434	6 073	3 211	10 461	4 134	7 048	10 120	8 861	96 260	170 409	119 126	193 453	24 607	50 693	4 535	9 381
Parceiros	11 696	38 856	11 209	10 539	2 058	12 419	277	3 380	1 537	8 721	1 081	7 784	26 252	95 558	24 607	50 693	24 607	50 693	4 535	9 381
Outros	-	7 253	1 062	318	-	1 777	30	135	-	2 121	481	212	-	28 116	9 381	4 535	9 381	4 535	4 535	9 381
TOTAL	106 607	177 026	158 703	103 937	16 376	81 460	67 090	51 012	32 615	69 370	150 084	121 141	507 607	1 284 698	1 981 471	1 807 326	1 696 234	1 369 230	50 693	4 535

Fonte: ISEE - Censo agrícola do Paraná, 1950-80 e Censo agropecuário do Paraná - 1970-80

TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, POR MICROREGIÃO, SEGUNDO CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO, NO PARANÁ - 1950-80

CATEGORIA	NORTE NOVO DE LONDRINA					NORTE NOVO DE MARINGÁ					NORTE NOVO DE APUCARANA					ESTADO				
	1950	1960	1970	1980	1990	1950	1960	1970	1980	1990	1950	1960	1970	1980	1990	1950	1960	1970	1980	1990
	Membros não-remunerados da família	40,8	37,2	58,1	43,1	49,6	56,3	86,8	55,7	59,5	55,6	86,4	72,7	54,8	62,1	85,7	75,7	62,1	52,1	65,7
Empregados Permanentes	27,3	24,9	19,4	32,5	23,0	18,9	7,9	16,9	23,7	18,6	5,7	13,3	21,0	15,0	6,5	10,7	15,0	6,5	10,7	10,7
Empregados Temporários	20,9	11,9	14,8	13,9	14,9	7,4	4,8	20,5	12,7	10,2	6,8	7,3	18,9	13,2	6,0	10,5	13,2	6,0	10,5	10,5
Parceiros	10,9	21,9	7,1	10,1	12,5	15,2	0,4	6,6	4,7	12,6	0,7	6,4	5,2	7,4	1,2	2,8	7,4	1,2	2,8	2,8
Outros	-	4,1	0,6	0,3	-	2,2	0,1	0,2	-	3,0	0,3	0,2	-	2,2	0,4	0,2	2,2	0,4	0,2	0,2
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: ISEE - Censo agrícola do Paraná, 1950-80 e Censo agropecuário do Paraná - 1970-80

TABELA 12 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL, POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO MICRORREGIÕES E ESTADO, NO PARANÁ - 1950-80

MICRORREGIÃO	TOTAL					PROPRIETÁRIO					PARCEIRO					OCUPANTE					ADMINISTRADOR				
	1950	1960	1970	1980	1990	1950	1960	1970	1980	1990	1950	1960	1970	1980	1990	1950	1960	1970	1980	1990	1950	1970	1990		
Norte Novo de Londrina	11 417	21 711	29 467	18 234	9 200	12 102	15 608	14 354	453	6 773	12 678	3 177	388	245	1 181	703	1 376	2 591	-	-	-	-	-	-	
	(100)	(100)	(100)	(100)	(80,6)	(55,7)	(53,0)	(78,7)	(4,0)	(31,2)	(43,9)	(17,3)	(3,4)	(1,1)	(4,0)	(3,8)	(12,0)	(12,0)	-	-	-	-	-		
Norte Novo de Maringá	1 948	12 711	21 188	10 555	1 545	7 356	8 243	7 961	33	4 264	12 600	2 293	153	66	345	301	216	1 205	-	-	-	-	-	-	
	(100)	(100)	(100)	(100)	(79,3)	(57,9)	(38,9)	(75,4)	(1,7)	(33,5)	(59,5)	(21,7)	(7,8)	(0,5)	(1,6)	(2,8)	(11,2)	(8,1)	-	-	-	-	-	-	
Norte Novo de Apucarana	5 087	12 283	45 376	30 008	3 647	8 242	19 394	18 180	365	3 184	23 758	10 155	725	79	2 224	1 673	350	779	-	-	-	-	-	-	
	(100)	(100)	(100)	(100)	(71,7)	(67,1)	(42,7)	(60,5)	(7,2)	(26,0)	(52,3)	(33,8)	(14,4)	(0,6)	(4,9)	(5,6)	(6,8)	(6,3)	-	-	-	-	-	-	
Estado	89 461	269 146	554 488	454 103	68 609	165 947	312 762	305 675	4 436	56 332	191 678	106 384	12 043	33 786	50 048	41 954	4 361	13 054	-	-	-	-	-	-	
	(100)	(100)	(100)	(100)	(76,6)	(61,6)	(56,4)	(67,3)	(5,0)	(20,9)	(34,6)	(23,4)	(13,5)	(12,6)	(9,0)	(9,2)	(4,9)	(4,9)	-	-	-	-	-	-	

Fonte: ISE - Censo agrícola do Paraná, 1950-60 e Censo agropecuário do Paraná - 1970-80

Houve um crescimento dos estabelecimentos com até 50 ha - que chegaram a representar em torno de 90% do total de estabelecimentos - e da área ocupada pelos mesmos. Do mesmo modo, houve uma redução expressiva dos estabelecimentos com mais de 500 ha e da respectiva área ocupada.

Em relação ao pessoal ocupado nos estabelecimentos, a categoria de empregados continuou crescendo, principalmente a dos empregados permanentes, que deveria incorporar a dos colonos. No entanto, a categoria dos parceiros sofreu um crescimento ainda mais acelerado.

Assim, pode-se considerar que, até esse momento, a fronteira agrícola se expandia e a população da região crescia num ritmo acelerado, devido às condições econômicas e sociais que davam aos trabalhadores e a suas famílias a condição de acesso à terra. Em outras palavras, a expansão da fronteira se fazia, sobretudo, pela difusão dos estabelecimentos que eram geridos de forma predominante pelos parceiros e suas famílias, concentrando, desse modo, a força de trabalho no local de produção.

A rigor, mesmo no período de ocupação do Paranã, a condição de fronteira não facilitou a apropriação particular das terras. O fator que decisivamente alargou a estrutura real da terra e assegurou a fixação de um volume de mão-de-obra no campo foi a característica da atividade agrícola, que mantinha o trabalhador junto do seu local de trabalho, dispondo de uma área de terra para cultivo próprio, a partir da qual assegurava total ou parcialmente sua sobrevivência.

A pesquisa realizada pelo IBC/OEA, sobre a cafeicultura no Paranã em 1961, evidencia uma gama mais variada de trabalhadores residentes nas propriedades, mas comprova o predomínio

dos parceiros. Conforme essa pesquisa, do total das propriedades cafeeiras do Estado, 35% eram exploradas por parceiros ou meeiros; 32,6%, por famílias de proprietários; 11,0%, por colonos; 6,8% por diaristas e as 14,3% restantes, por combinação desses regimes, ou por empreiteiros, mensalistas e outras modalidades de exploração de menor importância.<sup>25</sup>

Do mesmo modo, essa pesquisa comprova o predomínio do trabalho de parceria nos menores estabelecimentos. As tendências básicas observadas indicam que a participação da exploração familiar na cafeicultura tende a decrescer como o aumento da propriedade. Com a exploração de parceiros, verifica-se fenômeno análogo, embora menos rapidamente. Já a exploração por colonos e diaristas cresce de importância com o aumento do tamanho das plantações. Também a exploração por empreiteiros só assume significação nas propriedades de maior porte (tabela 13).<sup>26</sup>

É importante destacar o sentido da manutenção da relação de trabalho que permitia o acesso do trabalhador à terra e que predominou no campo paranaense até 1960, avançando ainda, embora com menos intensidade, até 1970 e reduzindo-se a partir dessa época.

Os parceiros, colonos e pequenos arrendatários tiveram diferenças substanciais nos seus contratos de trabalho com os proprietários das terras nas quais trabalhavam. Todavia, tinham em comum a posse socialmente precária da terras, onde deveriam realizar parte da sua subsistência. Duas circunstâncias especiais permitiam que essa massa de trabalhadores fosse absorvida nas atividades agrícolas.

<sup>25</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, p.66.

<sup>26</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, p.68.

TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO DOS CAFEZEIROS, POR REGIME DE EXPLORAÇÃO, SEGUNDO CLASSE DE TAMANHO, NO PARANÁ - 1961  
(Em %)

TAMANHO DOS CAFEZEIS (mil pés)	REGIME DE EXPLORAÇÃO POR TALHÕES							TOTAL
	Famílias	Colonos	Parceiros	Empreit.	Diaristas	Outros	TOTAL	
Até 0,9	50,6	-	49,1	-	0,3	-	100	
De 1,0 a 1,9	58,8	-	41,2	-	-	-	100	
De 2,0 a 3,9	66,8	9,7	21,9	1,6	-	-	100	
De 4,0 a 7,9	48,9	5,6	39,5	1,0	4,7	0,3	100	
De 8,0 a 15,9	30,5	11,4	43,7	1,0	11,5	1,0	100	
De 16,0 a 31,9	19,3	16,3	49,7	5,6	9,1	-	100	
De 32,0 a 63,9	8,1	36,4	30,5	6,7	13,8	4,5	100	
De 64,0 a 127,9	1,8	40,8	26,2	7,8	13,2	10,2	100	
De 128,0 a 255,9	1,3	33,6	12,0	22,9	22,6	7,6	100	
De 256,0 a 511,9	-	58,1	1,8	2,2	33,6	4,3	100	
De 512,0 a 1 023,9	-	36,5	11,8	18,4	33,3	-	100	
De 1 024,0 em diante	-	74,4	-	-	25,6	-	100	
TOTAL	16,5	27,4	31,7	6,7	14,2	3,5	100	

FONTE: IBC/OEA. Cafecultura no Paraná. Rio de Janeiro, 1961. p.68

Em primeiro lugar, a agricultura de um modo geral e a cafeicultura particularmente não dispunham de recursos tecnológicos que reduzissem ou racionalizassem a absorção de mão-de-obra nos trabalhos agrícolas. De fato, as tecnologias voltadas para impulsionar os rendimentos da terra ou a produtividade do trabalho não se encontravam difundidas em grande escala.

As informações relativas ao emprego de força nos trabalhos agrários dos estabelecimentos dão uma dimensão muito clara do fraco desenvolvimento tecnológico na década de 50.

TABELA 14 - EMPREGO DE FORÇA NOS TRABALHOS AGRÁRIOS DOS ESTABELECIMENTOS EM ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO MICRORREGIÕES E ESTADO, NO PARANÁ - 1950

MICRORREGIÃO	ESTABELECIMENTOS	ANIMAL	MECÂNICA	ANIMAL E MECÂNICA	SEM EMPREGO DE FORÇA
Norte Novo de Londrina	11 417	4,80	0,03	0,07	95,07
Norte Novo de Maringá	1 948	2,46	-	-	97,54
Norte Novo de Apucarana	5 087	0,77	0,02	0,02	99,45
Estado	89 461	41,09	0,03	0,20	58,68

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná, 1950

Observa-se que praticamente 95% dos estabelecimentos da região não usavam nenhum tipo de força animal ou mecânica nos trabalhos agrícolas. É patente que nem mesmo o país dispunha, na época, de um parque industrial que suprisse a oferta de equipamentos mecânicos. Tanto assim, que a diferença significativa da região com o resto do Estado está no uso da força animal.

A absorção de insumos no parque cafeeiro também era bastante restrita, embora fosse a "cultura de ponta" da economia brasileira.

O inquérito do IBC/OEA de 1961, relativo às condições

de produção, evidencia, por um lado, que somente as grandes propriedades cafeicultoras tinham acesso a tecnologias mais sofisticadas. A relação de tratores, caminhões e máquinas por hectare cultivado tendia a crescer com o tamanho dos cafezais, e era bem mais alta entre as propriedades de 31,9 e 63,9 mil cafeeiros. Ao contrário, a relação "carroças, charretes e carretas por hectare" cresce até 4 mil pês, decrescendo daí por diante.

Por outro lado, o inquérito é muito claro e permite distinguir que o uso de tecnologia não era muito definido. As propriedades que contavam com a utilização de insumos eram muito restritas, principalmente na região do Norte Novo. Evidentemente que a adubação ótima depende de cada tipo de terra, conforme o grau de desgaste de seus elementos nutrientes, etc. Em todo caso, as informações sobre a adubação dos cafeeiros no Paraná dão conta que essa prática era relativamente pequena - apenas 9,3% dos cafeeiros do Estado haviam sido tratados com adubos químicos e 20,5% com adubos orgânicos. Do mesmo modo, somente 20% dos cafeeiros tinham sido tratados com inseticidas contra pragas e moléstias.

Provavelmente, foram essas condições que asseguraram um contingente tão elevado de população no campo. Para os trabalhadores, havia a possibilidade do emprego intensivo, já que o uso de tecnologia era tão pouco difundido, refletindo as condições gerais do progresso tecnológico.

Outra circunstância que induzia a absorção maciça dos trabalhadores com acesso à terra era a ausência de um mercado de trabalho, isto é, não havia se consolidado uma oferta abundante de trabalhadores "livres" que os produtores proprietá-

rios pudessem dispor segundo as necessidades do processo produtivo. Essa dificuldade de localizar e contratar trabalhadores decorria, além da inexistência do mercado de trabalho e do fraco nível do desenvolvimento tecnológico, da carência de vias e meios de transportes que tornassem a região de fácil acesso para viabilizar a mobilidade da força de trabalho. Por isso, os trabalhadores disponíveis precisavam ficar "amarrados" aos proprietários, que criavam diversos mecanismos para cristalizar essa situação.

As cláusulas formalizadas nos contratos - entre os colonos, formadores e parceiros com os proprietários - estabeleciam minuciosamente as obrigações dos contratados, desde as condições do plantio de subsistência à divisão do tempo do trabalhador entre as atividades para a fazenda e as atividades próprias. Desse modo, a reprodução dessas categorias podia ser totalmente controlada pelos proprietários, que subordinaram esse processo às exigências prioritárias da produção, ou seja, a própria reprodução nas fazendas.

Outro aspecto fundamental dessa relação é que tanto os parceiros, como os formadores de café arcavam com parte substancial do ônus ou do risco da atividade cafeeira - a produção principal das propriedades - na medida em que sua quota-parte diminuía proporcionalmente caso fenômenos climáticos atingissem a produção.

Além disso, parte da remuneração desses trabalhadores voltava aos proprietários na forma de multas, comissões, e, sobretudo, através de sobrepreços cobrados da remuneração em espécie que lhes era fornecida. Assim, o endividamento gradativo dos trabalhadores, além do mecanismo de exploração do

trabalho, era uma forma de retenção de mão-de-obra na fazenda.\*

O desenvolvimento que ocorreu na década de 60 - e principalmente na de 70 alterou esse quadro. A partir dessa época, começou a se configurar um segundo momento do desenvolvimento rural do Estado.

O Norte Novo foi o primeiro a manifestar, na década de 60, a redução do pessoal ocupado - principalmente empregados permanentes e parceiros - nas atividades agrícolas. A população ocupada em 1970, em relação a 1960, era 10% e 17% inferior, respectivamente, em Londrina e Maringá. E essa redução foi tão significativa, que implicou o decréscimo da população rural dessas duas microrregiões (tabela 15).

É importante destacar, o crescimento dos estabelecimentos rurais era ainda muito significativo nesse período. E os parceiros, enquanto responsáveis pelos estabelecimentos, acompanhavam esse crescimento. Assim, a categoria de pessoal ocupado que cresceu relativamente foi a dos membros não-remunerados da família, provavelmente a dos parceiros que respondiam pela direção dos estabelecimentos.

Assim, nem mesmo a expansão dos estabelecimentos agrícolas assegurou por mais tempo o pessoal no campo. Já eram significativos os fluxos migratórios que saíam do Norte Novo. Mas esse fenômeno não se tornou socialmente mais evidente e problemático porque havia outras fronteiras agrícolas no Estado, principalmente nas regiões Noroeste e Oeste paranaenses, que

\*As categorias sociais que abriram a fronteira agrícola numa região específica do Paraná e as relações sociais entre elas, em especial os mecanismos de exploração do campesinato, estão descritas em FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná - Região de Porecatu - 1940-52. Curitiba, 1984. 243p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

TABELA 15 - VARIACÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RURAL, PESSOAL OCUPADO, ESTABELECIMENTOS E ÁREA, SEGUNDO MICRORREGIÕES E ESTADO, NO PARANÁ - 1950-80

MICRORREGIÃO	POPULAÇÃO RURAL	PESSOAL OCUPADO		ESTABELECIMENTO		ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS
		TOTAL	Parceiros	TOTAL	Parceiros	
Norte Novo de Londrina						
1950-60	73,7	66,1	232,2	90,2	1 395,1	20,5
1960-70	(151,1)	(10,4)	(71,3)	35,7	87,2	7,9
1970-80	(49,5)	(34,5)	(6,0)	(38,1)	(74,9)	0,0
Norte Novo de Maringá						
1950-60	100,5	397,4	503,4	552,5	12 821,2	188,1
1960-70	110,8	(17,6)	(97,8)	66,7	195,5	15,6
1970-80	(51,8)	(24,0)	1 120,2	(50,2)	(81,8)	1,0
Norte Novo de Apucarana						
1950-60	126,3	112,7	467,4	141,5	772,3	47,2
1960-70	122,7	116,4	(87,6)	269,4	646,2	75,5
1970-80	(40,0)	(19,3)	620,1	(33,9)	(57,3)	13,8
Estado						
1950-60	85,5	153,1	264,0	200,9	1 169,9	41,7
1960-70	50,0	54,2	(74,2)	106,0	240,3	28,5
1970-80	(28,7)	(8,8)	103,6	(18,1)	(44,5)	12,0

FORNTE: IBGE - Censo demográfico do Paraná, 1950-80, Censo agrícola do Paraná - 1950-60 e Censo agropecuário do Paraná, 1970-80

TABELA 16 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, SEGUNDO MICRORREGIÕES E ESTADO, NO PARANÁ - 1950-80

MICRORREGIÃO	ÁREA TOTAL (ha)		LAVOURA		PASTAGEM	MATAS	TERRAS PRODUTIVAS UTILIZADAS	TERRAS IMPRODUTIVAS
	Abs.	%	Permanente	Temporário				
<b>Norte Novo de Londrina</b>								
1950	741 393	100	26,6	9,7	35,6	16,6	10,3	1,2
1960	893 248	100	47,5	10,7	22,8	14,3	3,6	1,0
1970	963 533	100	28,8	19,0	40,0	6,7	2,9	2,6
1980	963 295	100	15,0	29,7	45,0	4,9	1,3	4,1
<b>Norte Novo de Maringá</b>								
1950	100 631	100	27,3	13,3	44,4	11,0	2,9	1,1
1960	289 916	100	61,4	9,7	14,3	10,8	2,8	0,9
1970	335 115	100	38,4	23,1	28,8	3,6	1,7	4,1
1980	338 545	100	14,4	49,1	29,2	2,6	0,9	3,8
<b>Norte Novo de Apucarana</b>								
1950	234 071	100	16,8	1,1	22,6	10,6	47,8	1,0
1960	344 531	100	37,1	18,4	17,4	17,3	7,9	1,8
1970	604 506	100	22,1	32,1	27,8	8,8	6,4	2,8
1980	688 146	100	10,3	35,2	41,3	4,9	4,2	4,1
<b>Estado</b>								
1950	8 032 743	100	6,1	10,8	23,4	28,0	27,7	3,9
1960	11 384 934	100	14,6	15,7	23,7	26,6	16,8	2,6
1970	14 625 530	100	8,9	23,3	30,8	17,6	15,1	4,2
1980	16 380 332	100	5,8	31,1	33,7	15,8	7,9	5,5

FONTE: IBGE - Censo agrícola do Paraná, 1950-60 e Censo agropecuário do Paraná - 1970-80

estavam em expansão e absorveram essa população.

A redução de pessoal era um sintoma manifesto de que estavam acontecendo algumas mudanças nessas áreas do Estado. De fato, a cafeicultura que havia impulsionado o desenvolvimento dessas regiões estava vivenciando uma nova fase.

Embora as exportações e a renda gerada pela atividade cafeeira fossem fundamentais para o desenvolvimento econômico brasileiro, este setor vinha sendo desestimulado. As medidas protecionistas, que, por longo período, sustentaram os preços internacionais e mesmo internos, significaram acréscimos na área plantada e superproduções contraditórias, com a necessidade de controlar a oferta do produto. Com a redefinição, no plano nacional dos novos rumos da economia orientados para a expansão urbano-industrial, não apenas acontecem reorientações financeiras do café para aqueles setores, como também os custos das oscilações de preço no mercado começam a ser repassados para os produtores.

Em função das políticas que estimulavam a erradicação da cafeicultura e reduziam os rendimentos dos cafeicultores, a área de café começou a sofrer uma sensível redução, principalmente no Estado do Paraná.\*

A participação relativa da área de culturas permanentes - que corresponde quase totalmente à área de café do Norte do Estado - sofreu um decréscimo acentuado, principalmente nas micro-regiões Londrina e Maringá. Essa queda relativa foi compensada pelo crescimento das áreas de lavouras temporárias, mas prin-

\*Sobre os efeitos da política de erradicação e da de preços na cafeicultura paranaense, ver: CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura paranaense - 1900/1970. Curitiba, Grafipar, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981. (Estudos Paranaenses, 4).

principalmente pelo crescimento das áreas de pastagens (tabela 16).

Essa alternativa de expandir áreas de pastagens, ao que parece, preservou o porte dos estabelecimentos e contribuiu para expulsar a população. De maneira alguma significou a decadência dos proprietários das terras, que num momento seguinte intensificaram o cultivo de um outro importante produto comercial - a soja.

É importante verificar que no período em que a área plantada de café no Paraná estava se reduzindo (menos 615 mil ha entre 1960 e 1970), o número de estabelecimentos que tinham o café como atividade predominante crescia 1,6 vezes, principalmente os de menos de 20 ha. Esses estabelecimentos praticamente garantiam a maior área plantada de café até 1970 (tabela 17).

Esse movimento da cafeicultura - crescimento dos estabelecimentos cafeeiros sob responsabilidade dos parceiros, numa conjuntura recessiva para o produto - implicou uma mudança muito profunda, principalmente para os trabalhadores.

TABELA 17 - NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS COM ATIVIDADE PREDOMINANTE - CAFÉ, POR ESTRATO DE ÁREA, NO PARANÁ - 1960-80

ESTRATO DE ÁREA	1960		1970		1980	
	Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)
Menos 10ha	24 340	155 818	65 430	395 668	25 684	154 878
De 10 a menos 20ha	21 757	302 947	34 439	469 346	14 731	203 109
De 20 a menos 50ha	19 044	584 269	13 866	404 134	7 387	223 216
De 50 a menos 100ha	4 332	311 785	2 409	169 179	1 701	119 317
De 100 a menos 200ha	2 133	296 258	1 327	186 040	840	117 077
De 200 a menos 500ha	1 501	466 936	944	291 365	532	160 345
De 500 a menos 1000ha	408	292 982	265	186 639	132	91 983
De 1000 e mais ha	260	616 259	171	309 728	59	119 294
TOTAL	73 808	3 027 254	118 851	2 412 098	51 066	1 189 219

FONTE: IBGE - Censo Agrícola do Paraná, 1960 e Censo Agropecuário do Paraná, 1970-80

Pode-se supor que os parceiros tenham assumido as áreas de café para transformá-las, posteriormente, em pastagens, e assim trabalharam exatamente para a derrocada dessa relação de trabalho.

O aumento da quantidade de parceiros durante os anos 60 exprime, paradoxalmente, o aniquilamento das possibilidades futuras da parceria: o parceiro plantava mantimentos durante um prazo limitado, sob a condição de devolver a terra com pastagem formada, num processo aliás semelhante ao que ocorreu no Agreste Pernambucano.<sup>27</sup>

Evidentemente que a redução das áreas de café e a sua substituição por pastagens foram a face visível do processo que ocorria no Norte Novo. O que mais contou para acelerar esse processo foram os incentivos de política econômica - inclusive o Plano Diretor do Grupo Executivo da Racionalização do Café-GERCA- no sentido de ocupar mais produtivamente o espaço da cultura cafeeira. Havia nesse momento uma intenção explícita no plano de introduzir, na região, uma maior produtividade e/ou rentabilidade do café.

Os cafeeiros antigos são tratados exclusivamente a enxada, à base de um operário para 3 000 pés, necessitando de mais de 600 mil trabalhadores. Nos 500 milhões novos deverão ser usadas carpideiras de tração animal, bastando apenas 25 mil homens para esse trato. Haverá necessidade de braços extras para a colheita, cerca de 150 mil pessoas, durante três meses, que podem ser recrutados na própria zona rural, de outras culturas e nas cidades, es-

<sup>27</sup> RELATÓRIO final da equipe de Pesquisa e Assessoria em Áreas Rurais. Rio de Janeiro, 1984. Mimeografado. Convênio FINEP/INAN/FASE. p.23.

pecialmente entre mulheres e crianças,  
que pouco produzem nas indústrias.<sup>28</sup>

Em outras palavras, essa região se preparava, no final da década de 60, para integrar um novo patamar tecnológico que se disseminaria com velocidade na década de 70.

Assim, na década de 70, acentuam-se as mudanças sobre o espaço rural, especialmente nas microrregiões do Norte Novo.

Inicialmente as mudanças se evidenciaram pela redução significativa dos estabelecimentos agrícolas. As microrregiões do Norte Novo responderam por 37% dos estabelecimentos que deixaram de existir na década de 70. Ou seja, dos menos 100 mil estabelecimentos que desapareceram no Estado (545 488 em 1970 e 454 103 em 1980), 37 mil estavam nessa região (ver tabelas 8 e 9).

No entanto, o mais esclarecedor desse processo é que desses 37 mil estabelecimentos que deixaram de existir, 33 mil estavam sob responsabilidade de parceiros, ou seja, 90%. Desse modo, novamente os proprietários agrícolas passaram a ser a categoria social dominante. Além disso, a estrutura fundiária recuperou, em parte, sua face real; ou seja, os estabelecimentos rurais que estavam sob responsabilidade dos parceiros foram incorporados aos dos proprietários que passaram a intensificar o uso de suas terras em novas bases.

Os estabelecimentos com até 50 ha perdem participação absoluta e relativa, do mesmo modo que a sua área ocupada. Evidentemente, cresce a participação dos grandes estabelecimentos e a respectiva área ocupada. É inegável que ocorreu um processo

<sup>28</sup> GUARNIERI, Laura. A experiência de planejamento no setor cafeeiro. Campinas, Universidade de Campinas, 1981. (Texto para Discussão, 3). p.27.

de concentração da terra, mas este passou menos por uma concentração da propriedade e mais pela recuperação das áreas cedidas aos parceiros e pequenos arrendatários. Em outras palavras, esse processo foi significativo na medida em que se contrapôs a uma estrutura fundiária anterior, aparentemente "democrática", mas que apresentou seu caráter restritivo num curto espaço de tempo - até o momento em que as novas condições de produção podiam ser absorvidas.

O pessoal ocupado nas atividades agrícolas continuou decrescendo, só que num ritmo maior do que havia ocorrido na década de 60. A categoria social que mais perdeu participação foi a dos membros não-remunerados da família, acompanhando, provavelmente, a queda dos parceiros que respondiam como responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas. O pequeno acréscimo relativo é dos parceiros e empregados permanentes. No entanto, esse crescimento, na década, é pouquíssimo significativo, e somente é positivo em relação a 1970. Em 1980, essas categorias representam apenas 1/3 do montante que havia em 1960.

O decréscimo do pessoal ocupado é menos acentuado em Apucarana, revelando que essa microrregião, na década de 70, toma um rumo diferenciado em relação a Londrina e Maringá.

Essas mudanças, que redefiniram a ocupação da força de trabalho agrícola reduzindo o contingente de trabalhadores no campo, também se refletiram sobre a população rural. Nessa década, as microrregiões do Norte Novo sofreram um intenso esvaziamento populacional, que, num ritmo menor, foi acompanhado pelas demais microrregiões do Estado.

Esse processo evidenciou que a população expulsa das microrregiões do Norte Novo já não encontrava mais espaço para

se reproduzir no campo paranaense, diferentemente da década anterior. Por esse motivo as migrações que desaguaram em outros estados e nas cidades do Paraná, buscando novos espaços de sobrevivência, tornaram-se um fenômeno mais evidente e, de certa forma, mais alarmante.

A partir desse momento, generalizou-se, no campo paranaense, em particular no Norte Novo, uma nova forma de produção, caracterizada pela intensificação do uso da terra e do trabalho através de insumos e equipamentos agrícolas. São assim se explica o enorme incremento da produção sem que a área total dos estabelecimentos e os trabalhadores tivessem aumentado. Entre 1970 e 1980, a produção de grãos - milho, feijão, arroz e, principalmente, soja - passou de 794 mil toneladas para 1 312 mil toneladas na região. Esses mesmos produtos, no Estado, aumentaram de 4 670 mil toneladas para 8 978 mil toneladas (ver tabela 7).

A adoção de tecnologia se difundiu no campo paranaense nessa década e se manifestou pela elevação do parque de máquinas, do consumo de adubos, fertilizantes e inseticidas, e mesmo pela racionalização do parque cafeeiro, especialmente no Norte Novo, que, desde a sua ocupação, caracterizava-se pelo alto grau de integração dos produtores na economia global.

Observa-se que, entre 1970 e 1975, o número de tratores existentes no Estado passou de 18 619 para 52 498, representando um crescimento de aproximadamente 282%. No período 1975-80, o número de tratores passa para 79 682, com um crescimento de 52%. Dos tratores existentes no Estado em 1970, 13 108 estavam na região do Norte Novo, o que correspondia a aproximadamente 70%. Essa região, em 1975, dispunha de 30 635 tratores

tendo, respondido, assim, por 52% do crescimento. A situação mudou significativamente entre 1975-80, pois, para um crescimento de 52% dos tratores, a região foi responsável por 41% do aumento verificado, passando de 30 635 para 71 714 tratores.<sup>29</sup>

TABELA 18 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DE TRATORES E POPULAÇÃO RURAL, SEGUNDO MICRORREGIÕES, NO PARANÁ - 1970-1980

MICRORREGIÃO	VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	Tratores	População Rural
268/1 Curitiba	318,2	(29,9)
269/2 Litoral Paranaense	478,8	(6,3)
270/3 Alto Ribeira	566,7	1,2
271/4 Alto Rio Negro	1 080,0	4,8
272/5 Campos da Lapa	383,2	(1,1)
273/6 Campos de Ponta Grossa	184,4	1,8
274/7 Campos de Jaguariaíva	280,6	(2,8)
275/8 São Mateus do Sul	1 152,8	(7,9)
276/9 Colonial do Irati	827,9	0,7
277/10 Alto Ivaí	753,5	16,6
278/11 Norte Velho de Wenceslau Braz	335,0	(22,6)
279/12 Norte Velho de Jacarezinho	110,0	(47,7)
280/13 Algodoeira do Assaí	60,6	(46,0)
281/14 Norte Novo de Londrina	153,1	(49,5)
282/15 Norte Novo de Maringá	257,0	(60,6)
283/16 Norte Novíssimo de Paranavaí	284,8	(43,8)
284/17 Norte Velho de Apucarana	391,4	(40,0)
285/18 Norte Nov. de Umuarama	408,3	(45,1)
286/19 Campo Mourão	476,9	(45,5)
287/20 Pitanga	941,6	20,5
288/21 Estremo-Oeste Paranaense	819,0	(21,0)
289/22 Sudoeste Paranaense	1 486,3	(3,2)
290/23 Campos de Guarapuava	254,0	16,2
291/24 Médio Iguçu	631,3	0,1
TOTAL	328,0	(28,7)

FONTES: IBGE - Censo agropecuário do Paraná - 1970, Censo Agropecuário do Paraná - Tabulações Avançadas - 1980, Censo Demográfico do Paraná - 1970, e Censo Demográfico do Paraná - Tabulações Avançadas - 1980

<sup>29</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Nova configuração espacial do Paraná. Curitiba 1983. p.6.

Assim, essa região respondia cada vez menos pelo crescimento de tratores, indicando que a modernização da agricultura se deu num espaço inicialmente restrito e que, num segundo momento, difundiu-se pelo conjunto da agricultura do Estado. Mas a mecanização não explica, por si sã, o esvaziamento populacional do Estado. Isto é, não existe uma relação direta entre a intensidade da mecanização e a taxa de redução da população rural. Outros fatores mediatizam esse fenômeno, e, no Norte Novo, estiveram mais ligados à mudança de culturas, principalmente a da cafeicultura.

(....) A reforma do cafezal paranaense selecionou áreas, cafezais e produtores. O que em princípio é a substituição do café improdutivo e a sua concentração em espaços menos sujeitos a geadas, torna-se fundamentalmente a incorporação de novos padrões técnicos que excluem o tradicional consórcio com lavouras brancas e com ele os colonos, parceiros e muitos outros pequenos produtores (....). Entre 1970 e 1979 o parque cafeeiro do Estado embora 26% menor em área, alcança um pequeno aumento em número de pés e produção. Mas apenas pouco mais de metade é cafezal adulto: mais de um terço é constituído de pés novos. Portanto, surge no Paraná um parque cafeeiro qualitativamente distinto.<sup>30</sup>

Na realidade, essas e outras modificações do cultivo são muito importantes sob a ótica da utilização intensiva do solo e do capital, embora não sejam muito aparentes.

Entre 1970 e 1980, acelerou-se o crescimento das áreas de lavouras temporárias, em detrimento, principalmente, das áreas de cultura permanente e, ainda, de matas e terras produtivas

<sup>30</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. As migrações e transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná. Curitiba, 1983. p.28.

não-utilizadas (ver tabela 16).

Dentre as culturas temporárias, a penetração de cultivos comerciais, como a soja e o trigo, substituiu gradualmente a cafeicultura. Essas duas culturas, que empregam a mesma área em dois ciclos agrícolas e, ainda, produtos como o feijão, que permite duas safras por ano, correspondem a modificações de cultivo muito importantes sob a ótica da utilização intensiva do solo e do capital.

Essas modificações no uso do solo não se deram do mesmo modo nas três microrregiões. De certa forma, tanto Londrina como Maringá avançaram mais rapidamente no sentido de ampliar a produção dos cultivos comerciais, principalmente a da cana-de-açúcar e a da soja. No entanto, Apucarana veio se especializando na produção de alimentos; o crescimento da produção de arroz, feijão e milho foi constante, comparativamente ao comportamento dessas culturas nas demais microrregiões (ver tabela 7).

A estrutura de despesas dos produtores agrícolas revela as alterações sofridas na composição dos gastos para os produtores realizarem a nova forma de produção. É muito significativa a mudança na estrutura de despesas, na qual o consumo de insumos torna-se relativamente mais importante que o pagamento de trabalho. A massa de salários, incluindo a quota-parte, perdeu participação para outras despesas de capital que incluíam insumos para a produção, juros (categoria que surge em 1970) e outras despesas - transporte, energia e impostos. Em outras palavras, altera-se a composição orgânica do capital da agricultura paranaense (tabela 19).

Os empréstimos bancários foram indispensáveis no sentido de financiar essas mudanças. No Paraná, o programa de crê-

TABELA 19 - DESPESAS DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS EM PERCENTUAL, E TOTAL, POR MICROREGIÕES E ESTADO, SEGUNDO CATEGORIAS, NO PARANÁ - 1960-70-80

CATEGORIA DE DESPESA	NORTE NOVO DE LONDRINA			NORTE NOVO DE MARINGÁ			NORTE NOVO DE APUCARANA			ESTADO		
	1960*	1970*	1980**	1960*	1970*	1980**	1960*	1970*	1980**	1960*	1970*	1980**
	Salário	42,4	29,1	19,7	29,5	22,3	14,2	44,3	23,3	19,5	38,9	20,7
Serviço de Empreitada	-	11,8	5,4	-	11,4	4,3	-	6,4	4,9	-	11,7	5,2
Quarta Parte	31,9	3,8	3,5	40,9	0,9	4,1	32,9	0,8	6,8	19,2	1,4	2,0
Arrendamento	1,1	7,1	4,4	4,4	4,4	6,7	6,7	23,1	10,5	3,0	11,0	6,8
Insucos	9,1	23,0	25,7	2,4	26,8	37,6	4,7	14,2	25,8	3,7	19,6	30,9
Alimento e trato de	-	8,0	13,7	-	4,6	6,0	-	12,3	7,5	-	14,4	13,7
Juros	-	4,4	7,8	-	5,0	8,2	-	3,9	6,3	-	3,8	7,4
Aluguel de máquinas	-	-	2,4	-	-	2,0	-	-	1,5	-	-	1,8
Outros (transporte, energia, imposto etc.)	15,5	12,7	17,1	22,7	14,5	16,8	17,3	15,9	17,0	30,2	17,3	16,2
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	4 194 079	199 420	10 319	1 863 590	53 328	3 895	1 329 115	69 394	5 589	22 559 665	1 354 475	94 536

Fonte: ISEGE - Censo agrícola do Paraná 1960 e Censo agropecuário do Paraná, 1970-80

\*1960 e 1970 - Em mil cruzeiros

\*\*1980 - Em milhões de cruzeiros

dito rural sofre uma verdadeira explosão, aumentando, entre 1970-79, em termos reais por volta de 500%.

(....) Esta taxa indica a crescente dependência da agropecuária ao crédito oficial, já que em 1970 o crédito representava cerca de 37% do valor bruto da produção, proporção essa que salta para cerca de 80% em 1979 (...). Excluindo-se a pecuária, o crédito para a agricultura vai atingir a 89,43% do valor de produção agrícola.<sup>31</sup>

O papel do crédito foi fundamental para a economia agrícola da região, onde predominavam os produtores agrícolas mercantis, e não empresas que dispunham de capital para investir nas atividades. Somente através do crédito, os produtores puderam dispor de recursos para integrar o novo patamar tecnológico. Essa política encontrou os produtores ávidos para aumentar os rendimentos da terra, que, mesmo estando desgastada pelos 30 anos de ocupação extensiva, se valorizava aceleradamente. Entretanto, o seu objetivo principal era atrelá-los ao mercado de insumos, que se tornaram cada vez mais indispensáveis para a produção, principalmente de grãos, que tinham uma demanda de qualidade e/ou homogeneidade por parte das agroindústrias.

No entanto, essa política apresentou aspectos contraditórios. O pagamento dos empréstimos se tornaram relativamente pesados à medida que os preços dos produtos agrícolas não acompanhavam os custos da produção. Ao mesmo tempo, se revelavam indispensáveis para os produtores realizarem seus investimentos e custeios de cada ciclo produtivo.

Além disso, as exigências impostas, através da burocracia e administração dos bancos estatais ou privados, selecio-

<sup>31</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Paraná economia..., p.32

navam uma parcela pequena dos produtores agrícolas, porque o tamanho e/ou a qualidade da terra, o tipo de produto, a condição de propriedade e o próprio desembaraço cultural dos produtores pesavam, entre outras condições, para que fossem contemplados ou não com o crédito agrícola, possibilitando ou não a incorporação dos progressos tecnológicos ofertados em abundância.

Aqueles produtores que incorporavam os novos padrões tecnológicos e contavam com o crédito subsidiado podiam se expandir aumentando a área plantada, incorporando novas terras e, principalmente, dispensando os trabalhadores residentes e admitindo-os como simplesmente assalariados.

Já os produtores que não podiam incorporar as novas condições de produção se empobreciam relativamente aos demais e, ao final de cada ciclo produtivo, não repunham as mesmas condições de vida e trabalho. Muitos produtores sentiam-se forçados a deixar suas posses ou propriedades buscando novas alternativas de sobrevivência.

Esse foi o rumo do desenvolvimento agrícola na década de 70. Mais uma vez o Estado assumiu uma posição de acelerar o desenvolvimento industrial, colocando, de forma mais ampla, a agricultura como suporte do processo. Através, principalmente, da política de crédito rural integrou a agricultura e os agricultores dentro de novos padrões de produção. Por um lado, consolidou a situação dos grandes proprietários e, por outro, assegurou o crescimento dos pequenos e médios que se tecnificaram e passaram a se reproduzir dependentes dos demais setores. Essas mudanças se realizaram independentes de uma ação de reestruturação fundiária.

No entanto, o Estado não assumiu o outro lado desse pro-

cesso, ou seja, não apoiou as categorias sociais que foram despejadas do campo quando o processo de modernização da agricultura se realizava de forma extremamente seletiva e violenta.

O Estado não colocou à disposição desses trabalhadores novos espaços para a sua reprodução como produtores rurais nem mesmo como trabalhadores assalariados cobertos por uma legislação trabalhista.

Em síntese, o processo que ocorreu no Norte Novo do Paraná, que não foi específico, mas que se deu com certa antecedência e com mais ênfase, devido à integração da cafeicultura na economia brasileira, pode ser compreendido em dois momentos.

De meados da década de 30 até início da de 60, as condições de produção, principalmente da cafeicultura, asseguraram uma parcela muito grande da população no campo tanto pela distribuição massiva da posse da terra, isto é, pelo grande número de estabelecimentos com parceiros e arrendatários na condição de responsáveis, como pelas condições técnicas da produção, que, até aquele momento, ainda permitiam a disseminação de produtores e trabalhadores.

Em contrapartida, a partir de meados da década de 60 e particularmente a partir de 1970, foram criadas novas condições que redefiniram as categorias sociais no campo. Houve um processo de difusão de tecnologias que consolidou a posição dos proprietários e intensificou a produtividade do trabalho, liberando uma parcela dos trabalhadores.

Esse processo foi bastante violento, uma vez que selecionou produtores e expulsou da área rural os que não incorporaram e não realizaram a produção em novas bases técnicas. As terras liberadas por esses produtores foram reincorporadas pe-

los proprietários, que assim passaram a usá-las como meio de produção potencialmente mais rentável.

A significativa parcela de produtores expulsa do campo veio consolidar definitivamente o mercado de trabalho, ou seja, criou-se um contingente de assalariados disponíveis para o trabalho cíclico e itinerante da agricultura. Assim, a disseminação de tecnologia e trabalho assalariado torna cada vez mais irreversível a absorção de trabalhar com acesso à terra, como predominava na década de 60.

## 2.1 NOVAS RELAÇÕES COMERCIAIS DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS

No período 1960-80, as relações comerciais da agricultura e dos agricultores com os demais setores da economia foram progressivamente alteradas. Nesse processo, foram sendo eliminadas as cadeias dos intermediários comerciais, e a indústria passou a estabelecer relações de compra mais direta com os agricultores. Além disso, o Estado assumiu um papel fundamental no sentido de viabilizar a integração agroindustrial, colocando o crédito rural à disposição dos produtores agrícolas.

As mudanças na estrutura de comercialização, que avançaram sobre vários produtos, tiveram implicações a nível da produção agrícola, a partir do momento em que as indústrias e o grande comércio passaram a fazer exigências quanto à qualidade e padronização dos produtos agrícolas. Para tanto, os produtores tinham de transformar o processo de produção para atender à demanda massiva e aos critérios de classificação dos novos parceiros comerciais.

Os produtores agrícolas, por sua vez, trataram de se organizar em cooperativas - com mais frequência na década de 70 -,

tentando criar mecanismos de defesa frente à indústria e aos grandes comerciantes.

Até meados da década de 50, o Governo do Estado estava dirigindo, fundamentalmente, a ocupação das terras com o objetivo de, juntamente com as companhias colonizadoras, extrair lucros com a venda dos lotes agrícolas e de integrar as terras de forma mais produtiva na economia brasileira. Essa ação se concretizou na medida em que a Companhia de Terras Norte do Paraná induzia os produtores do Norte Novo a plantarem café - principal produto de exportação brasileira até então. A comercialização do café garantia ao Estado, através da cobrança de imposto, o aumento da receita, que vinha caindo com a decadência das economias da erva-mate.

Esse comportamento da economia agrícola se refletia sobre a arrecadação financeira do Estado, como demonstram os dados registrados no Boletim do Departamento Estadual do Café.

TABELA 20 - ARRECADAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO DO PARANÁ - 1944-53  
(Em Cr\$ mil)

ANO	ARRECADAÇÃO	ÍNDICE
1944	141 178	100
1945	175 477	124
1946	221 032	156
1947	301 622	214
1948	355 897	252
1949	459 926	326
1950	1 192 502	845
1951	1 494 905	1 059
1952	1 457 494	1 032
1953	1 910 318	1 353

FONTE: PASTA de significação incomum no desenvolvimento do Estado. Boletim do Departamento Estadual do Café, Curitiba, Secretaria da Fazenda do Paraná, jul./ago.1954

De acordo com a matéria desse Boletim, os motivos da elevação da arrecadação financeira devem ser procurados na constante inflação de preços e, principalmente, na expansão da produção cafeeira, que, a partir dos anos 50, constituiu, sem dúvida, a força propulsora da economia do Estado. Ao lado do crescimento da lavoura cafeeira verificava-se o decréscimo nas exportações de erva-mate e madeira, outrora considerados produtos básicos de renda.

Assim, a política econômica e financeira do Estado convergiu para a exportação de café, fator decisivo das rendas, e foi constante a preocupação do Governo de entrosar o Paraná vantajosamente na política cafeeira nacional acompanhando os esforços dos produtores na solução dos problemas de escoamento, distribuição e valorização das safras.<sup>32</sup>

Essas medidas por parte do Governo refletiam a importância da cafeicultura na época, pois essa representava a nível estadual e nacional o "setor de ponta" da economia, tanto no sentido de gerar renda como no de ser o suporte do desenvolvimento dos demais setores.

Nas microrregiões do Norte Novo, expandiu-se, de forma quase acoplada ao desenvolvimento agrícola, uma forte estrutura de comercialização, na qual o papel dos pequenos intermediários sempre foi restrito e as grandes empresas nacionais e estrangeiras negociavam os grandes volumes de café, seja para exportações seja para abastecimento do mercado interno.

Um estudo da CODEPAR, que trata do processo de comer-

<sup>32</sup> PASTA de significação incomum no desenvolvimento do Estado. Boletim do Departamento Estadual do Café, Curitiba, Secretaria da Fazenda do Paraná, jul./ago.1954. p.2.

cialização do café, destaca a importância e a liderança do sistema bancário no desenvolvimento dessa cultura na Região Norte Novo, em função dos seguintes fatores:<sup>33</sup>

- a) predomínio de uma camada de pequenos produtores sem potencial financeiro e com reduzida capacidade para comercialização do café em coco e, portanto, dependente de financiamento bancário para realizá-la de forma imediata;
- b) permanência do tradicional controle oligopólico dos canais de comercialização por alguns grandes grupos de exportadores nacionais e estrangeiros, que possuíam organizações bancárias próprias, atuando com grande intensidade na região cafeeira e competindo com os pequenos comerciantes que não contavam com esse respaldo;
- c) existência de numerosa camada de pequenos e médios comerciantes, desprovida de capacidade financeira, e que operava na estreita dependência dos bancos privados, vinculados ou não a grupos exportadores tradicionais;
- d) garantias oferecidas pelo Governo Federal de compra de remanescentes e de redescontos de operações de crédito, conferindo liquidez, segurança e lucratividade aos negócios bancários relacionados com o café.

Conforme o estudo, um dado importante que revelava o

<sup>33</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. O Paraná e a economia cafeeira. Rio de Janeiro, CODEPAR, SPL, 1963. Esse estudo é resultado de uma pesquisa - que cobriu todos os setores ligados ao benefício, transporte, armazenagem, financiamento e exportação do café da safra 61/62 - encomendada pela Secretaria da Agricultura do Paraná à Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná - CODEPAR.

fortalecimento das "atividades intermediárias" sobre a cafeicultura era a destinação média de 85% dos recursos do Banco do Brasil para o financiamento da comercialização, o restante destinava-se para a atividade agrícola propriamente dita.

As instituições bancárias, principalmente as privadas, não apenas exerciam o seu clássico papel de intermediário financeiro, dando suporte às máquinas de café ou aos produtores, mas assumiam um espaço nesse mercado, extraindo parcelas de rendimento nas negociações do produto.

É profunda a influência do sistema bancário privado na esfera de armazenagem, transporte, corretagem e compra de café beneficiado. Verifica-se com frequência que o banco privado condiciona a concessão do crédito ao mutuário (máquina) a um elenco de exigências que incluem desde a entrega do café a determinada companhia de armazéns gerais, que pode ser ou não de propriedade do banco e a determinada empresa transportadora igualmente vinculada ao banco, até a contratação dos seguros em companhia ligada ao banco e a venda, em alguns casos, a comerciante indicado pelo banco.<sup>34</sup>

A atuação das empresas beneficiadoras e comercializadoras do café - que recebiam o grão seco como sai da lavoura e o transformavam em produto a ser comercializado junto ao IBC ou no disponível do porto - se tornava mais forte perante os agricultores, não só pelo respaldo financeiro dos bancos estatais ou privados, mas também por se apresentarem em número reduzido frente a muitos produtores sem capacidade para reter a produção.

<sup>34</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. O Paraná e a economia..., p.29.

Essas empresas com que se defrontavam os produtores estavam hierarquizadas, segundo o estudo da CODEPAR, em cinco tipos de comerciantes maquinistas.

- a) empresas estrangeiras - sua atividade principal era o suprimento de café às grandes torrefadoras americanas, e por isso mesmo trabalhavam com padrões próprios de cafês. Praticamente não beneficiavam o produto e atuavam quase que exclusivamente com a compra do café beneficiado - através dos corretores - para exportação.

O importante é o que as diferenciavam das máquinas nacionais era o sistema de financiamento. Elas utilizavam em pequena escala o crédito bancário local, operando, fundamentalmente através das transferências bancárias ou de saques contra a matriz.

Essas empresas praticamente trabalharam com toda a produção dos cafês de fina qualidade e ainda com uma parte dos cafês de boa descrição. Dos 18 milhões de sacas, que totalizavam a produção paranaense da safra 61/62, exportaram 13,3%.

As empresas tipicamente representativas desse grupo e que embarcavam normalmente café por Paranaguá foram as seguintes: Anderson Clayton & Cia., American Coffes Corporation, Casa Exportadora Haumann Gepp S.A., Hard Rand Exp. Imp. Ltda. e Leon Israel Agrícola e Exportadora S.A.;

- b) empresas nacionais - essas resultaram, em grande parte, do desenvolvimento das antigas casas comissárias, que fundiam numa só instância três papéis: ex-

portador, corretor e financiador de produção. Posteriormente, atuaram apenas no beneficiamento da produção, decidindo-se pela venda do café ao IBC ou pela exportação. Na safra 61/62, foram praticamente responsáveis por 73% do beneficiamento de café, sendo 53% comercializado com o IBC e o 20% restante exportado;

- c) pequenos maquinistas locais - esses caracterizavam-se pelo fato de se restringirem quase que exclusivamente à prestação de serviços. Mediante pagamento beneficiavam café para terceiros, deixando de atuar por conta própria porque lhes faltavam estrutura administrativa e capacidade financeira para encaminhamento ao porto.

Exatamente pela restrita capacidade financeira compravam pequenas parcelas de café para beneficiar por conta própria. Esse café era vendido aos grandes maquinistas locais ou a outros compradores, muitas vezes vinculados aos bancos que lhes forneciam recursos. Esses pequenos maquinistas encontravam limites para obtenção de crédito porque o capital da empresa registrada era irrisório diante do crédito necessário para o beneficiamento de matéria-prima. Os recursos próprios não ultrapassavam 40%; em realidade, na quase totalidade dos casos, raramente superavam 20%. E muitas vezes, o resultado da atividade de beneficiamento se anulava diante do ônus dos juros do crédito bancário. Por isso, converteram-se, de certo modo, em subalternos manipuladores de café, transferindo im-

portante parcela dos seus ganhos ao sistema bancário.<sup>35</sup>

Eles beneficiaram apenas 8,3% do café, safra 61/62, da série não exportável, geralmente originário dos pequenos produtores.

- d) fazendeiros maquinistas - as grandes fazendas, encontradas com mais freqüência nas zonas velhas de café, exerciam também a atividade de beneficiar cafês de terceiros, além dos cafês próprios. Geralmente trabalhavam com cafês de qualidade e contavam com recursos para que sua produção chegasse ao Porto. Muitas vezes não o faziam a fim de não empatarem muito capital. Tiveram uma importante participação no beneficiamento da safra 61/62, ou seja, 5%;
- e) cooperativas - datam de 1957 as primeiras cooperativas de cafeicultores do Paraná. Até 1960 seu crescimento foi lento, acelerando-se a partir daí tanto pelo crescimento do número de associados, como pelo surgimento de novas cooperativas. As cooperativas eram fundadas por um reduzido número de grande produtores e buscavam absorver lucros que normalmente iriam para os maquinistas e armazenistas, além das economias resultantes das isenções fiscais.

Dos 18 milhões de sacas da safra passada (60/61), 4,8% foram comercializadas por cooperativas. Com a entrada em funcionamento das novas cooperativas e pelo aumento do número de sócios

<sup>35</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. O Paraná e a economia..., p.4/3.

das atuais, essa participação deverá aumentar na safra atual.<sup>36</sup>

A partir de meados da década de 60, essa estrutura, que se sobrepunha à economia cafeeira, sofreu modificações principalmente pelo desaparecimento da grande maioria dos pequenos comerciantes, que foram absorvidos pela expansão das cooperativas.

O estudo da CODEPAR já apontava o potencial avanço técnico das cooperativas no preparo do café para a comercialização, através de grandes usinas de rebenefício e padronização. De fato, essa tendência se confirmou e as cooperativas superaram aqueles segmentos componentes da rede de comercialização.

Essas características "modernas" da estrutura de comercialização do café somente na década de 70 avançaram sobre os demais produtos. Isto é, juntamente com o movimento de modernização dos demais produtos se impuseram os novos esquemas de comercialização, especialmente sobre os produtos alimentares, como arroz, feijão e milho, que eram comercializados por uma cadeia que ia do pequeno agente regional (bodegueiro) atomizado no campo ao grande agente varejista. Essa estrutura estava bastante presente na região do Norte Novo, onde os produtos alimentares sofreram crescimento importante, mas, gradativamente, os níveis intermediários desaparecem estreitando-se a relação direta entre os produtores e a indústria.

As cadeias de comercialização agrícola, analisadas em estudo realizado pelo IPARDES, demonstram que os três produtos que compõem o "carro chefe" da economia agrícola paranaense

<sup>36</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. O Paraná e a economia..., p.8/7.

se - soja, café e trigo -, responsáveis por aproximadamente 57% do valor da produção agrícola do Estado em 1979, estão totalmente à margem do sistema tradicional de comercialização.<sup>37</sup>

A indústria de esmagamento de soja, que sozinha beneficiou 33,5% da produção agrícola em 1979, localiza-se nas regiões produtoras, onde se concentra 40% da capacidade instalada. Entre essa indústria e os produtores não se interpõe nenhum agente de comercialização. A comercialização em grãos é realizada por poucos agentes, representantes, sobretudo, das indústrias multinacionais e grandes cooperativas que operam com exportação. Naquele ano, essas empresas comercializaram aproximadamente 97% do total da soja.<sup>38</sup>

A comercialização do café continuava sendo realizada por grandes empresas - basicamente exportadoras - que adquiriam o produto diretamente do cafeicultor. Ao lado dessa, atuavam ainda o IBC, como grande comprador, para formar estoques reguladores, e as grandes indústrias produtoras de café solúvel e torrefadoras para abastecer o mercado interno.

Já a comercialização do trigo, tradicionalmente, ocorre através dos canais dirigidos pelo Banco do Brasil, ou seja, o Governo controla totalmente a compra e venda do produto, fazendo uma ponte com o objetivo de manter o preço a nível dos produtores e dos moinhos e indústrias que o processam.

Vale notar que os principais produtos da economia agrícola paranaense possuem canais de comercialização dos quais estão ausentes os intermediários, representados pelo caminho-

<sup>37</sup> FUNDAÇÃO IPARDES. Estudo de viabilidade de implantação da bolsa de mercadorias no Paraná. Curitiba, 1980.

<sup>38</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Nova configuração espacial do Paraná. Curitiba, 1983. p.63.

neiro, pequeno comerciante e atacadista regional. Isso significa que a própria atividade comercial enquanto função específica do capital tende a desaparecer na medida em que se estreitam as relações diretas com a indústria.

(....) Considerando-se que as técnicas produtivas e as relações de trabalho predominantes nesse setor agrícola representam o ponto mais avançado do desenvolvimento das forças produtivas, esse se constitui para os demais setores "o espelho do seu futuro". As relações dominantes nesse setor, no que se refere aos esquemas de comercialização e industrialização representam uma tendência que se generaliza gradualmente.<sup>39</sup>

Nesse sentido, o arroz, feijão e milho tendem cada vez mais rapidamente serem comercializados por um sistema mais diferenciado que possui uma participação menor dos intermediários. Esses produtos ainda resistem dentro dessa cadeia, que envolve desde o pequeno comerciante (bodegueiro ou maquinista) até o grande varejista, devido às características próprias da produção. Principalmente o arroz e o feijão - normalmente realizados por pequenos produtores atomizados - se incompatibilizam com o comércio concentrado em grandes unidades.

Grande parte do milho ainda é destinada prioritariamente ao autoconsumo dos estabelecimentos. Mas, nesse caso, a produção é dirigida para alimentação de suínos e aves, que se caracterizam como produtos principais dos estabelecimentos. A parte restante é comercializada por uma estrutura de empresas diferenciadas. Nessa estrutura, os pequenos comerciantes e atacadistas regionais vem perdendo espaço para as grandes empre-

<sup>39</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Nova configuração..., p.63.

sas - cooperativas e o grande capital comercial e industrial.

Assim, à medida que as grandes empresas avançam sobre os produtos agrícolas, partindo para níveis mais complexos de processamento - substituindo cada vez mais a comercialização dos produtos in natura pelos industrializados -, os pequenos intermediários tendem a desaparecer. Esses segmentos, dada sua reduzida capacidade financeira, não reúnem condições mínimas de competitividade em relação aos demais.

Essa é a característica mais concreta do processo de modernização agrícola, o qual, ao se realizar, estreita as relações da indústria com a agricultura através da compra de insumos e venda de parcela crescente da produção; os segmentos que não acompanham essas mudanças são excluídos do processo global do desenvolvimento econômico.

As cooperativas surgem nesse contexto como uma instituição de defesa dos agricultores.

A agricultura do Paraná é moderna também porque apresenta formas de organização da produção mais avançada, como é o caso das cooperativas. Essas aparecem visando a defesa da agricultura em suas relações com o comércio e a indústria; mas em parte esses objetivos iniciais se transformam, representarão de qualquer maneira um nível mais elevado de racionalização de produção, permitindo mesmo certo ordenamento da produção nas áreas que influenciam.<sup>40</sup>

As cooperativas experimentaram uma verdadeiro boom na década de 70, participando crescentemente na comercialização dos produtos.

Em 1980, segundo o Censo Agropecuário, cerca de 20% dos esta-

<sup>40</sup> PARANÁ-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Paraná: Economia..., p.10.

belecimentos agropecuários do Estado estavam associados a cooperativas. Mas, nas microrregiões do Norte Novo, essa participação era muito mais elevada. Do total de estabelecimentos de Londrina e Maringá, 38,6% e 48,6% estavam, respectivamente, associados a cooperativas. A participação é menor em Apucarana (18,3%), exatamente porque, nessa microrregião, concentra-se a produção de alimentos, produtos de menor interesse comercial para as cooperativas (tabela 21).

Segundo um estudo do IPARDES sobre cooperativas, esse crescimento foi possível pelo destaque conferido pelo Estado ao setor cooperativo na modernização agrícola, expresso na posição privilegiada das cooperativas como agentes exclusivos da comercialização do trigo; nas mudanças na legislação das cooperativas, especialmente a Lei 5 764, de dezembro de 1971, que lhes permitiu maior flexibilidade de atuação como empresas comerciais; na posição das cooperativas como agentes da CFP na execução da política de preços mínimos; e, fundamentalmente, no acesso das cooperativas a créditos oficiais altamente subsidiados para aumento de sua capacidade instalada e diversificação da atividade.<sup>41</sup>

(....) Os dados coletados mostram que mesmo na COCAMAR, a maior das cooperativas analisadas, a participação dos recursos próprios nos investimentos realizados é relativamente baixa, indicando que o seu crescimento foi financiando em larga medida, através de recursos exteriores. "Deve-se ressaltar que os recursos foram passados às cooperativas a taxas de juros e de

<sup>41</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VEIRA. Perspectivas e potencial de participação institucional do setor cooperativo nos planos e programas de adequação do desenvolvimento rural paranaense. Curitiba, 1983.

correção monetária que somadas situavam-se abaixo da inflação". Em síntese, há indicações de que a expansão das cooperativas baseou-se fortemente no acesso a recursos de terceiros e não numa desmedida pressão financeira sobre seus associados.<sup>42</sup>

O crédito rural, colocado à disposição dos agentes que comercializaram a produção agrícola, foi um dos elementos básicos que garantiram não só o crescimento como a própria capitalização das cooperativas; isto é, permitiu os investimentos que expandiram e diversificaram a atuação das cooperativas, o que as transformaram em grandes potências econômicas. Exemplo disso pode ser verificado na Cooperativa Agropecuária de Cascavel-COOPAVEL e na Cooperativa Agrícola Mouraense-COAMO, empresas paranaenses com grande projeção nacional.

A COOPAVEL está diversificando seus investimentos implantando (1984) uma fábrica de óleo com custo de Cr\$ 1,5 bilhão, projetada para operar nos padrões mais modernos, processando até 1 500 toneladas por dia. Segundo o seu gerente, a capitalização das cooperativas se deu em cima da inflação; a diferença entre os juros baixos e o custo real do dinheiro permitiu o fortalecimento da estrutura das cooperativas.<sup>43</sup>

Além desse processo de diversificação, (...) a cooperativa distribuiu Cr\$ 200 milhões de "sobras" como é chamada, entre os agricultores, a diferença entre o preço de soja quando foi entregue a Cooperativa e o preço médio obtido nas ven-

<sup>42</sup> COOPERATIVAS no Paraná: capitalização e integração dos produtos. Análise Conjuntural, Curitiba, IPARDES-Fundação Edison Vieira, 6(1): 4-6, jan. 1984.

<sup>43</sup> FURTADO, Tereza. Surge a cooperativa; é hora de vender soja. Jornal da Tarde, São Paulo, 29 mar. 1984. p. 7

TABELA 21 - TOTAL DE ESTABELECEMENTOS E ESTABELECEMENTOS ASSOCIADOS A COOPERATIVAS, POR TIPO, SEGUNDO MICRORREGIÕES E ESTADO, NO PARANÁ - 1970-80

MICRORREGIÃO	TOTAL DE ESTABELECEMENTOS	ESTABELECEMENTOS ASSOCIADOS				Outros
		TOTAL	Comércio	Crédito	Eletrificação	
Norte Novo de Londrina						
1970	29 467	1 830	1 626	106	15	560
1980	18 234	7 037	6 832	833	252	1 793
Norte Novo de Maringá						
1970	21 188	763	546	76	35	249
1980	10 155	5 131	5 151	286	3	2
Norte Novo de Apucarana						
1970	45 376	446	372	59	18	75
1980	30 008	5 496	5 537	2 206	247	13
Estado						
1970	554 488	21 597	18 427	2 411	454	6 143
1980	454 103	88 132	84 239	15 245	5 340	1 793

FONTE: IBGE - Censo agropecuário do Paraná - 1970-80

das durante o ano.<sup>44</sup>

A COAMO, com apenas 13 anos, considerada uma das maiores empresas agrícolas do país, com um faturamento de 130 bilhões de cruzeiros em 1983, transferiu aos quase 17 mil associados uma "sobra" de mais de 20% sobre aquele montante - cerca de 30 bilhões de cruzeiros.

Mas não foi somente o crédito rural que garantiu essa prosperidade às cooperativas. A sua condição de difusora das técnicas e vendedora de insumos agrícolas, que induziam o avanço das forças produtivas no campo, tornou-se também uma fonte de receita promissora. Isso só foi possível porque os produtos agrícolas passaram a enfrentar critérios de padronização de classificação por parte dos agentes comerciais, o que induziu os produtores a embarcarem necessariamente nos pacotes tecnológicos ofertados pelas cooperativas que, por venderem insumos e máquinas agrícolas geralmente abaixo dos preços do mercado, absorviam novas faixas de consumidores.

Concluindo, vale dizer que, desde que o capital industrial passou a comandar e definir o padrão de crescimento econômico, a agricultura se tornou o suporte desse processo, na medida em que o grande capital se apropria dos resultados do trabalho dos agricultores.

No entanto, a fase recente é diferente da anterior porque o capital não somente se apropria do resultado do trabalho dos agricultores, mas define o modo de trabalhar, instituindo os pacotes tecnológicos que homogeneizam a produção agrícola, que passa a não mais depender das "condições naturais".

<sup>44</sup> FURTADO, p.7.

Nessa fase, o Estado exerce um papel mais decisivo enquanto representante das alianças existentes da burguesia industrial, comercial e financeira e dos grandes proprietários fundiários. O Estado, como instância de poder dessas classes, define políticas para o setor agrícola, que viabilizam o processo de incorporação de tecnologias sem alterar a própria estrutura fundiária.

A política de crédito agrícola foi, sem dúvida, a mais importante no período recente, pois contribuiu para alargar a demanda dos consumidores de insumos industriais. Em primeiro lugar, porque os produtores não necessitavam de recursos financeiros próprios para se tecnificarem, visto que o crédito agrícola, subsidiado ao produtor até fins da década de 70, propiciava a aquisição, em larga escala, desses insumos.

Em segundo lugar, exatamente por ser subsidiado, o consumo de insumos se generalizou independente do tamanho e qualidade das terras dos estabelecimentos. Desse modo, grande parte dos insumos, principalmente as máquinas agrícolas, tornou-se ociosa.

Portanto, o crédito agrícola e o destinado à comercialização dos produtos não só contribuíram para expandir o setor agrícola de maneira acelerada, como também garantiram o crescimento das cooperativas e dos setores industriais voltados à agricultura.

Assim, do mesmo modo que o Estado, até os anos 50, apoiou as companhias colonizadoras para que organizassem o mercado de terras, o Governo Federal, na década de 70, apoiou o grande comércio e a indústria para que reorientassem a produção rural, submetendo os produtores agrícolas e suas entidades ao ritmo e ao rumo da acumulação industrial.

### 3 AS MIGRAÇÕES E A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

No capítulo anterior foram apresentadas as duas faces do conjunto de mudanças ocorridas, a partir da década de 50, no setor agrícola. Por um lado, descreveram-se as alterações no interior da produção agrícola e, por outro, as mudanças na estrutura de comercialização.

Neste capítulo, pretende-se enfatizar a questão agrária decorrente daquelas transformações que se acentuaram a partir de meados da década de 60. Por questão agrária entende-se as transformações e as perspectivas das categorias sociais que se encontravam absorvidas nas atividades agrícolas, especialmente nas microrregiões do Norte Novo do Paraná.

O Paraná como um todo e especialmente as microrregiões do Norte Novo sofreram um crescimento populacional acelerado a partir de meados de 1940. Como já foi apontado, o Paraná, naquela época, era uma fronteira relativamente disponível para a expansão agrícola. Evidentemente, as terras não poderiam ser simplesmente apropriadas mas sim compradas; no entanto, ainda não experimentavam um crescente processo de valorização e tornavam-se, portanto, acessíveis a vários segmentos da população.

Muitos indivíduos, especialmente interessados na compra de grandes e pequenas áreas de terra para produção agrícola, aportaram no Norte Novo do Paraná. Vinham na sua grande maioria de São Paulo, mas também do exterior, e já guardavam a perspectiva de plantar café.

Ao mesmo tempo ou com certa antecedência, estabeleceram-se, nessa região, muitos trabalhadores que se empregavam na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná para realizarem o trabalho de abertura das estradas, loteamentos, etc., ou ainda que se empregavam nos estabelecimentos agrícolas, empreitando as destocas de matas e as primeiras plantações de café.

Essa massa de população contribuiu para que o Paraná apresentasse, nas décadas de 40/50 e 50/60, as maiores taxas de crescimento dentre os estados brasileiros.

Em termos de crescimento urbano foi o Estado que apresentou a maior taxa na década de 40/50 (5,7%) e a segunda maior taxa em 50/60 (9,5% para 10,5% em Goiás) (...). Em termos de crescimento rural, apresentou uma taxa significativamente maior que os outros estados nas décadas de 40/50 (5,5%) e 50/60 (6,4%) (...).<sup>45</sup>

É importante destacar que a taxa de crescimento da população urbana no Brasil era nas décadas 40/50 e 50/60, 3,8% e 5,3%, respectivamente. Mas o crescimento da população rural era significativamente mais baixo, exatamente 1,6% tanto na década de 40 como na de 50. Essas taxas, comparadas às do Paraná, evidenciam a magnitude do crescimento populacional no Estado.

Esse crescimento era acelerado e a região Norte Novo foi a que mais contribuiu para incrementar essas taxas. Em 1950, o Paraná possuía 2 100 mil pessoas e o Norte Novo, que praticamente tinha iniciado seu processo de povoamento, já respondia por 25% do total da população e 23% da população rural (1 763 mil pessoas).

<sup>45</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Paraná: características demográficas e projeção de população por microrregião, até 1990. Curitiba, 1983. p.10.

O crescimento foi acelerado até 1960, no entanto, relativamente essa região perdia participação devido ao crescimento populacional de outras regiões do Estado, especialmente o Oeste e o Sudoeste, que estavam abrindo fronteiras agrícolas.

Pode-se verificar, através dos dados da próxima tabela, que a população das microrregiões Maringá e Apucarana era ainda, comparativamente, pequena em 1950. Ambas deslançaram seu crescimento somente no período 1960-70. Mas a microrregião Maringá, diferentemente de Apucarana, mantém o crescimento total devido ao crescimento populacional urbano e não mais rural.

Durante esses anos, que caracterizaram o Paraná e essa região como receptores de grandes contingentes migratórios, comparativamente a outras regiões brasileiras, a população trazia em si o fundamento necessário para o desenvolvimento das formas de exploração agrícola em expansão no Estado - o trabalho intensivo das famílias dos agricultores proprietários e não-proprietários.

A condição essencial do processo de produção era a utilização da terra como "laboratório natural", que garantia, através dos seus elementos intrínsecos, os níveis de produção. Do mesmo modo, o trabalho era realizado com poucos insumos, instrumentos ou máquinas. De maneira geral, pode-se dizer que era dominante o "processo artesanal" da produção agrícola.

A relação fundamental da agricultura ou dos agricultores, nesse período, se fazia com os setores que comercializavam a produção agrícola. Contudo, essa relação não significava praticamente nenhuma intervenção no sentido de alterar o processo produtivo, que se reproduzia, a cada ciclo, exatamente nas mesmas condições.

TABELA 22 - POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL, SEGUNDO MICRORREGIÕES E ESTADO, NO PARANÁ - 1950-80

MICRORREGIÕES	TOTAL	URBANA	RURAL
Norte Novo de Londrina			
1959	326 961	88 186	238 775
1960	612 204	197 553	414 651
1970	684 948	333 024	351 924
1980	705 489	527 886	177 601
Norte Novo de Maringá			
1950	101 657	18 391	83 266
1960	237 383	70 474	166 909
1970	320 025	150 387	169 638
1980	314 225	347 354	66 871
Norte Novo de Apucarana			
1950	88 977	19 259	69 718
1960	202 431	44 671	157 760
1970	461 885	110 531	351 354
1980	380 417	169 727	210 690
Estado			
1950	2 115 547	351 815	1 763 732
1960	4 277 763	1 327 982	2 949 781
1970	6 929 868	2 504 378	4 425 490
1980	7 620 466	4 473 541	3 156 925

FONTE: IBGE - Censo demográfico do Paraná - 1950-80

Esses fatores relativos às condições de produção, aliados ao preço relativamente mais baixo da terra, permitiam que o acesso à terra fosse socialmente menos discriminatório - a produção agrícola podia ser realizada por uma gama variada de agentes sociais.

Havia os proprietários fundiários pequenos e grandes, que usavam a terra de forma direta sem pagar renda, sendo que para isso tinham garantias jurídicas. O fato de o grande proprietário usar predominantemente o trabalho assalariado o distinguia do pequeno, que o fazia apenas circunstancialmente, usando em geral, os serviços dos membros não-assalariados de sua família.

Do mesmo modo, em relação ao trabalhador, havia variadas formas de absorção, e a maioria tinha acesso à terra. Essa condição contribuía para alargar, de fato, o espaço rural sem, no entanto, garantir, no futuro, a esses trabalhadores, a condição definitiva de proprietários.

Predominavam, no campo, em particular na região do Norte Novo, os parceiros, que, com auxílio da família e, esporadicamente, do trabalho assalariado, cultivavam a terra concedida pelo proprietário, que lhes adiantava os meios de produção, dividindo, no fim do processo de cultivo, o resultado da produção, descontados os adiantamentos.

Parcela também importante do trabalho rural era dividida com os colonos, que, com auxílio da família, respondiam perante o proprietário por uma extensão de terra, devendo entregar toda a produção em troca de um salário - em parte monetário e, em parte, com produção para subsistência na terra cedida pelo proprietário.

Os arrendatários também dividiam, no campo, o trabalho sobre a posse precária da terra. Trabalhavam com a família, cultivando uma terra pela qual pagavam um aluguel ou renda, sob a forma de produto ou dinheiro.

Menos expressiva era a participação dos assalariados, que, para sua sobrevivência, alugavam sua força de trabalho em troca de um salário.

Assim, a possibilidade de reprodução de um contingente tão significativo de população estava definida, sobretudo, pela condição de acesso à terra. No entanto, o acesso à terra e a possibilidade de possuí-la como um meio de sobrevivência não dependia apenas da disponibilidade de terras não-trabalhadas; essas podiam ser colocadas, pelos proprietários, à disposição dos trabalhadores, mesmo que fosse para retirar deles uma parcela do sobretrabalho.

A terra se coloca como uma condição fundamental da produção agropecuária, por esse motivo, o seu papel é definido no conjunto das políticas econômicas do país. Neste sentido, conforme a ênfase que se dá a um padrão de desenvolvimento econômico, a terra pode estar mais ou menos restrita aos setores sociais que compõem a estrutura da sociedade.<sup>46</sup>

Nesse período - início da década de 30 a meados da de 50 -, a industrialização do país continuava em expansão, apesar de restrita a determinados ramos, dado que não se equacionavam as dificuldades para avançar na constituição de um setor industrial de bens de produção. E o desenvolvimento agrícola inde-

<sup>46</sup> FUNDAÇÃO IPARDES. Dinâmica espacial e setorial da força de trabalho no Paraná; Versão preliminar. Curitiba, 1979. p.11.

pendia, de certa forma, da oferta dos bens industriais para realizar o processo produtivo. A oferta agrícola se expandia sobre a incorporação de novas terras e pela absorção de trabalhadores.

É importante lembrar que, no período anterior à década de 30 a questão da oferta de trabalho tinha sido resolvida mediante a escravidão e, posteriormente, com a imigração de trabalhadores europeus. Já, nos anos 50, havia disponibilidade de trabalhadores nacionais, que se concentravam, principalmente, em São Paulo. Mas ainda não havia o suficiente para constituir um mercado de trabalho mais abrangente que resolvesse o problema das várias frentes de trabalho urbanas ou rurais que se formaram na época. No Paraná, os produtores proprietários resolveram a questão da ausência de trabalhadores livres vinculando os disponíveis à terra.

Vale dizer, a característica fundamental da atividade agrícola foi a manutenção do trabalhador junto ao seu local de trabalho como parte da "ordem natural", que incluía a exploração extensiva das terras.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, até recentemente, a condição de residência nas propriedades agrícolas ocultou, no plano econômico, a concentração de terras no Estado e, no plano social, o desemprego potencial de uma massa significativa da população.

Como base nas informações do Imposto Territorial Rural - ITR - de 1972, José Graziano da Silva procura corrigir o índice de distribuição de terras no Estado subtraindo do número total de famílias residentes no campo (529 259), o número total de proprietários (305 824). O índice aproximado obtido - 0,83 -

corresponde ao grau de concentração muito forte na escala de Câmara (segundo esta escala a faixa seguinte entre 0,901 e 100 corresponde a uma concentração tendendo à absoluta).<sup>47</sup>

Sem dúvida, esses dados confirmam que essa forma de acesso à terra, ocultou, no plano real, a precária condição de vida desses trabalhadores, uma vez que essa frente de trabalho esgotou-se rapidamente.

A partir de meados da década de 60, novos rumos são dados ao processo de desenvolvimento brasileiro, envolvendo a agricultura e a terra, o que implicou redução do espaço para o trabalhador que tinha a posse precária da terra e surgimento de novas categorias de trabalhadores. Nesse momento se consolida um novo padrão industrial, tomando fôlego os setores de máquinas e insumos voltados para a agricultura.

(....) Neste contexto, O Estado subsidia o consumo de fertilizantes e libera recursos creditícios para a aquisição de máquinas e equipamentos a taxas de juros negativas. A agricultura representa um grande mercado para a indústria e vice-versa. Neste novo papel a terra deve ser utilizada no sentido de elevar os ganhos em produtividade e renda (....).<sup>48</sup>

As novas formas de exploração da terra e do trabalho tornam desnecessária a manutenção de formas de produção baseadas na força de trabalho familiar auto-subsidiada. Os proprietários recuperam as terras cedidas para integrá-las de modo mais rentável na atividade agrícola.

<sup>47</sup> SILVA, José Graziano da. A estrutura agrária do Estado do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, (64):9-41, jul./set.1978.

<sup>48</sup> FUNDAÇÃO IPARDES. Dinâmica espacial..., p.24.

Esse processo gerou a expulsão de um volume muito grande de famílias de trabalhadores. Mas, até o início da década de 70, o processo de mudança que sofria o campo, especialmente no que se refere à expulsão da população, não era visível a nível global. Ocorreram muitos deslocamentos internos, pois a agricultura ainda se expandia nas regiões Oeste e Noroeste do Estado.

(....) Enquanto as regiões do Norte (N.V. de Jacarezinho, N. N. de Londrina, N. N. de Maringá e N. Nov. de Paranavaí) registraram, em 1970, redução em termos absolutos na população ocupada na agricultura (89 424), sobretudo entre parceiros e trabalhadores permanentes, a região Oeste (N. Nov. de Umuarama, Campo Mourão, Extremo-Oeste Paranaense e Sudoeste) registrou um acréscimo de 618 729 de pessoas ocupadas (....). No entanto, em princípios da década de 80, portanto, num ritmo muito mais rápido que para o Norte do Estado, nas regiões do Oeste também começam ocorrer as emigrações.<sup>49</sup>

Hoje esse quadro é geral no Estado, embora possam ser distinguidos ritmos diferentes entre as regiões no que concerne às mudanças fundamentais na estrutura agrária, todas manifestam a mesma tendência - a atividade agrícola se liberta do trabalho intensivo que a viabilizava e começa a se definir uma nova estrutura social.

Especialmente no Norte Novo, os proprietários fundiários se fortalecem: aumentam relativamente sua participação e incorporam mais terras, principalmente as que estavam nas mãos de parceiros, colonos e arrendatários. Fundamentalmente, se fortalecem como proprietários-empresários, isto é, se caracterizam

<sup>49</sup> FUNDAÇÃO IPARDES. Dinâmica espacial..., p.25.

por estarem totalmente liberados do exercício do trabalho produtivo, limitando-se a dirigir o trabalho dos empregados assalariados, ou transferindo essa função para funcionários assalariados. Esses proprietários não só passam a responder por parcelas mais significativas de produção como diversificam seus investimentos, e a atividade agrícola, em função disso, torna-se uma atividade secundária num complexo empresarial mais abrangente.

Também os pequenos e médios - que detêm até 200 ha - se fortalecem nesse período. Aumentam sua participação no conjunto da produção sem incorporarem novas áreas ao processo produtivo. Isso evidencia a importância dos modernos processos tecnológicos no sentido de garantir os incrementos da produção.

Apesar do grande incremento das áreas nos estabelecimentos acima de 500 ha, sua participação relativa no valor da produção total pouco cresce, o que indica menor ritmo de aumentos de produtividade, quando comparado, por exemplo, com o daquelas propriedades da área entre 50 ha e 200 ha, que pouco expandem sua área total e, entretanto, apresentam um salto na participação relativa no valor total da produção de 13,1% para 18,9%.<sup>50</sup>

Esse significativo aumento de produção dos estabelecimentos menores foi acompanhado de um crescente aumento de despesas. Esses estabelecimentos aumentam suas despesas com insumos e máquinas agrícolas de 19,2% para 27,3%, enquanto as grandes propriedades aumentam suas despesas naqueles itens de 17,3% para 17,9%.<sup>51</sup>

<sup>50</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Paraná: economia..., p.31.

<sup>51</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Paraná: economia..., p.31.

Todavia, os responsáveis por esse tipo de produção têm muita dependência das condições de comercialização dos seus produtos tanto em termos de preço como de tempo hábil para realizar a produção. A velocidade desse processo é necessária porque esses produtores têm prazo exíguo para saldar os empréstimos que lhes permitiram avançar a produção agrícola. No caso do não pagamento, dificilmente o banco concederá novos empréstimos, o que impedirá aos produtores a reprodução do processo de produção. Além do fantasma do financiamento, a ameaça do juro e o medo da quebra da safra envolvem permanentemente esse agricultor.

Muitos produtores, devido, basicamente, às condições mais precárias de produção - pequena extensão e/ou pouca qualidade da terra - não se enquadravam nos critérios exigidos pelos bancos que concediam os empréstimos. Por isso, deixavam de incorporar os processos tecnológicos e, portanto, se afastavam cada vez mais do mercado de produtos. Assim, não repunham no final de cada ciclo, suas condições de produção, empobrecendo comparativamente em relação aos demais produtores. Essa era a face seletiva do processo de desenvolvimento rural, apoiado na política de crédito agrícola, que também expulsou parcelas significativa de produtores rurais do campo.

Quanto aos trabalhadores rurais, houve uma mudança quantitativa e qualitativa para a categoria, especialmente para aqueles que detinham espaços de terra onde asseguravam parte de sua subsistência.

Dentre os trabalhadores, o parceiro perdeu mais espaço, acompanhado, num ritmo menor, pelos colonos e pequenos arrendatários. Evidentemente que os parceiros predominavam no campo e

por isso mesmo sua redução foi tão violenta. Mas essa redução quantitativa está relacionada, sobretudo, com as mudanças das relações sociais: a absorção dessas categorias se apresentava cada vez mais restrita, assumindo importância o trabalhador assalariado.

A população liberada das atividades agrícolas não encontrava mais espaço para o seu trabalho no campo porque se impunham as novas condições de produção: uso de tecnologias que aumentam a produtividade do trabalho, combinado com o trabalho assalariado. Nesse momento, o processo de expulsão do campo se tornou um problema visível e socialmente alarmante.

Uma avaliação do comportamento dos saldos migratórios e das taxas líquidas de migração nas últimas quatro décadas pode dar uma visão aproximada da magnitude do fenômeno migratório resultante do processo de expulsão da população do campo (tabela 23.)

No caso do Paraná, os saldos migratórios,\* além de positivos, apresentaram números absolutos bem expressivos para as décadas de 40, 50 e 60, 510 mil, 1 300 mil e 1 024 mil respectivamente - isso indica que o Estado recebeu, nessas décadas, um contingente significativo de população. No entanto, para a década de 70, o Paraná como um todo apresentou um saldo nega-

\*O saldo migratório, isto é, o resultado do impacto da migração sobre o crescimento populacional, obtém-se mediante o confronto da população esperada (calculada a partir do crescimento vegetativo) com a população obtida através do recenseamento no final do período. A taxa líquida de migração indica em caso positivo, a proporção da população observada no ano do segundo censo, que é resultado do processo migratório. Quando negativa, indica em que proporção a população observada seria crescida na ausência de migração. Essa avaliação do crescimento populacional é apresentada no estudo: IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. PARANÁ: características demográficas e projeção de população por microrregião, até 1990. Curitiba, 1983.

TABELA 23 - SALDOS MIGRATORIOS E TAXA LIQUIDA DE MIGRAÇÃO PARA O PARANÁ, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - 1950-80

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	POPULAÇÃO 1950		1940/50		POPULAÇÃO 1950		1950/60		POPULAÇÃO 1970		1960/70		POPULAÇÃO 1980		1970/80	
			SM	TLM (%)			SM	TLM (%)			SM	TLM (%)			SM	TLM (%)
Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	2 504 378	782 504	31	4 471 949	1 355 078	30		
Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	4 425 490	203 232	5	3 157 456	(2 646 690)	(84)		
TOTAL	2 112 893	510 083	24	4 268 239	1 329 272	31	6 929 868	1 024 857	15	7 629 405	(1 167 678)	(15)				

FONTE: IPARDES - Paraná: características demográficas e projeção de população por microrregião, até 1990. Curitiba, 1983.

tivo de 2 646 mil, e a zona urbana um saldo positivo de 1 355 mil. O saldo positivo urbano evidencia o processo migratório intenso da zona rural para a zona urbana.

Através das taxas líquidas de migração observa-se que, no Paraná, cerca de 24% da população total de 40, 31% da população de 50 e 15% da população de 60 são resultado do processo migratório, assim como 30% da população urbana da década de 70.

Se até 1970 as taxas líquidas de migração são sempre positivas, é nesta década que o processo se inverte de forma assustadora para a zona rural e com menor significância para o total do Estado. Se não houvesse migração da zona rural para a zona urbana ou para fora do Estado nesta década, a população rural seria crescida em 84% e a população do Estado como um todo em 15%.<sup>52</sup>

O fenômeno migratório, na década de 70, tomado regionalmente, foi muito mais assustador, especificamente para as micro-regiões do Norte Novo.

TABELA 24 - POPULAÇÃO, SALDOS MIGRATÓRIOS E TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO, SEGUNDO MICRORREGIÕES E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, NO PARANÁ - 1970-80

MICRORREGIÃO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	POPULAÇÃO		1970/80	
	1970	1980	Saldo Migratório (S.M)	TAXA LÍQUIDA (%)
Norte Novo de Londrina				
Urbano	333 024	527 886	118 026	22
Rural	351 924	117 601	(279 688)	(157)
TOTAL	684 948	705 487	(149 121)	(21)
Norte Novo de Maringá				
Urbano	150 387	247 354	58 757	23
Rural	169 638	66 871	(149 148)	(223)
TOTAL	320 025	314 225	(84 870)	(27)
Norte Novo de Apucarana				
Urbano	110 531	169 727	24 805	14
Rural	351 354	210 690	(252 063)	(119)
TOTAL	461 885	380 417	(218 855)	(57)

FONTE: IPARDES - As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná, Curitiba, 1983

<sup>52</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. PARANÁ: características demográficas..., p.29.

Os saldos migrat6rios totais foram negativos e o crescimento da popula76o urbana n6o foi suficiente para compensar o decr6scimo da popula76o rural ocorridos em fun76o das migra76es.

As taxas l6quidas de migra76o confirmam o quanto a popula76o das microrregi6es deveriam ter crescido caso n6o tivessem ocorridos fluxos migrat6rios. Destacam-se Apucarana e Londrina, que deveriam ter mais que dobrado a popula76o rural. Mas a maior perda relativa, dentre todas as microrregi6es, ficou com Maring6, que deveria ter um crescimento de mais 223% sobre a popula76o rural de 1980.

6 interessante observar que as taxas l6quidas de migra76o rural das microrregi6es foram bem superiores 6 taxa m6dia do Paran6, enquanto as taxas urbanas apresentavam um comportamento inverso. Isso significa que o processo de urbaniza76o das microrregi6es se deu num ritmo inferior ao verificado para o Paran6 como um todo; ou, em outros termos, a popula76o que saiu das zonas rurais das microrregi6es n6o ficou nas zonas urbanas das pr6prias microrregi6es e sem buscar novos rumos.

Como j6 foi afirmado, o processo de esvaziamento rural no Paran6 se iniciou na d6cada de 60, especialmente nas microrregi6es do Norte Novo. No entanto, as categorias sociais que perdiam espa76o naquelas regi6es ainda encontravam possibilidade de se reproduzir como trabalhadores rurais no pr6prio Estado.

Tanto 6 assim, que as migra76es para fora do Estado, na d6cada de 60, s6o comparativamente mais reduzidas. Em termos absolutos, o n6mero de pessoas que emigrou nessa d6cada 6 bem inferior ao da de 70 (298 mil 60/70 para 1 100 mil em 70/80).

TABELA 25 - MIGRAÇÃO DO PARANÁ PARA OUTROS ESTADOS POR TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO - 1970-80

DESTINO	TOTAL*	TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO	
		Menos de 1 ano até 5 anos	6 a 9 anos
Rondônia, Acre, Roraima e Amapá	116 483	97 266	19 217
Amazonas	1 621	1 524	97
Pará	18 478	18 206	272
Maranhão	3 690	3 474	216
Piauí	979	580	399
Ceará	1 671	1 671	-
Rio Grande do Norte	504	504	-
Paraíba	129	129	-
Pernambuco	2 642	1 116	1 525
Alagoas	722	366	356
Sergipe	1 037	939	98
Bahia	4 616	2 841	1 775
Minas Gerais	31 039	21 985	9 054
Espírito Santo	1 956	1 832	124
Rio de Janeiro	14 574	10 487	4 087
São Paulo	590 252	484 643	105 609
Santa Catarina	62 267	50 937	11 330
Rio Grande do Sul	18 364	14 773	3 591
Mato Grosso**	219 416	182 510	36 906
Goiás	5 741	5 145	596
Distrito Federal	4 752	3 645	1 107
TOTAL*	1 100 933	904 573	196 360

FONTE: IBGE: - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - Resultados Preliminares - 1980

\*Exclusivo os sem declaração

\*\*Somatório de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

TABELA 26 - MIGRAÇÃO DO PARANÁ PARA OUTROS ESTADOS POR TEMPO DE RESIDÊNCIA NA UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 1960-70

DESTINO	TEMPO DE RESIDÊNCIA NA UNIDADE DA FEDERAÇÃO		
	Menos de 1 ano até 5 anos	6 a 10 anos	TOTAL*
Rondônia	2 534	39	2 573
Acre	30	-	30
Amazonas	187	11	198
Roraima	4	-	4
Pará	695	52	747
Amapá	4	-	4
Maranhão	162	92	254
Piauí	49	84	133
Ceará	638	348	986
Rio Grande do Norte	232	41	273
Paraíba	242	110	352
Pernambuco	1 488	609	2 097
Alagoas	659	189	848
Sergipe	176	80	256
Bahia	2 026	711	2 737
Minas Gerais	4 765	1 241	6 006
Espírito Santo	581	106	687
Rio de Janeiro**	6 636	2 614	9 250
São Paulo	133 011	51 458	184 469
Santa Catarina	16 864	5 260	22 124
Rio Grande do Sul	3 529	1 196	4 725
Mato Grosso	38 445	6 669	45 114
Goiás	1 451	829	2 280
Distrito Federal	2 475	1 149	3 624
TOTAL	216 883	72 888	289 771

FONTE: IBGE: - Censo Demográfico - 1970

\*Exclusivo os sem declaração

\*\*Somatório de Rio de Janeiro e Guanabara

Em relação ao destino da população que migrou para fora do Estado verifica-se a mesma tendência para as duas décadas. Tanto em 1960 como em 1970 cerca de 50% do pessoal que migrava buscava São Paulo; o restante seguia para o Mato Grosso e para outros estados.

Assim, desde a década de 50, reduzia-se o espaço para a reprodução das relações do tipo parceira, colonato e pequeno arrendamento. Essas categorias sociais são expulsas da terra quando se conforma, na agricultura, um novo patamar tecnológico para a produção de várias culturas, especialmente a soja, que passa a dominar os campos do Paraná, inclusive nas microrregiões do Norte Novo. Pode-se dizer, elas exerceram um papel fundamental no sentido de suprir as necessidades de mão-de-obra numa cultura que demandava uma alta intensidade de pessoal - o café -, além de abrir as fronteiras virgens do Estado para a produção agrícola.

Porém, o processo de modernização que se generalizou na agricultura não alterou significativamente a estrutura de propriedade da terra. Mas a estrutura fundiária recuperou rapidamente sua face real à medida que os proprietários reassumiram as terras cedidas aos trabalhadores e as tornaram o suporte do novo padrão de desenvolvimento econômico que se instaurava no país.

O destino fundamental dos trabalhadores rurais que deixaram o campo foi o de consolidar o mercado de trabalho. Esses trabalhadores, depois de permanecerem um longo tempo nas periferias das cidades do Norte Novo, e verificarem que a demanda para o trabalho no próprio campo seria muito restrita, buscavam centros maiores, como São Paulo.

Entre 1977-78, estimava-se um contingente de 800 mil tra-

balhadores rurais procurando emprego nas periferias das cidades do interior do Paraná.\* Uma cifra alarmante, considerando-se que representava praticamente 40% do pessoal ocupado na agricultura em 1980. Mas provavelmente não era tão irreal levando-se em conta que esse movimento estava acontecendo após uma grande geada (1975-76) que dizimou praticamente o parque cafeeiro. A produção de café caiu de 11,7 milhões de sacas em 75/76 para quase nada em 76/77, atingindo apenas 1,8 milhões em 77/78 e recuperando-se gradativamente a partir daí.

Com a destruição do parque cafeeiro justificava-se a situação alarmante de desemprego rural que se criava no Paraná não se levando em conta que, nessa época, a demanda por trabalhadores se dava em novas bases. Além de bem mais restrita, tornava-se generalizada a procura por trabalhadores "bóias-frias".

Os trabalhadores "excedentes" às possibilidades de absorção no Paraná dirigiam-se a outros centros, ficando na região o montante razoável para desempenhar as novas tarefas agrícolas.

Em síntese, a dissolução das relações de parceria, colonato e pequeno arrendamento se deu ao mesmo tempo em que se consolidaram as novas condições de produção na agricultura do Paraná, especialmente no Norte Novo. Esse processo foi necessário para que se cristalizasse o mercado de trabalho com características muito próprias, quais sejam a oferta abundante e barata do trabalhador assalariado.

Torna-se abundante porque o processo de modernização foi muito rápido e violento, impedindo a população expulsa de encontrar, seja na zona rural, seja na urbana novas frentes de

\*Esse montante foi estimado pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná-FETAEP, em 1977.

emprego. Isto é, as taxas de crescimento da população que se desempregou no período foram muito superiores às de oferta de emprego. Soma-se a isso o tipo de modernização agrícola que gerou uma demanda por trabalhadores, concentrada no tempo e no espaço, deixando-os, por largos períodos, desempregados.

Ao mesmo tempo, esses trabalhadores tornam-se relativamente "baratos" para os proprietários empresários, porque estes se desincumbem de cobrir a totalidade dos custos dos trabalhadores - férias e 13º salário -, além dos dias que eles, por motivos de clima, não podem trabalhar.

Esse é o lado agrícola do "desenvolvimento capitalista brasileiro", no qual os trabalhadores fazem "milagres" para reproduzirem suas condições de vida.

Mas, de fato, esse mercado de trabalho não se constituiu tão rapidamente. Ele foi se consolidando juntamente com o processo de modernização da agricultura, isto é, a partir de meados da década de 60. Somente nos anos 80 os trabalhadores começam a identificar o processo que os gerou. E esse processo os cristalizará caso não assumam as questões que dizem respeito às suas condições de vida e trabalho.

Assim, esse período foi necessário para se difundirem os mecanismos que promoveram a mecanização do campo que avança cada vez mais para novos ramos da produção - e para se consolidarem as relações da agricultura e dos agricultores com os novos agentes que comercializam a produção, como as cooperativas e indústrias. Além disso, foi o período necessário para as várias categorias sociais identificarem sua real situação no conjunto da produção e os seus interlocutores para as eventuais negociações.

Nos últimos anos, foram crescentes, no campo, os movimentos sociais que reivindicam melhores condições de negociação para as suas mercadorias. Os proprietários, tanto grandes como pequenos, geralmente liderados pelos primeiros, que incorporaram os processos tecnológicos, fizeram vários movimentos no sentido de garantir melhores preços para seu produtos junto aos intermediários ou indústrias; ou, ainda, reivindicaram junto ao Governo Federal, melhores preços mínimos, crédito etc. De um modo geral, essas lutas se intercalaram desde o fim dos anos 70.

Do mesmo modo, os trabalhadores assalariados ou "bóias-frias", cujo contingente é formado predominantemente por trabalhadores expulsos da terra, como os parceiros e colonos, que perambulam há muito tempo pelo Estado à procura de trabalho, nas mais diversas culturas, finalmente estão encontrando sua identidade. Os movimentos recentes, que culminaram em 1984 com os episódios de Guariba e Ribeirão Preto em São Paulo e de Maringá no Paraná,<sup>53</sup> indicam que os trabalhadores tomaram conhecimento da força que tem, e a partir daí deverão incrementar a sua organização para garantirem seus direitos de trabalhador e cidadão.

Além desses, ainda existe um contingente que reivindica, principalmente junto aos Governos Federal e Estadual, o seu espaço de terra. Qual a perspectiva desse segmento da população rural? O processo de modernização ocorrido que uniu a terra e os produtores ao capital permitirá o acesso à terra a es-

<sup>53</sup> Se não for atendido bóia-fria vai a greve. O Estado do Paraná. Curitiba, 28 jun. 1984. p.9. OS CANAVIAIS da ira. Veja, São Paulo, 23 maio 1984. p.20.

ses trabalhadores? E como eles poderiam acompanhar os demais produtores, no sentido de garantir a produção dentro dos patamares tecnológicos exigidos pelo acesso de integração agroindustrial?

#### 4 A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO: A QUESTÃO DO ACESSO À TERRA

O processo de modernização da agricultura gerou, de forma acelerada, um volume razoável de pessoas sem perspectivas de trabalho. Note-se que esse processo ocorreu numa fase expansiva da economia brasileira. Mas no fim dos anos 70 esse ciclo expansivo se desacelera, ou mesmo entra numa fase recessiva, contribuindo para agravar a situação de desemprego no país. Alguns segmentos sociais que estavam sofrendo as consequências desses processos começam a organizar movimentos com o objetivo de recuperar o espaço de trabalho.

Esses movimentos que se sucederam, especialmente nas áreas rurais, nos últimos anos e se avolumaram após os anos 80 apresentam como reivindicação básica parcelas de terras que garantam a reprodução das condições de vida desses segmentos sociais. Está implícito nas suas propostas, de um modo geral, o acesso à terra para a produção de subsistência.

É importante observar que, nas microrregiões do Norte Novo, os movimentos organizados que pressionam pelo acesso à terra são mais difusos ou quase inexistentes, não representando uma pressão social, como acontece nas demais regiões do Estado, especialmente no Oeste e Sudoeste. Pode-se supor que essa situação reflita, em parte a consciência histórica - desses segmentos sociais - de inserção na estrutura produtiva como força de trabalho e não como proprietária dos meios de produção e, por isso, no conjunto de suas reivindicações, predominam as de

caráter trabalhista.

Para evidenciar como o acesso à terra se tornou uma questão relevante no Paraná, selecionam-se algumas matérias de jornais que registram esses fatos.\*

## A grande fuga dos sem-terra

Aos sem-terra paranaenses, ao que parece são estas as opções: invadir fazendas ou migrar para a região amazônica. Os que optam pela primeira sofrem os rigores da lei que protege a propriedade - e às vezes, injustamente, os latifúndios improdutivos - e sofrem ou perdem a vida nas mãos de vigilantes espatazes ou jagunços, armados pelos fazendeiros. A todos, os que optam pela primeira ou pela segunda opção, move o desejo de ser proprietário de um pedaço de terra, de trabalhar para comer, mesmo arriscando a vida ao invadir uma fazenda, aqui, ou submeter-se às dificuldades naturais de regiões em desbravamento, como a Amazônia. Só que, no último caso, é possível o sonho da terra própria, sem o risco direto da vida

No campo, a situação é cada vez mais difícil - é caro plantar, é difícil colher, vem a chuva e atrapalha, falta a chuva e a planta não vinga, e por fim os preços nem sempre compensam. Mas na cidade não há emprego. Por isso, o homem de passado ligado ao campo quer agora voltar, para tentar recomeçar, mesmo com todas as dificuldades; é que ele sabe que lá, no campo, dá pelo menos para comer. O sonho acabou; a cidade iluminada é mil vezes pior que o breu das noites do sertão.

Pinçadas deste quadro, as invasões de terras que têm acontecido no Paraná, nos últimos meses, encon-

tram justificativas pelo menos morais - embora a lei esteja aí, para expulsar os que invadem uma propriedade particular. No caso específico do Paraná, uma invasão de sem-terra só poderia acontecer mesmo em propriedades privadas, porque pouco ou nada resta de terras devolutas no Estado. Assim, sucedem-se episódios como os das fazendas Três Pinheiros, Padroeira, Anonj, Giacomet e Maroju, no Oeste e no Sudoeste; em outras regiões, há a figura do posseiro, apenas, mas a situação do invasor é a mais desesperadora, porque este lança-se à busca de um pedaço de chão sabendo que tem a lei a acossá-lo.

FOLHA DE LONDRINA  
13/08/83

\*Consultou-se o arquivo do Projeto Análise Conjuntural do IPARDES, para o qual se classificam recortes de jornais (locais e de outros estados) dos mais variados assuntos, inclusive os relativos às questões agrícolas e agrárias que se deram no Estado nos últimos anos. Nessa consulta, percebeu-se que entre 1975-80 predominaram as questões dos agricultores relativas ao seu enfrentamento com as grandes indústrias de máquinas e insumos e também com as indústrias de transformação dos produtos agrícolas. Não faltaram as reivindicações de caráter financeiro junto ao Governo Federal. Mas a partir de 1980 surgiram as questões de acesso à terra com mais ênfase, quase que disputando com aquelas notícias os espaços dos jornais.

## Chega a 40% índice dos "sem-terra" no sudoeste

**FRANCISCO BELTRÃO** (Da sucursal) — No sudoeste paranaense, região caracterizada por uma estrutura fundiária de pequenas propriedades rurais, 40 por cento dos agricultores não detêm a posse da terra em que trabalham. Este índice foi revelado através de levantamento feito recentemente, e trouxe à tona outras informações importantes sobre a realidade regional.

Na opinião de Antonio Fracasso, agricultor de Renascença, "somente com a organização de classe e os próprios trabalhadores assumindo esta luta, se conseguirá implantar algumas mudanças, como a reforma agrária".

Antonio Fracasso acrescentou que "há necessidade da reforma agrária ser vista como uma solução demo-

cratizante, garantindo a prioridade para o homem que trabalha na terra e não aqueles que usam a propriedade rural somente como instrumento ou mecanismo de exploração econômica".

FOLHA DE LONDRINA  
07/04/83

## Entidades lançam campanha por uma reforma agrária

**RIO** — Com o objetivo de estancar o êxodo rural, tornar produtivos 350 milhões de hectares de terras hoje inproveitadas e criar cinco milhões de empregos no campo, entidades religiosas e de trabalhadores rurais, além de pequenos proprietários e profissionais liberais lançaram, ontem, na ABI uma campanha nacional pela realização da reforma agrária.

Na presença de quatro secretários de Agricultura — José Gomes da Sil-

va, de São Paulo; Claus Magno Germer, do Paraná; Antonio Carlos Pereira Pinto, do Rio; e João da Câmara, de Mato Grosso do Sul — o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, disse que a campanha busca criar uma consciência nacional da necessidade de uma reforma agrária efetiva patrocinada pelos próprios agricultores.

FOLHA S. PAULO  
29/04/83

## Inera obtém bons resultados com o projeto de colonização

Encerrada, neste final de semana, a colheita de 70 toneladas de pepinos, iniciada em fins de março por 11 dos 21 agricultores assentados pelo Inera no Projeto de Assentamento Pory de Toledo, no Oeste do Estado. Esses agricultores oriundos da área de inundação da usina de Itaipu não tinham condições de serem transferidos para Arapoti nem para outros projetos de colonização da autarquia em outros Estados e acabaram sendo assentados em pequenas áreas de terras arrecadadas no município, com todos os recursos estruturais, inclusive poço artesiano, transporte de suas casas de moradia e insumos.

GAZETA DO POVO  
07/05/83

# Sugestões contra conflito de terras

A Prefeitura Municipal de Matelândia elaborou um documento apresentando sugestões para resolver os conflitos relacionados à posse de terras, no município, cujo tema foi discutido amplamente por elementos de governo da municipalidade.

## DOCUMENTO

No posicionamento apresentado pelo governo municipal é colocado que "a Reforma Agrária oferece, no momento da difícil cri-

se econômica brasileira, a grande oportunidade de fixar o trabalhador rural na terra, evitando assim engordar as cifras de desemprego na cidade". Observa que "a Reforma Agrária é um instrumento de justiça social que já chega tarde, mas que traz esperanças para uma ação política saneadora e eficaz". A dívida nacional - enfatiza ainda - que foi construída de cimento e concreto -, vide Itaipu, Ponte Rio-Niterói, Ferrovia da Aço, Angra dos Reis e tantas outras - deve ser redimensionada numa nova política econômica de investimento hábil nos grandes espaços agrários.

GAZETA DO POVO  
10/05/83

## Trabalhadores rurais denunciam concentração da propriedade e defendem reforma agrária

(Da sucursal de Maringá)  
"Os trabalhadores rurais, por intermédio de sua instituição sindical, em documentos anteriores, têm manifestado sua estranheza de que num País com a extensão territorial do Brasil, ainda se tenha

que falar em reforma agrária, em trabalhadores sem terra, em conflitos pela posse da terra é, o que é pior: num País eminentemente agrícola, trabalhadores rurais passando fome, isto tudo diante dos instrumentos legais para a realiza-

ção da tão almejada reforma agrária, como a Constituição Federal, o Estatuto da Terra, as leis complementares e os organismos de planejamento e execução. O que mais seria necessário? Isto ainda está sem resposta".

FOLHA DE LONDRINA  
22/05/83

## Em Apucarana, projeto para fixar "bóias-frias"

APUCARANA (Do correspondente) — Visando amenizar o problema do trabalhador volante no município, a Prefeitura de Apucarana elaborou o "Projeto Juruba", que prevê o reassentamento de 320 famílias de "bóias-frias" na zona

rural. A diretriz básica deste projeto é fixar a população volante em uma área que lhe permita desenvolver culturas de subsistência e comercializar o excedente de produção no próprio município.

FOLHA DE LONDRINA  
22/05/83

## Tensão no latifúndio. PM envia tropa.

### Teme-se que possam acontecer choques

CASCAVEL (Das sucursais de Cascavel e Francisco Beltrão) — A Polícia Militar do Estado do Paraná enviou ontem uma tropa ao município de Chopinzinho, no sudoeste do Paraná, presumivelmente com a missão de desalojar cerca de 200 trabalhadores sem terra que, no início da semana, invadiram o latifúndio de propriedade da empresa Madeireira "Giacomet-Marodin", objeto de antiga disputa e contestações.

Os sem-terra, — cerca de 15 mil na região, contando-se apenas os que estão inteiramente à margem dos processos de produção, segundo sindicatos de trabalhadores rurais da área — vêm há muito tempo pedindo que o Governo lhes ofereça possibilidades de assentamento, mediante inclusive crê-

dito fundiário para aquisição de terras. Eles querem ficar no próprio Paraná, onde dizem — através de entidades representativas — haver muitos latifúndios improdutivos, passíveis de desapropriação para interesse social.

No caso específico da Giacomet-Marodin, acusam a empresa de alastrar seus domínios sobre uma área de 100 mil alqueires. Ninguém tem certeza sobre a real extensão do latifúndio, porque a única medição foi feita em 1903. O Instituto de Terras e Cartografia do Paraná chegou a ser instado a fazer nova medição, mas alegou dificuldades. Assim, os colonos consideram a empresa madeireira como invasora de 37 mil alqueires, e por isso se julgam no direito de ocuparem as terras.

FOLHA DE LONDRINA  
09/06/83

# Lutas serão lembradas no Dia do Agricultor

## SEM-TERRA

Ao lado do combate ao "peleguismo" existente em alguns sindicatos e a campanha para tornar as cooperativas uma força em defesa dos pequenos produtores, atualmente está em destaque a luta pelo reassentamento dos sem-terra no Paraná. De acordo com a última pesquisa feita pela coordenação regional da Pastoral da Terra, de 35 a 40% dos chefes de famílias e rapazes em idade adulta não detêm a posse da terra que trabalham.

Esse dado fica mais alarmante se for acrescido o

grande contingente de ex-agricultores que atualmente residem na periferia das mal estruturadas cidades da região, que até cinco ou seis anos atrás desconheciam favelas. Através de seus sindicatos autênticos, os agricultores estão denunciando a concentração das terras nas mãos de médicos, comerciantes, advogados e outros profissionais da cidade. Um exemplo bastante citado pela classe é o que ocorre em Renascença, município vizinho a Francisco Beltrão: os maiores latifundiários são os médicos Kit Abdalla e Nelson Sandini e o ex-deputado estadual Tullio Zanchet.

FOLHA DE LONDRINA  
10/07/83

## Acarpa diz que é caótica situação do Projeto Poti

Os agricultores que deixaram o Oeste, por causa de Itaipu, não conseguem produzir em Arapoti, estão devendo cada vez mais e têm problemas até de alimentação

## POUCO ESPAÇO E TERRA RUIM

O Projeto Poti visou às famílias de não-proprietários expulsas de área destinada ao reservatório de Itaipu e que seriam elevadas à condição de proprietárias de lotes entre sete e dezessete hectares no município de Arapoti, para serem pagas em oito anos, passados dois de carência, ao preço de 1.500 cruzeiros o hectare.

Expulsas do oeste paranaense pelo faro-nismo de Itaipu, 425 famílias de ex-arrendatários, parceiros e simples trabalhadores rurais vivem um impasse, no município de Arapoti, Norte Pioneiro. Ali se encontram em nome de um projeto concebido de afogadilho, porque a maior hidrelétrica do mundo, mesmo sem gerar energia, tinha que fechar comportas.

FOLHA DE LONDRINA  
12/07/83

## FAZENDA PADROEIRA

### Tiro no escuro. Corpo caído. Começa a tensão

Embora anteriormente tenha havido controvérsias em relação ao domínio da Fazenda Padroeira do Brasil, no município de Matelândia, Oeste do Paraná - até o próprio INCRA chegou a intervir e depois retirou-se, sem que tenha definido posicionamento - a tensão na verdade começou logo no início de março deste ano, quando matadores profissionais tiraram a vida de um guarda da fazenda. O assassinato deu-se num terror, estado que se revelou propício a invasão organizada das terras - 2.201 alqueires. De repercussão nacional, o caso da Fazenda Padroeira faz voltar a mente o Paraná dos tempos do banditismo, do grito de terras organizadas. E, especificamente neste episódio, o mais forte pode estar sendo vítima a fazenda na verdade foi simplesmente invadida, embora os invasores por sua vez sejam vítimas de aproveitadores que querem o domínio da terra.

FOLHA DE LONDRINA  
12/07/83

## Policiais prendem colonos que invadiram propriedade

CHOPINZINHO (Da sucursal de Francisco Beltrão) — A Polícia Militar do Estado do Paraná prendeu, ontem, 8 dos cerca de 200 trabalhadores sem terra que, no início da semana, invadiram as terras de propriedade da Giacomet e Marodin Indústria de Madeiras S.A. Na última quarta-feira, 60 po-

liciais militares foram enviados ao município de Chopinzinho pelas unidades de Cascavel e Pato Branco (60. e 30. BPM, respectivamente) para garantir a segurança na área, porém, a situação se agravou muito, reinando grande tensão na área.

FOLHA DE LONDRINA  
10/06/83

## Sem-terras oficializam denúncia de violências

As denúncias são contra a PM, que desenvolveu uma operação para desalojar os invasores do latifúndio, no sudoeste do Paraná. Um menor foi rolado na lama, obrigado a rezar uma Ave-Maria para os soldados e chupar uma bala de fuzil

## Violência irrompe em vários pontos, na luta pela terra

A situação é extremamente delicada em vários pontos do Paraná onde desenvolve-se renhida luta pela posse de terras.  
A violência é crescente, e o desfecho imprevisível

FOLHA DE LONDRINA  
01/09/83

## Dentro de semanas, muitas terras serão desapropriadas no Paraná

O presidente do ITC - Instituto de Terras e Cartografia, João Bonifácio Cabral Junior, anunciou ontem que é iminente o desencadear de vários processos de desapropriação de terras improdutivas no Estado do Paraná, pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

"O INCRA está de posse deste trabalho, e estamos apresentando outros estudos. O Instituto está conferindo tudo, e breve teremos uma grande desapropriação, no Paraná, para fins de interesse social" - garantiu. Estas desapropriações servirão para abrigar as famílias que hoje lutam para ter uma propriedade rural, embora

não devam atender a todo o contingente de sem-terra, de mais de 500 mil pessoas no Estado.

O presidente do ITC caracteriza a situação atual, no tocante a luta pela posse de terra como "gravíssima". Ele observa que a estrutura fundiária do Paraná, há 10 anos, era das melhores do país, com expressivo número de propriedades. "Chegamos ao ponto atual em função de uma política agrícola totalmente equivocada, no país, e voltada principalmente contra o pequeno agricultor, que está sendo expulso da terra". Entre as causas desta expulsão, estão, segundo ele, as lavouras voltadas para exportação, endividamento com bancos, falta de financiamento para pequenos proprietários e outras causas. (Da sucursal de Cascavel).

FOLHA DE LONDRINA  
02/09/83

## Trabalhadores criticam estrutura agrária

**PORTO ALEGRE** — Existem hoje no Brasil mais de 12 milhões de trabalhadores rurais sem terra, 238 milhões de hectares de latifúndios, 17 milhões de hectares em posse de multinacionais, além de 50% das terras pertencerem a 53 mil proprietários. Essa situação foi denunciada ontem na Assembléia Legislativa, pela Comissão dos Trabalhadores sem Terra da Regional Sul.

A comissão, integrada por agricultores dos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, relatou os problemas agrários de cada Estado e criticou a política do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de reassentamento no Norte do País, sem a mínima infraestrutura.

FOLHA DE SÃO PAULO  
06/09/83

## Proprietário dá novo prazo para a saída dos sem-terra

O empresário Antoninho Segundo Zangrande decidiu ontem dilatar o prazo por mais cinco dias para que as 109 famílias de lavradores sem terra acampadas em sua propriedade, à beira de uma estrada no interior do município de Marmeleiro, no sudoeste do Estado, se retirem espontaneamente do local. Anteriormente, o prazo dado aos colonos era o dia 18, agora prorrogado para o próximo dia 23.

Ao que tudo indica, a situação dos lavradores de Marmeleiro tende a se agravar ainda mais, pois se deixarem as imediações da Fazenda Anoni, de onde foram expulsos por decisão judicial em vista da ocupação ilegal da área, não terão para onde ir. Ao todo, são cerca de 400 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, abrigadas em improvisadas barracas de capim e lona. Além da pouca comida, falta a lenha para amenizar o frio nesta região do Estado.

FOLHA DE LONDRINA  
15/09/83

## Nova invasão na Fazenda Anoni. Sem-terra prometem resistência

**MARMELEIRO** (Da sucursal de Francisco Beltrão) — As 109 famílias de sem-terra que há um mês estavam acampadas às margens de uma estrada, no município de Marmeleiro, no sudoeste paranaense, já se encontram novamente dentro da Fazenda Anoni desde

ontem de manhã, e desta vez prometem que só sairão da área se forem despejados pela Polícia. As mais de 400 pessoas se dividiram em 4 grupos e fizeram a mudança de suas barracas de lona sob a forte chuva que caiu em toda a região nos últimos dias.

## Colonos do Mastro ocupam uma fazenda em Guarapuava

**CASCABEL** (Da sucursal) — Um grupo de 40 famílias de colonos inscritos no Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro), oriundos dos municípios de Foz do Iguaçu,

Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Missal, ocupa pacificamente desde o último dia 19 a Fazenda Lagoa Santa, em Guarapuava, uma área improdutiva de 180 alqueires que eles não sabem explicar se tem dono ou não.

FOLHA DE LONDRINA  
24/09/83

# Mini-reforma agrária?

Em Apucarana, um projeto ambicioso: o assentamento de mil famílias de trabalhadores rurais sem-terra, em lotes

dotados de toda a infra-estrutura necessária, para que possam recomeçar suas vidas

FOLHA DE LONDRINA  
26/09/83

## Sem chances no Paraná

Nos últimos dois meses, 300 famílias de colonos trocaram o sudoeste do Estado pela região amazônica. Eles foram em busca da "terra prometida"

### ORGANIZAÇÃO

De um ano para cá, os sem-terra desta parte do Estado passaram a se organizar, seguindo o exemplo do MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná). Em suas reivindicações às autoridades federais e estaduais argumentam que os maiores problemas atualmente referem-se à exploração dos arrendatários pelos donos da terra e o

arrendamento cada vez mais difícil. As terras estão ficando nas mãos de pessoas da cidade e grande parte dos terrenos rurais produtivos está se transformando em pastagens para criação de gado. O fenômeno é atribuído às causas estruturais que criaram as condições de concentração da terra, com a correspondente expulsão do homem do campo.

FOLHA DE LONDRINA  
12/10/83

## Na terra dos invasores, o verde começa a brotar

Os cinco alqueires cobertos pela queimada começaram a verdejar com as primeiras mudas. Bom sinal para a pequena comunidade de ex-trabalhadores volantes, que invadiram há 40 dias as terras onde seria construída a Colônia Penal Agrícola de Tamarana. Daqui a

dois meses, se o tempo continuar ajudando, haverá sopa de feijão no jantar; em janeiro, serão colhidos o milho e o arroz. No milharal, armadilhas para tatus renderão boa quantidade de carne, e haverá mais galinhas no terreiro.

FOLHA DE LONDRINA  
17/10/83

## "Sem-terra" fizeram 1.800 ha de lavouras na Fazenda Anoni

Apesar de estarem vivendo em condições precárias e enfrentando dificuldades de toda ordem, os "sem-terra" que há três meses ocupam a Fazenda Anoni, em Marmeleiro, no sudoeste parangense, conseguiram plantar cerca de 1.800 hectares de área total - 3.600 hectares, com sementes emprestadas pela Secretaria da Agricultura e que serão devolvidas na época da colheita

### DISPUTA

A luta dos "sem-terra" já custou a morte do colono João de Paula, assassinado pelos jagunços encastelados de impedir a invasão da fazenda que está sob júdice. Os proprietários não aceitam o decreto desapropriatório de 1980 (a área tem problemas de

documentação e além da família Anoni, mais cerca de 40 seriam tituladas) sob a alegação de que a fazenda se classifica como empresa rural. O Tribunal Federal de Recursos julgou a questão recentemente e deu ganho de causa aos Anoni. Porém, o INCRA recorreu da sentença no intuito de fazer valer o decreto do Governo Federal.

Em decorrência do julgamento da questão judicial entre os proprietários da terra e o INCRA, o juiz, Wilson Roberto Raitiani, da 2ª Vara Cível da comarca de Primeiro de Maio, a qual pertence o município de Marmeleiro, recebeu uma carta de ordem da 2ª Vara da Seção Judiciária do Paraná, da Justiça Federal, onde é determinado o despejo em massa dos ocupantes da fazenda. Segundo o juiz Raitiani, a Justiça não conseguiu que os "sem-terra" concordassem em deixar voluntariamente a área e, por isso, já foi requisitada força policial para o deslocamento das centenas de famílias. O despejo deverá ocorrer nas próximas semanas, porém, segundo o juiz, não existe uma data definida para a operação.

FOLHA DE LONDRINA  
27/11/83

## Questão fundiária do Estado é discutida na Assembleia

### REFORMA AGRÁRIA

A reunião da Comissão de Terras contou com a participação dos deputados Dirceu Manfrinato e Orlando Pessuti, ambos do PMDB; Gilberto Carvalho, presidente do Comitê de Apoio aos Sem-Terra; Wagner D'Angelis, presidente da Comissão de Justiça e Paz do Paraná; Antenor Bene, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura; Marcelo Judgen, representando a Ordem dos Advogados do Brasil; Carlos Biasi, presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, e representantes de associações de bairros e da Pastoral da Terra.

Para o presidente da Comissão de Justiça e Paz do Paraná, a saída seria fazer um estoque de terras e a implantação de um sistema de crédito fundiário, que não existe no Paraná e é uma luta que vem crescendo ano a ano.

Wagner D'Angelis acredita que se deve utilizar a série de glebas inaproveitadas que existem no Estado para favorecer os sem-terra — foi detectado um total de 506 mil hectares de áreas inaproveitadas no Paraná. Ele criticou as chamadas Empresas Agrícolas, que estão credenciadas no Inera e muitas vezes burlam a legislação, só utilizando parcialmente as terras com esse fim, acentuando que "essa é realmente a realidade paranaense". Para o presidente da Comissão de Justiça e Paz, diversas entidades já estão entronizadas com a ideia da necessidade de se implantar efetivamente a reforma agrária — o Estatuto da Terra (lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964), criado nos primórdios do governo revolucionário, completa seus 19 anos sem jamais ter sido aplicado efetivamente.

FOLHA DE LONDRINA  
01/12/83

## "Sem-terra" pedem sustação do mandado de despejo na Anoni

Uma comissão representando as 433 famílias (mais de 2 mil pessoas) de agricultores sem terra que desde setembro último ocupam a Fazenda Anoni, no município de Marmeleiro, sudoeste do Estado, reivindicou ao governador José Richa e ao Secretário da Agricultura, Claus Germer, para que intercedam junto à Justiça Federal, no sentido de conseguirem a sustação da ordem judicial deferida pelo Tribunal Federal de Recursos.

Os sem-terra conversaram com as autoridades na última segunda-feira, em Francisco Beltrão, por ocasião da reunião de trabalho do Governador e Secretariado com as lideranças sudoestinas.

FOLHA DE LONDRINA  
14/12/83

## Se houver invasão, Prefeitura expulsas

CASCADEL (Da sucursal) — O prefeito Fideleino Tolentino (PMDB) evitou comentar detalhadamente, ontem, a ameaça feita por lavradores sem-terra, acampados em frente ao distrito Industrial de Cascavel, de inva-

direm a área se não lhes for oferecida imediata condição de reassentamento em outro local. Mas, em poucas palavras, o prefeito foi incisivo: "Se houver invasão, tomaremos as medidas legais e cabíveis".

FOLHA DE LONDRINA  
1983

Sem-terra

# Eles são 14 milhões, e não são levados a sério

Eles começaram seu encontro nacional, ontem, com hinos e som de violas. Nos pés, chinelos havaiana. Apesar da descontração, os rostos característicos: são lavradores, homens marcados pelo difícil trabalho na terra, mais difícil ainda para eles que não são proprietários. Mas depois dos hinos e da música, relatos que se seguiram demonstraram claramente que este Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, que se estenderá até amanhã na cidade de Cascavel, poderá ampliar ainda mais a titânica luta que estes homens travam, para obter um pedaço de chão neste País de mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados.

FOLHA DE LONDRINA  
21/01/84

## As crianças estão morrendo de fome

CASCVEL (Da sucursal) – Muitas das crianças filhas dos lavradores sem-terra acampados à margem da BR-227, na periferia da cidade de Cascavel, sequer têm nome – não foram registradas, e algumas, inclusive, nasceram no interior dos próprios barracos armados há cinco me-

ses. Os 'Zezinhos', 'Joãozinhos' e 'Mariazinhas' estão perecendo de fome e, inevitavelmente, deverão ocorrer óbitos nos próximos dias, caso providências imediatas não sejam tomadas pelas autoridades, inteiramente alheias ao problema.

FOLHA DE LONDRINA  
04/02/84

## Sem-terra preparam-se para invasão em massa

Descrentes da iniciativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, de promover Reassentamento no próprio Estado, os lavradores sem-terra do Paraná preparam-se para invadir em massa terras improdutivas.

FOLHA DE LONDRINA  
09/02/84

# Primeiras conquistas

Unindo suas mãos calosas e suas cabeças já arejadas, os agricultores demonstram não só sua vontade de ter de volta

o direito de fecundar a terra, como também um nível político surpreendente em suas decisões

FOLHA DE LONDRINA  
05/05/84

## Arma-se o cerco aos sem-terra invasores

*A expectativa, no oeste e sudoeste, é de despejo a qualquer momento*

FOLHA DE LONDRINA  
27/06/84

## PM faz "despejo branco" dos sem-terra. Líderes deverão ser enquadrados

*A situação poderá agravar-se ainda mais no sudoeste, onde fazendeiros se armam para fazer frente aos sem-terra invasores*

gião Militar do Paraná e ao Governo do Estado, pelo advogado Expedito Stefanello, representante da família Stefanello, proprietária de uma área de dois mil hectares no município de Mangueirinha. Esta informação foi prestada por Eugênio Stefanello, do mesmo grupo — ele é o agente da CFP — Comissão de Financiamento da Produção no Paraná, e ex-Secretário da Agricultura do Estado.

As terras da família Stefanello estão sendo protegidas por 30 homens fortemente armados, segundo revelou Eugênio — que diz ter sido feita comunicação neste sentido à 5ª. RM e ao Governo Estadual — argumentando que a defesa do patrimônio, mesmo com uso de armas, "é prevista até em Constituição". A fazenda do grupo estaria sob ameaça de invasão, disse ainda o agente da CFP. "Outros fazendeiros estão agindo de igual maneira, e já têm homens armados em suas terras" — complementou.

**"MAR DE SANGUE"**  
Fazendeiros do Paraná estão se armando, para fazer frente a invasões que possam ocorrer. Comunicação neste sentido foi feita à 5ª. Re-

FOLHA DE LONDRINA  
28/06/84

## *Richa promete usar a lei para impedir a invasão de terras*

Dos correspondentes

As invasões de terras não serão toleradas no Paraná, disse ontem em Cêu Azul o governador José Richa, ao receber representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais de Medianeira e São Miguel do Iguçu, que

lhe entregaram um documento pedindo apoio às reivindicações dos sem-terra. Nesses dois municípios, foram invadidas recentemente uma fazenda e uma área de propriedade do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

FOLHA DE SÃO PAULO  
03/07/84

## *Invasões: despejos ameaçam 5 mil pessoas*

Representantes de mais de 5 mil pessoas que invadiram terras no Paraná e foram desalojadas à força ou estão na iminência de sofrer despejo estiveram reunidos ontem em Curitiba, na Comissão Pastoral da Terra. Eles vieram para manter contatos com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e com o governo do Estado, no sentido de que seja encontrada uma solução para o aflitivo problema em que vivem, pois alguns deles já estão passando fome.

E não poupam críticas aos órgãos governamentais, tanto da área estadual, como federal, afirmando que nenhuma medida concreta foi até agora adotada para beneficiá-los e que a única promessa que recebem é a ameaça de serem expulsos e ainda presos pela polícia. As mais de 600 famílias que ocupam terras do próprio Inbra, na Fazenda Annonni, em Marmeleiro, afirmam igualmente estarem ameaçadas de despejo por parte do órgão criado para promover a reforma agrária.

GAZETA DO POVO  
04/07/84

## *Mastes diz quais terras os lavradores reivindicam*

CASCAVEL (Da sucursal) — O Movimento dos Agricultores do Sudoeste do Paraná (Mastes) está denunciando que a responsabilidade direta pelas ocupações e invasões de terras que vêm ocorrendo no Estado é do IN-CRA e do próprio Governo Federal, "pelo desprezo com que olha para a fome em geral, pelo desrespeito e pelo descaso com que trata a vontade soberana do povo". Um documento, elaborado pelo Movimento após assembleia realizada entre lavradores sem-terra da região, frisa que as inúmeras reivin-

dicações até aqui apresentadas ao IN-CRA, pedindo um programa abrangente de reassentamento, obtiveram como resposta a afirmação, de parte do próprio órgão, através de seu diretor no Paraná, Paulo Sommer, de que "a iniciativa da solução cabia ao próprio movimento". O Mastes enfatiza que "a iniciativa e solução que o povo encontrou foram postas em prática, pois diante do impasse gerado pela fome absoluta e miséria total, a única saída foi a ocupação de terras, para que se tornem produtivas".

FOLHA DE LONDRINA  
17/07/84

# Sem-terra do oeste tentam negociação

CASCVEL (Da sucursal) — Desesperados com a falta de alimentação e o cansaço provocado por quase dois meses de acampamento em precárias condições, as 138 famílias de agricultores sem-terra de Medianeira e São

Miguel do Iguaçu deverão tentar reabrir, nos próximos dias, mais uma rodada de negociações com o INCRA. Uma comissão de acampados, assessorados por dois sindicatos de trabalhadores e pelo Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná

(Mastro), vão a Curitiba, na esperança de obter a liberação da Fazenda Inaribo, de Mangueirinha, para o reassentamento das famílias desalojadas em junho e julho da Fazenda Mineira e das próprias terras do INCRA, em São Miguel do Iguaçu.

FOLHA DE LONDRINA  
12/06/84

## Localizados 41 mil hectares ociosos

O mais grave problema de tensão social, hoje, no Paraná envolve os agricultores sem terra. Segundo dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Paraná — Fetaep — são 50 mil famílias. O Instituto de Terras e Cartografia — ITC — tem catalogadas aproximadamente 45 mil

famílias. Algumas destas famílias estão atualmente plantando em terras invadidas, com pendência na Justiça, enfrentando a desgastante expectativa de ficarem nas terras ou delas serem expulsas.

GAZETA DO POVO  
30/08/84

## Governo determina que o Incra negocie a solução para Annoni

Dois colonos da Fazenda Annoni, mais o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pérola do Oeste - Zeno Manuzzi - e ainda o coordenador do Movimento dos Agricultores sem Terra do Sudoeste do Paraná - João Batista, formando comissão, estiveram ontem no Palácio Iguaçu, falando com o chefe da Casa Civil, oportunidade em que expuseram a si-

tuação dos posseiros, pediram esclarecimentos sobre o andamento do processo de despejo e as providências por parte do governo para resolver a questão. São cerca de 648 famílias, somando 4.500 pessoas, que tomaram posse de área de terra da Fazenda Annoni, tendo agora contra si processo de despejo que está na iminência de ser concretizado.

## Lavradores farão concentração em Guaira

Cerca de 4.000 a 5.000 lavradores e representantes de movimentos ligados à questão da terra, oriundos de regiões do Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, estão sendo esperados em Guaira, dia 8 próximo, a fim de participarem da grande concentração comemorativa da conquista de terras pelos ilhéus do Rio Paraná. Os ilhéus, que perde-

ram suas terras em consequência das cheias do Rio Paraná, somam 1.170 famílias e, depois de muita luta, conseguiram do governo 33.761 hectares, no Paraná e Mato Grosso do Sul, onde estão sendo reassentados.

No Paraná, as novas terras dos lavradores estão situadas em Castro, Palmas, Clevelândia e Guarapuava.

GAZETA DO POVO  
05/09/84

## Ihéus celebraram o "Dia da Vitória" na esperança de auxílio

**GUAÍRA** (Da sucursal de Cascavel) — A maior parte das cerca de 400 pessoas que participaram da programação denominada "dia da vitória", no sábado, na cidade de Guaíra, compareceram na esperança de que lhes fossem abertas perspectivas de acesso à terra. Esta foi a tônica do encontro, organizado pela Comissão Pastoral da Terra e comunidades de base, para marcar

a conquista de áreas no Paraná e Mato Grosso do Sul, para assentamento de famílias expulsas de ilhas do rio Paraná, principalmente na grande cheia de 1982. Depois de 4 anos de mobilização, os ihéus conseguiram do Governo Federal a desapropriação de quatro glebas nos dois Estados, e agora grande número de famílias está sendo assentado nestes locais.

FOLHA DE LONDRINA  
11/09/84

## Da bóia-fria à vida comunitária

*Enxadas na mão, as 17 famílias de bóias-frias assentadas desde o dia 7 nas terras onde seria construída a Colônia Penal de Tamarana, começam a viver uma experiência animadora: uma vida em comunidade, com trabalho, entusiasmo e fraternidade*

FOLHA DE LONDRINA  
14/09/84

## Reassentamento em Campo Mourão

**CAMPO MOURÃO** (Da Sucursal) — A Prefeitura de Campo Mourão está ultimando os detalhes para lançar um programa de reassentamento de 44 famílias de bóias-frias e desempregados em uma área de 11 alqueires

que possui nas proximidades do Aeroporto Municipal "Coronel Geraldo de Aquino", localizado a quatro quilômetros do centro da cidade.

FOLHA DE LONDRINA  
19/09/84

## Sem-terra do sudoeste serão reassentados

**MANGUEIRINHA** (Da sucursal de Francisco Beltrão) — Cerca de 250 famílias de sem-terra que no mês de julho invadiram áreas de terras improdutivas da Madeireira Imaribó, em Mangueirinha, sudoeste do Es-

tado, e que hoje estão acampadas a beira de uma rodovia estadual, na localidade denominada "Canhada Funda", serão reassentadas numa área de 350 alqueires da Fazenda Santa Rosa, localizada no próprio município.

FOLHA DE LONDRINA  
05/10/84

Pode-se perceber que, de um modo geral, os movimentos de acesso à terra se dividem em dois grupos organizados: um reivindica, junto ao Governo do Estado e ao INCRA, a ocupação das terras públicas; e um outro invade as fazendas consideradas improdutivas, em vários municípios do Estado.

Os dois tipos de ações ou propostas têm, de certa forma, em comum o sentido de recuperar as terras "disponíveis" para reprodução de formas de produção, que gradativamente perdem espaço no campo na medida em que são substituídas por outras que levam em conta um certo montante de capital, sem o qual a produção tende a ser colocada em xeque.

Esses movimentos encontraram, de algum modo, resposta a nível de Governo do Estado, particularmente após 1983, tanto no sentido de apoiar o acesso ou a posse da terra, como no de tentar controlar a expulsão da terra, que, em última instância, leva essa população a pressionar o mercado de trabalho e aumentar o desemprego.

No entanto, a principal proposta, a nível de Governo, para viabilizar a permanência dos agricultores que conquistaram o acesso à terra e atenuar a expulsão do campo, se consolida no retorno da agricultura tradicional. Ou seja, o Governo daria um apoio institucional aos produtores, colocando-os em contato com os processos e tecnologias de produção que fazem parte da história antiga da produção agrícola, portanto tal incorporação não significaria maiores desembolsos e não elevaria os custos da produção.

(....) Sindicatos, Cooperativas da Região de Francisco Beltrão, Secretaria do Interior, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Assuntos Comunitá-

rios e Secretaria de Transportes, estão de acordo com o documento elaborado pela FETAEP, CPT e Comissão do Governo do Estado que prevê o retorno da agricultura tradicional como forma de conter o desemprego rural(....). Pe-de-se ainda a reativação dos moinhos coloniais e o desestímulo à utilização de herbicidas (....).<sup>53</sup>

A preocupação principal que surge quanto ao encaminhamento dessa proposta é a própria viabilidade econômica desses projetos, na medida em que se considera o desenvolvimento recente da agricultura brasileira e, particularmente, da agricultura paranaense, uma das que mais se modernizou no país. Nesse processo de modernização, a agricultura tradicional gradativamente perdeu seu espaço; isso pode ser comprovado através da dissolução das relações de trabalho do tipo parceria, colonato e pequeno arrendamento - cuja produção se fazia pela utilização da terra e mão-de-obra familiar - e do impacto dessa mudança sobre a estrutura fundiária.

A área subtraída dessas categorias, que ocupavam estabelecimentos com até 20 ha, representou um acréscimo muito pequeno sobre a área dos médios e grandes estabelecimentos, não alterando praticamente suas áreas médias, mas representou para os estabelecimentos de até 50 ha reduções de até 50% da área total ocupada.

A área subtraída dos pequenos estabelecimentos é a expressão mais concreta do tipo de desenvolvimento da agricultura do Estado e o elemento que mais explica a dimensão do fluxo de evasão da população rural. É uma área pequena demais para registrar acréscimos

<sup>53</sup> FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 24 mar. 1983.

significativos para os médios e grandes estabelecimentos, mas foi capaz de manter na agricultura tradicional mais da metade da população rural da região.<sup>54</sup>

Assim, o processo que se generaliza na agricultura do Estado tende a se manifestar menos pelo processo de concentração de terras e mais pela crescente importância da produção que tem origem nos médios e grandes estabelecimentos. Mas essa produção não depende tanto do uso da terra, mas do uso intensivo de tecnologias voltadas para aumentar a produtividade do trabalho e o rendimento da terra. Em outros termos, depende dos recursos financeiros próprios dos produtores ou daqueles adquiridos através do crédito bancário.

É importante destacar que a realização da produção dentro de tais condições não obedece à "vontade" dos agentes envolvidos, mas, à determinação dos setores que se encontram fora da agricultura, ditando as novas condições de produção. Isto é, depende da pressão exercida pelos grupos econômicos que se encontram na entrada e saída do ciclo agrícola, no sentido de que a agricultura transforme a base técnica de sua produção e se converta numa consumidora regular de insumos modernos e produtora de grandes excedentes para serem comercializados e industrializados pelas grandes indústrias.

Para se ter uma melhor dimensão das mudanças nas relações externas da agricultura, basta considerar o crescimento das cooperativas na década de 70, que pretendiam se colocar como um anteparo aos produtores frente aos demais setores.

<sup>54</sup>IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Dinâmica espacial e setorial..., p.34.

(....) Em 1980, das 500 maiores empresas do Brasil, 17 tinham sede no Paraná e destas 6 eram cooperativas. Isto indica que as cooperativas manipulam grandes volumes de recursos financeiros. Por outro lado, existe o fato de que estas já tendem a realizar investimentos na indústria. Tudo isto leva à dedução de que as cooperativas podem passar a ser um poderoso mecanismo de centralização de capitais a serem investidos na área agroindustrial.<sup>55</sup>

Entretanto, o resultado fundamental dessas transformações é o caráter seletivo do próprio processo de modernização. A forma concreta como se realizou no Paraná excluiu os setores mais pobres que trabalhavam no campo e privilegiou os setores que possuíam uma dimensão de área mínima passível de incorporar os insumos e máquinas modernas, ou seja, aqueles que podiam oferecer tanto pela sua propriedade como pela sua produção as devidas garantias bancárias.

O contingente expulso do campo foi suficiente para constituir um mercado de trabalho, cuja oferta supera a demanda do próprio campo, reforçando a baixa dos salários.

Mas a redução nas oportunidades de emprego foi ainda maior que a queda da população rural, havendo assim na região uma situação quase permanente de excedente de mão-de-obra, que pressiona negativamente a remuneração do trabalhador.

(....) O excedente de mão-de-obra assalariada no Norte do Paraná fica nítido quando comparamos o nível salarial do Estado com o de outras regiões. Em São Paulo, por exemplo, no período de setembro a março de 1983, o salário mínimo mensal do trabalhador assalariado volante (estipulado na Convenção

<sup>55</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: Economia e Sociedade, Curitiba, 1982. p.20.

Coletiva de Trabalho) era de Cr\$ 43 284,00 e quando no Paraná (entre maio e novembro do mesmo ano) a remuneração era de Cr\$ 36 240,00 mensais.<sup>56</sup>

Nesse contexto, retoma-se a preocupação quanto às perspectivas dos movimentos que "mistificam" a volta ao passado. Isso porque, considera-se que o processo de modernização, do ponto de vista econômico, é irreversível e se realiza de maneira extremamente acelerada, reduzindo os espaços de sobrevivência dos produtores, que, de uma maneira ou de outra, a ele não se integram.

Evidentemente que, de forma localizada e circunstancial, sobrevivam no campo formas de produção "tradicionais", no entanto, não mais como uma forma de produção dominante. Assim, a reprodução de segmentos sociais que tenham como objetivo somente a reprodução das condições de vida deverá ser assegurada em outras bases.

Para tanto, na medida em que essa população não possa depender totalmente do "mercado" para se reproduzir, o Estado deverá estar concretamente presente para assegurar ou complementar suas condições de sobrevivência.

Assim, seria fundamental para o Estado e para os movimentos sociais que tais propostas tomassem definitivamente o caráter de "projetos sociais". Isto é, que o Estado se volte mais diretamente para a questão colocada pelo processo migratório - falta de condições para realizar o processo produtivo -,

<sup>56</sup> ABRAMOVAY, Ricardo et alii. Pesquisa sobre mudanças nos padrões de consumo e de abastecimento de camadas da população de baixa renda no campo: o caso dos assalariados; Relatório final da Equipe de Pesquisa e Assessoria em Áreas Rurais - FASE, Rio de Janeiro, 1984. Mimeografado. Convênio FINEP/INAN/FASE. p.59.

injetando a cada passo, o acesso à terra, insumos e máquinas, assistência técnica até a comercialização dos produtos que possivelmente não se enquadrariam no grande comércio.

Esses projetos poderão ser viabilizados na medida em que o Estado cumpra o seu papel de assegurar a sobrevivência e o bem-estar das categorias sociais envolvidas, no caso os trabalhadores pobres do campo, mas gradativamente incorporando-os ao "mercado", e não o contrário, ou seja, marginalizando-os do processo global de desenvolvimento da sociedade.

Não se pretendeu de maneira alguma indicar, muito menos esgotar, os possíveis caminhos para concretização desses projetos. Teve-se a intenção de mostrar que os movimentos que buscam a sobrevivência através do acesso à terra - realização da produção nos moldes tradicionais - dificilmente poderão ser viabilizados. Mesmo que as categorias sociais conquistem a posse da terra, mas largados à própria sorte, sem condições de realizar o processo produtivo dentro dos novos moldes, não sobreviverão, por muito tempo, no próprio campo.

Em síntese, esses projetos não podem sobreviver se não se "enquadrarem" dentro das condições médias de produção impostas pelo mercado. Portanto, não se realizarão se não forem apoiados a cada passo pelo próprio Estado, até que possam declarar sua independência.

## CONCLUSÕES

O desenvolvimento rural das microrregiões do Norte Novo do Paraná se caracteriza por duas fases distintas. Essas fases compreendem os períodos de meados da década de 30 até 1960 e a partir deste anos até 1980.

Na primeira fase, essas microrregiões sofreram um acelerado crescimento populacional. A base e a especificidade desse processo foi a ação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que levou adiante um dos mais bem sucedidos empreendimentos de vendas de terras da história do Estado. A Companhia, além da venda de lotes, fomentou a implantação da produção de café combinada com policultura alimentar, baseada no trabalho dos parceiros, colonos e respectivas famílias. A evolução desse sistema se caracterizou pela dinamicidade da produção e dos produtores que se instalaram na região, os quais rapidamente se integraram aos mercados nacional e internacional.

Houve um crescimento do número de estabelecimentos e pessoal ocupado, que respondeu aos estímulos do mercado, através dos aumentos constantes na produção de café e alimentos.

A produção de café se dava num ritmo superior à de alimentos, no entanto, ambas permitiram que se organizasse e se consolidasse, na região, uma estrutura de comercialização bastante definida, cujos canais se encontravam hierarquizados no sentido de se apropriar das mercadorias juntos aos produtores e de fazê-las chegar beneficiadas aos respectivos centros de

consumo. Especialmente a estrutura que se sobrepunha à cafeicultura, que desde a fase anterior já estava consolidada - quando o capital comercial cafeeiro era dominante - rapidamente se instalou na região. A produção de alimentos, que nem mesmo concorria com a de café, em termos de volume produzido, estava integrada numa estrutura de comercialização que, desde a década de 40, já abastecia o maior mercado de alimentos do país.

Londrina é hoje importante centro de comércio, sendo que suas relações comerciais são feitas quase que exclusivamente com São Paulo. Há em Londrina importantes firmas comerciais e representantes de firmas de São Paulo que compram café, arroz, feijão, milho, algodão, mamona etc. e depois de beneficiá-los vendem-nos a grandes firmas de São Paulo. Também a produção de suínos, muito importante na zona de Apucarana é mandada para São Paulo, sendo exportadas em média 5 caminhões carregados por dia cada um com 45 porcos.<sup>58</sup>

A estrutura social que dava suporte à produção era bastante diferenciada. Havia os produtores proprietários de pequenas e grandes extensões de terra, que usaram intensivamente o trabalho dos colonos, parceiros e pequenos arrendatários. Esses trabalhadores tinham em comum o fato de partilharem os frutos do seu trabalho com os proprietários da terra em que moravam. O fato de terem acesso à terra contribuiu para que, nessa fase do desenvolvimento agrícola, a estrutura fundiária se desdobrasse, caracterizando uma situação "democrática" de uso da terra.

Entretanto, na segunda fase, o desenvolvimento rural toma um novo rumo, que alterou a estrutura social anterior, des-

<sup>58</sup> BERNARDES, Lízia Maria. Excursão ao Paraná e Santa Catarina: Londrina e a zona pioneira do Norte do Paraná. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 3(28) 1945. p.606.

mistificando a "distribuição democrática" da terra. Esse processo tornou-se evidente à medida que o Estado sofreu um acelerado esvaziamento populacional, especialmente nas áreas rurais do Norte Novo.

As demais regiões, num menor ritmo, acompanharam esse processo, indicando a fragilidade da forma de produção anterior - baseada nas condições naturais da terra e no trabalho dos colonos, parceiros e suas respectivas famílias -, na qual o acesso à terra se dava de forma intensa, porém socialmente precária.

Os estabelecimentos agrícolas que tinham se expandido aceleradamente até início dos anos 1970 se reduzem a partir daí na mesma velocidade, entretanto, o fundamental é que 90% dos mesmos estavam sob a responsabilidade dos não-proprietários. Os proprietários agrícolas tornaram-se a categoria social dominante, e se fortaleceram não só porque recuperaram as terras cedidas, mas passaram a absorver as tecnologias disponíveis e, conseqüentemente, aumentaram os níveis de produção. A categoria dos trabalhadores empregados também se reduziu em termos absolutos na medida em que os insumos, máquinas e implementos agrícolas aumentaram a produtividade do trabalho.

Nesse período, consolida-se, especialmente nas microrregiões do Norte Novo, e em outras regiões do Paraná, uma agricultura moderna, caracterizada não só pela difusão de tecnologias mais sofisticadas voltadas para a produção, mas principalmente pela mudança das relações sociais externas e internas desse setor.

No plano externo, os novos parceiros comerciais dos agricultores se fortaleceram e se constituíram em estruturas mais concentradas - nas quais gradativamente o pequeno comerciante

ou atacadista vai perdendo espaço -, passando a ditar as técnicas de produção e controlar os custos e os preços dos produtos.

Desse modo, a agricultura perdeu a característica anterior de uma relativa situação de independência, na qual a produção era resultante, grande parte, das "condições naturais da terra", e, portanto, mais acessível às camadas sociais mais pobres, configurando, no conjunto, uma estrutura social mais diferenciada.

Agora, a nova integração agroindustrial exige condições mais homogêneas de produção para que os produtos apresentem qualidade e padronização. Isso significa que a produção tende cada vez mais ser realizada dentro de padrões tecnológicos médios, que a terra torna-se mais um meio de produção e que os recursos financeiros tornam-se o elemento fundamental, sem o qual a produção pode ser colocada em xeque.

No plano interno, os trabalhadores que tinham acesso à terra tendem a se reduzir de forma mais significativa. A categoria dos membros não-remunerados da família ainda continua sendo predominante, mais vai perdendo força à medida que os colonos, parceiros e arrendatários deixam o campo, ficando, no trabalho agrícola, somente os membros das famílias dos proprietários. Assim, os trabalhadores assalariados começam a ter uma importância relativamente maior. De um modo geral, a estrutura social do campo tende a perder sua característica diferenciada, tornando-se cada vez mais polarizada entre proprietários e trabalhadores. Porém, para esses trabalhadores, o campo é apenas o local de trabalho e não mais de moradia.

Esse processo configurou que o acesso à terra, na forma como até então predominou no Estado, estava esgotado. Ele se

realizou naqueles moldes exatamente para resolver dois problemas básicos presentes para os produtores agrícolas: escassez de trabalhadores e o incipiente nível de desenvolvimento tecnológico.

As várias frentes de trabalho - demarcação dos lotes vendidos pela Companhia de Terras, abertura das estradas e propriedades, empreitadas para o plantio do cafezal -, resultantes da velocidade de ocupação das novas terras, ultrapassavam o fluxo de mão-de-obra que chegava à região, criando uma situação relativamente favorável para os trabalhadores. Por isso, os proprietários, para se assegurarem da oferta de trabalho, criavam mecanismos para amarrar a mão-de-obra disponível às propriedades.

(....) Na medida que a frente pioneira se expandia e o "eldorado" paranaense tornava-se conhecido nacionalmente, a escassez relativa de mão-de-obra, que caracterizou os primeiros anos de ocupação deixou de existir (....). Se em 1945, Bernardes falava da dificuldade para o proprietário em conseguir alguém para trabalhar como formador na sua propriedade, já em 1961, Monteiro mostra que a situação, neste particular, havia se invertido: existia mais gente em busca de trabalho na região do que novos contratos e oportunidade de empregos oferecidos.<sup>59</sup>

Essa questão só passou a ser resolvida em meados da década 60, quando a oferta de trabalho já estava se tornando mais abundante, refletindo as mudanças do setor agrícola. A produ-

<sup>59</sup> ABRAMOVAY, Ricardo et alii. Pesquisa sobre mudanças nos padrões de consumo e de abastecimento de camadas da população de baixa renda no campo: o caso dos assalariados: Relatório final da Equipe de Pesquisa e Assessoria em Áreas Rurais - FASE Rio de Janeiro, 1984. Mimeografado. 207p. Convênio FINEP/INAN/FASE.

ção combinada de café e alimentos, baseada no trabalho familiar e operada com técnicas tradicionais, estava sofrendo um recuo. Em seu lugar, vai surgindo a propriedade fortemente integrada à agroindústria "quimificada e mecanizada" e em cujo sistema não cabem mais as formas precárias de acesso à terra. Os trabalhadores expulsos da terra consolidam um mercado de trabalho com características próprias.

O insipiente nível de desenvolvimento das forças produtivas, ou da dominação do capital sobre o setor agrícola, embora não tenha se tornado um ponto de estrangulamento no sentido de garantir os níveis de produção, agravava a questão da necessidade de trabalhadores para responder aos trabalhos agrícolas.

O processo de modernização - que gradativamente se generaliza sobre as culturas e, atualmente, ocupa parte das terras agriculturáveis do Estado, na medida em que se concentra nas culturas que ocupam grandes extensões, como soja, cana, algodão e, mesmo, o café - resolveu aquelas questões não somente porque diminuiu sensivelmente a necessidade de trabalho, mas, principalmente, porque consolidou um mercado de trabalho.

No entanto, esse processo gerou novos problemas. O acesso à terra vai tomando caráter, ou seja, é cada vez mais seletivo na medida em que a produção pressupõe a disponibilidade de um capital mínimo para fazer frente às despesas dos investimentos fixos e dos custeios a cada ciclo produtivo.

Assim, exatamente por não ter se alterado o pano de fundo da produção, ou seja, a estrutura fundiária, esse processo vem se realizando de forma socialmente contraditória. Num primeiro momento, resolveu a questão do trabalho, desdobrando a

terra em pequenas parcelas; num segundo, recuperou-as, eliminando os menos "aptos" ou aqueles que não dispunham das condições básicas para se integrarem aos novos esquemas de produção.

Dessa mudança, resultou um volume significativo de população expulsa do campo. Aproximadamente 1,2 milhão de pessoas deslocou-se para outros estados em busca de alternativas de sobrevivência. Um contingente de igual proporção ficou nas periferias das cidades do Paraná, sobrevivendo em condições socialmente muito precárias. A proletarização definitiva dessas categorias significou, no Paraná, viver em condições de relativa miséria.

Sem dúvida o processo de desenvolvimento rural garantiu aumentos significativos da produção em ambas as fases do processo. No passado, o Paraná se colocou entre os grandes produtores utilizando, para tanto, o trabalho e a terra extensivamente; hoje está entre os três maiores estados produtores, baseando-se numa agricultura tecnificada e quimificada.

Entretanto, o resultado social desse processo foi lamentável. Por essa razão, entende-se que é fundamental a intervenção dos Governos Federal e Estadual para, no mínimo, atenuar as minguadas condições - que se tornam cada vez mais manifestas - de sobrevivência desses segmentos sociais. Os instrumentos estão aí, desde o Estatuto da Terra à Consolidação das Leis do Trabalho.

\*O relatório final da FASE, sobre os padrões de consumo e abastecimento dos assalariados rurais do Paraná revela a precariedade das condições de Vida dessa população. (ABRAMOVAY, Ricardo et alii. Pesquisa sobre mudanças nos padrões de consumo e de abastecimento de camadas da população de baixa renda no campo: o caso dos assalariados; Relatório final da Equipe de Pesquisa e Assessoria em áreas rurais - FASE. Rio de Janeiro, 1984. Mimeografado. Convênio FINEP/INAN/FASE.)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALGUMAS comparações entre a agricultura paranaense e a agricultura de outros países (I). Análise Conjuntural, Curitiba, IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA, v.5(8):3-6, ago./set. 1983.
- 2 BERNARDES, Lízia Maria. Excursão ao Paraná e Santa Catarina: Londrina e a zona pioneira do Norte do Paraná. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 3(28) 1945.
- 3 BERNARDES, Nilo. Expansão e povoamento no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, out./dez.1952.
- 4 BRANT, Vinícius Caldeira. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. São Paulo CEBRAP, 1975. 64f.
- 5 CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura paranaense -1900/1970. Curitiba, GRAFIPAR, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981. 150p. (Estudos paranaenses, 4).
- 6 COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. s.L., 1975. 295p.
- 7 COOPERATIVAS no Paraná: capitalização e integração dos produtos. Análise Conjuntural, Curitiba, IPARDES - Fundação Edison Vieira, 6(1):4-6, jan.1984.
- 8 DELFIM NETO, Antonio. O problema do café no Brasil. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, 1973. p.43-160.
- 9 DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. Atlas corográfico da cultura cafeeira: Estado do Paraná. Rio de Janeiro, 1941.
- 10 FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná - região de Porecatu - 1940-52. Curitiba, 1984. 243p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 11 FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 24 mar. 1983.
- 12 FUNDAÇÃO IBGE. Censo Agrícola Paraná 1950. Rio de Janeiro, 1956.
- 13 \_\_\_\_\_ . Censo Agrícola de 1960 Paraná. Rio de Janeiro, 1970.
- 14 \_\_\_\_\_ . Censo Agropecuário Paraná 1970. Rio de Janeiro, 1975.
- 15 \_\_\_\_\_ . Censo Agropecuário Paraná 1980. Rio de Janeiro, 1984.
- 16 \_\_\_\_\_ . Censo Demográfico Paraná 1950. Rio de Janeiro, 1955.

- 17 FUNDAÇÃO IBGE. Censo demográfico de 1960 Paraná. Rio de Janeiro, s.d. 137p.
- 18 \_\_\_\_\_. Censo demográfico Paraná 1970. Rio de Janeiro, 1983. 807p.
- 19 \_\_\_\_\_. Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas 1968. Rio de Janeiro, 1970. 563p.
- 20 \_\_\_\_\_. Sinopse preliminar do censo demográfico Paraná 1980. Rio de Janeiro, 1981.
- 21 \_\_\_\_\_. Divisão de Geografia. Subsídios à regionalização. Rio de Janeiro, 1968.
- 22 FUNDAÇÃO IPARDES. Estudo de viabilidade de implantação da bolsa de mercadorias no Paraná. Curitiba, 1980. 146p.
- 23 \_\_\_\_\_. Dinâmica espacial e setorial da força de trabalho no Paraná; Versão preliminar. Curitiba, 1979. 238f.
- 24 FURTADO, Tereza. Surge a cooperativa: é hora de vender soja. Jornal da Tarde, Curitiba, 29 mar. 1984.
- 25 GUARNIERI, Laura. A experiência de planejamento no setor cafeeiro. Campinas, Universidade de Campinas, 1981. (Texto para Discussão, 3).
- 26 HISTÓRIA do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. v.1.
- 27 INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Departamento Econômico-Pesquisa. Cafeicultura no Paraná. Rio de Janeiro, IBC-OEA, 1961. 141p.
- 28 IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Limites e possibilidades de expansão e integração do parque industrial paranaense; perspectivas da desconcentração industrial e a atração de novos investimentos industriais. Curitiba, 1983.
- 29 \_\_\_\_\_. As migrações e transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná. Curitiba, 1983. 81f.
- 30 \_\_\_\_\_. Nova configuração espacial do Paraná. Curitiba, 1983. 140f.
- 31 \_\_\_\_\_. Paraná: características demográficas e projeção de população por microrregião, até 1990. Curitiba, 1983. 105f.
- 32 \_\_\_\_\_. Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1982. 72p.
- 33 \_\_\_\_\_. Perspectivas e potencial de participação institucional do setor cooperativo nos planos e programas de adequação do desenvolvimento rural paranaense. Curitiba, 1983. 272p.
- 34 MILLIET, Sérgio. Roteiro do café e outros ensaios; contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4.ed. São Paulo, HUCITFC/Brasília/INL, 1982. 183p. (Estudos rurais).
- 35 MORO, Dalton Aureo. Substituição de culturas e transformações na organização do espaço rural do município de Maringá. São Paulo, 1980. 168p. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo.
- 36 OS CANAVIAIS da Ira. Veja, São Paulo, 23 maio 1984.

- 37 PADIS, P. C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC, Curitiba, Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981. 235p. (Economia e planejamento: Série Teses e Pesquisas).
- 38 PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. O Paraná e a economia cafeeira. Rio de Janeiro, CODEPAR, SPL, 1963. p. irr.
- 39 PASTA de significação incomum no desenvolvimento do Estado. Boletim do Departamento Estadual de Café, Curitiba, Secretaria da Fazenda do Paraná, jul./ago. 1954. p.2
- 40 PELAÉZ, Carlos Manuel. Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café 1906-1945; teoria, política e medição. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, 1973. p.195-263.
- 41 ABRAMOVAY, Ricardo et alii. Pesquisa sobre mudanças nos padrões de consumo e de abastecimento de camadas da população de baixa renda no campo: o caso dos assalariados relatório final da Equipe de Pesquisa e Assessoria em áreas Rurais - FASE. Rio de Janeiro, 1984. Mimeografado. 207p. Convênio FINEP/INAN/FASE.
- 42 SE não for atendido bôia-fria vai a greve. O Estado do Paraná, Curitiba, 28 jun. 1984.
- 43 SILVA, José Graziano da. A estrutura agrária do Estado do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, (64):9-41, jul./set. 1978.
- 44 SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Omega, 1976. 120p.